

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MENINOS BANDIDOS?

**Interfaces entre Criminalidade e Identidade Masculina em Homens
Jovens**

LUCIANA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA

RECIFE / 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MENINOS BANDIDOS?

Interfaces entre Criminalidade e Identidade Masculina em Homens Jovens

LUCIANA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia, sob a orientação da Professora Dra. Rosilene Alvim.

RECIFE / 2006

Oliveira, Luciana Maria Ribeiro de
Meninos bandidos ? : interfaces entre
criminalidade e identidade masculina em homens
jovens / Luciana Maria Ribeiro de Oliveira. – Recife :
O Autor, 2006.
100 folhas : il., fig.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2006.

Inclui bibliografia e glossário.

1. Antropologia da juventude – Criminalidade e
masculinidade. 2. Ato infracional – Estatuto da
Criança e do Adolescente (ECA) – Medidas
socioeducativas. 3. Honra masculina – Formação da
identidade e poder – Pobreza – Interfaces – Situação
de criminalidade. I. Título.

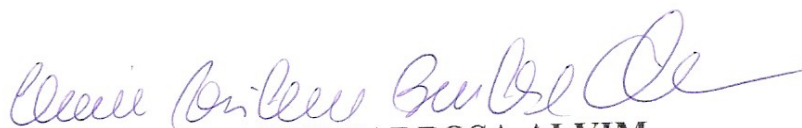
304
305.2

CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

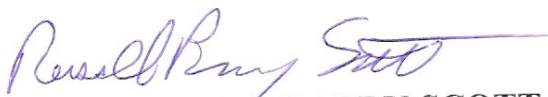
UFPE
BC2006-159

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

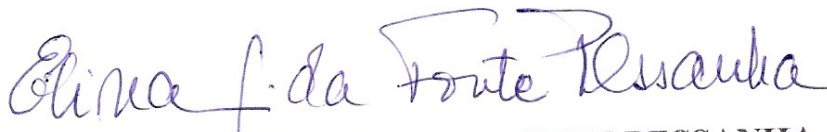
BANCA EXAMINADORA:



Profª Drª MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE



Profº Drº RUSSEL PARRY SCOTT
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPE



Profª Drª ELINA GONÇALVES DA FONTE PESSANHA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Data da Defesa: 09/mar/2006

A Carlos e Lúcia, meus pais e cuidadores. É por vocês
que meu coração bate.

AGRADECIMENTOS

À CAPES que me apoiou financeiramente durante todo o Mestrado, sem ela, minha caminhada teria sido bem mais árida. A Rosilene Alvim, minha orientadora, incentivadora e amiga, que me fez continuar mesmo diante de todas as minhas crises existenciais, que não foram poucas; sua generosidade é imensa, minha gratidão é inominável. A todos os colegas da turma do Mestrado em Antropologia de 2004: Adjair, meu companheiro filósofo que sempre ria das minhas piadas sem graça; Walter, o poeta que embalava nossos e-mails; Maria Eduarda, a angolana-portuguesa mais multicultural que conheci; Luciana, minha xará; Ivo, o índio que foi mordido por uma cobra e que tornou nossa turma ainda mais antropológica; Aluísio, o historiador que tinha todas as informações na ponta da língua; Gustavo, o jornalista cibernético que perdia o amigo, mas não perdia a piada; Carlinha, a carioca; Karla, a menina dos olhos negros; Maria das Graças, o espírito mais jovem; Paulo, o homem que sabia demais; Rafa, a ruivinha; Letícia, “pense” uma menina de sorte; Dani, a baixinha invocada; e Rita, que escalou suas próprias dificuldades. Figurinhas completamente diferentes que se encontraram e eternizaram este momento. A Regininha, pelas sua amizade e carinho. A “Miúda”, por preencher meu estômago insaciável.

Não posso deixar de registrar meus agradecimentos aos amigos do grupo de estudos “Jovens e Juventudes” que tanto colaboraram nesta minha caminhada: Antonieta, a mulher disciplina; Edísio, o homem sociólogo@; Fabiana, xiquérria e insuperável; Adjair, sempre perto; Mônica Franch, a espanhola mais brasileira que conheci; Izidro, o predileto; Mônica Gusmão; Elaine; Ana Maria; Micheline; Roberto Pacheco; Romero, entre tantos outros que passaram e deixaram suas sementes. A união mais frutífera que este Departamento já presenciou. Nele pude trocar experiências, ouvir contribuições de meus colegas e de minha orientadora em relação à escrita de meus capítulos e produzir muito, afinal foram dois livros frutos de nossos dois anos de trabalho. Muita luta, companheiros!

A todos os parceiros do Programa Liberdade Assistida, que me mostraram a beleza destes homens/meninos: Ana Paula, que me fez sorrir nas tristezas; Alexandre, companheiro mais que companheiro que me ajudou a ver com mais criticidade o cotidiano que se formava a minha volta; Karine, que me ensinou a enfrentar os “temíveis” códigos penais; Paulete, amiga de muitos momentos; Graças, a mãe de todos; Ana Manu e Adjane, pelo constante interesse em ajudar; Cristinalva, “ex-bucho”, e seus “por quês”; Rinaldo, por ter paciência de digitalizar os desenhos; Ju, Lu e Angélica, as estagiárias mais “porretas” com as quais troquei incertezas e devaneios intelectuais, além de terem ajudado nas releituras dos capítulos (se eu não colocasse isso elas me matavam!).

Em especial, agradeço aos jovens que se tornaram os interlocutores desta pesquisa, com quem convivi uma parte de minha vida e que tanto aprendi. Obrigada por se disponibilizarem a contar suas histórias, suas vidas, seus sofrimentos e alegrias. Também agradeço aos jovens interlocutores que não se encontram mais neste plano espiritual, que tiveram sua passagem bruscamente interrompida, mas que se presentificaram através de minhas palavras impressas. Meu muito obrigado, sem vocês, nada disso teria sido possível.

A “Will” e “Lin”, os jovens ilustradores dos desenhos contidos neste trabalho, que, diante da criminalidade vivida, descobriram outra maneira de viver: a arte. Essa é a sua nova arma!

A “Seu Duca”, que me despertou para a Antropologia e tanto me ensinou.

À amiga de todas as horas, tempos, minutos e segundos, Elaine, que me deu e dá o prazer de compartilhar cada momento de minha vida.

A André, “amor meu”, por existir e fazer parte de mim.

À vida, que por vias tortas, tanto me ensina.

RESUMO

Esta dissertação aborda as interfaces de criminalidade e identidade masculina entre homens jovens, na idade de quinze a vinte anos, moradores de bairros pobres da cidade de Olinda, no estado de Pernambuco e que estavam cumprindo, no período de 2004 e 2005, medidas socioeducativas em meio aberto. Utilizei a análise dos discursos dos próprios jovens cometedores de atos infracionais, partindo da concepção de que, além da pobreza, existem outras questões envolvidas nas atitudes ilícitas destes jovens: a questão de gênero se faz presente como foco desta pesquisa. A discussão teórica foi norteadada pelo estudo sobre juventudes, masculinidades e criminalidades. A pesquisa etnográfica se constitui de grupos de discussão e de conversas informais individualmente com os referidos jovens no período de julho de 2004 a fevereiro de 2005. O estudo teórico juntamente com a experiência de campo revelou que a questão da formação da identidade masculina entre os homens jovens pesquisados possui interfaces com as situações de criminalidade em que estes se encontram: o ser “bandido” demonstra ir além da questão da pobreza, perpassam também questões ligadas ao ser jovem e desejar tudo em pouco tempo; ao ser homem e assim ter a possibilidade de obter poderes reais (dinheiro, objetos de consumo) e simbólicos (honra e respeito) que formam e reforçam sua identidade masculina, guiando-os, assim, para uma possível carreira na criminalidade.

ABSTRACT

This dissertation deals with the interfaces of criminality and identity among young men, from fifteen to twenty years old, dwellers of poor communities at Olinda, in Pernambuco, that were serving social educative sentences at freedom, from 2004 to 2005. The discourse analysis of the young transgressors was used taking into account the concept that there are other matters involved besides poverty in the illicit attitudes of those young men. The focus on this research is the gender matter. The theoretical argument was guided by the study about youth, manhood and criminality. The ethnographic fieldwork was comprised by discussion groups and individual informal conversations with the young men in the period from July, 2004 to February, 2005. Both the theoretical and the fieldwork experience revealed that there are interfaces between the male identity formation of the young people and their situations of criminality: being a bandit goes beyond the poverty situation, such as other questions related to being young and desiring everything anyway in a short time and being a man having the possibility of getting real powers (such as money and consumer goods) and symbolic ones (such as honor and respect) which form and reinforce their male identity guiding them to a possible criminal career.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. JOVENS E JUVENTUDES	22
1.1 Definições e indefinições de um grupo	23
1.2 Juventude e Antropologia: um pouco de história	25
1.3 Jovens, jovens problemas, jovens pobres: categorias e representações sociais no contexto histórico a partir da década de 50	27
1.4 A Família, a escola, os “bicos”, os “chegados, os “caras”, e as “pirráias”	31
2. “HOMEM É HOMEM”	41
2.1 A socialização e as representações dos “jovens infratores” a respeito do que é ser homem	42
2.2 Honra ou Vergonha	51
3. PROFISSÃO: “BANDIDO”	58
3.1 A esperteza que só tem, quem está cansado de apanhar: o cotidiano das violências	59
3.2 “É nós na fita e os <i>playboysinhos</i> no DVD”: passos e tropeços em direção à carreira marginal	69
3.3 “Um dia a gente tem que morrer mesmo, doutora”: uma experiência etnográfica	74
3.4 Fala, “Tuta”!	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
GLOSSÁRIO	97

“Bem, aqui estou eu. Meu objetivo? Qual era mesmo? Acho que não sei mais. Ai, meu Deus! Ah, o Mestrado, as aulas, os textos, os antropólogos, a pesquisa, os jovens, o meu primeiro dia de trabalho de campo. Estou com medo de não dar conta desses meninos. Meninos? Sei que pode soar estranho, mas é como os vejo... Meninos. Seus rostos ainda de crianças, são meninos, meninos grandes. Agressivos? Perigosos? Impulsivos? Ladrões? Estupradores? Assassinos? Almas sebosas? Marginais? Bandidos? Meliantes? Trombadinhas? Não sei ao certo... Seus processos judiciais não me dizem muito sobre eles. Preciso escutá-los... Estão chegando... Por que só chegam em bando? Dois, três, quatro... Como são meninos... Não... Não... Seriam bandidos também? Preciso ir mesmo sem saber aonde vou chegar. Então vamos lá, lá vou eu entre esses meninos bandidos”.

Fragmentos da primeira folha de meu diário de campo

I NTRODUÇÃO

A idéia desta pesquisa teve início com um trabalho que desenvolvi como psicóloga prestando serviços nos anos 2002 e 2003 no Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei¹ do Município de Olinda², chamado pelos profissionais que atuavam na época, junto a ele, de “Programa LA” ou “Programa Liberdade Assistida”. Meu trabalho, basicamente, se constituía em realizar atendimentos individuais aos chamados “jovens em conflito com a lei”³, moradores do município de Olinda, que encontravam-se em liberdade, porém respondendo a processo judicial devido a alguma atividade ilícita praticada.

Como psicóloga, acompanhei algumas histórias de vida destes jovens; escutei seus relatos, refletindo junto a eles em relação aos seus atos infracionais e quanto à possibilidade de fazerem outras escolhas na vida, que não a carreira “marginal”. Em minha prática, deparava-me constantemente com situações e dilemas que me faziam refletir a respeito da realidade destes e das ofertas de ascensão social pela via do crime. Dessa forma, fui me interessando pelo tema e pela possibilidade de escutar e analisar os discursos destes jovens a respeito da sua vida na criminalidade⁴.

Ao entrar no Mestrado de Antropologia no ano de 2004, visualizei a possibilidade de poder escutar estes “jovens em conflito com a lei” de uma maneira diferente, com um novo olhar, um novo ouvir e um novo escrever, parafraseando o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2000). Minha percepção e meus pensamentos estariam mais voltados para esses três atos cognitivos, essas três maneiras de apreender o fenômeno social e de possibilidade de construção do saber através das Ciências Sociais. A Psicologia Social não me abandonara, e sim, me ventilava e me auxiliava na possibilidade desses novos olhares.

O que faz com que jovens transgridam na prática de atos, considerados ilícitos, é tema constante de debates nos mais diversos espaços, tais como na comunidade onde os

¹ O Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei do Município de Olinda faz parte de uma Política de Promoção Social realizada pela Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Olinda em Pernambuco, tendo como principal parceiro a Secretaria Especial de Direitos Humanos que faz parte do Governo Federal. O referido Programa tem como objetivo executar as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude do mesmo Município.

² Olinda é a terceira maior cidade do Estado de Pernambuco, abrigando em seus 40,83 quilômetros quadrados de extensão territorial uma população de 367.902 habitantes, o que significa uma densidade demográfica de 9,010 habitantes por quilômetro quadrado, segundo o Censo Demográfico de 2000. Esta possui os títulos de “Patrimônio Cultural da Humanidade” concedido pela Unesco em 1982 e de “Cidade Ecológica”, decreto municipal nº 023, de 29 de junho de 1982, tendo em vista as várias áreas verdes existentes na cidade. Uma das marcas turísticas de Olinda é o seu Carnaval, os bonecos gigantes que arrastam anualmente milhares de foliões ao som da música de frevo pelas ruas e ladeiras da Cidade Alta.

³ Termo utilizado juridicamente para designar os jovens na idade de doze a dezoito anos incompletos que cometeram algum ato infracional.

⁴ Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente não utilizar o termo “crime” e sim, “ato infracional”, utilizo-me da palavra “criminalidade” para designar as ações de meus interlocutores, pois esta palavra se apresenta em um contexto geral identificador dos atos ilícitos existentes.

próprios jovens residem, dentro de suas famílias, entre os profissionais que atuam na aplicação (juízes, promotores, advogados) e execução (psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos e orientadores sociais) das suas medidas socioeducativas, nas escolas onde estudam, entre amigos e amigas e entre eles próprios.

Escutando esses jovens, percebi em seus discursos a respeito do cometimento de suas atitudes ilícitas, visíveis demonstrações de prazer através de sorrisos e relatos orgulhosos, além de narrações repletas de detalhes que sempre remetiam a justificativas relacionadas com a sua identidade masculina. A facilidade de encontrar homens jovens e a dificuldade de encontrar mulheres jovens nos registros do “Programa LA” também me chamaram a atenção. Dessa maneira, emergia, cada vez mais, a possibilidade da transgressão cometida por esses homens jovens estar presente também como forma de expressão e afirmação de sua masculinidade juvenil, transformando-os em verdadeiros heróis para seu grupo de convivência, estimulando-os a praticar atos infracionais que os tornavam detentores de poderes reais (dinheiro, objetos de consumo) e simbólicos (honra e respeito).

Percebia nesses jovens uma busca desenfreada de sucesso e prestígio, de satisfação a qualquer custo. Alguns deles viam na criminalidade, na destruição da lei e da ordem vigente, um instrumento de poder, diante do medo do outro e do conseqüente respeito adquirido pelo temor ao mais forte e poderoso, enxergando seus atos ilícitos como um troféu, um valor cultural de poder, utilizando-o para sua auto-afirmação dentro da sua cultura e da sua comunidade, tornando-se um verdadeiro “herói marginal”⁵, obtendo sua ascensão social, mesmo que pela via da criminalidade.

Assim, tornou-se meu objetivo principal nesta pesquisa etnográfica, investigar as interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens cometedores de atos ilícitos.

Meus interlocutores foram treze homens jovens na idade de quinze a vinte anos⁶, moradores de bairros pobres⁷ da cidade de Olinda que, durante a pesquisa, no período de 2004

⁵ Termo utilizado por mim em minha monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação de Psicologia Social e da Personalidade da Faculdade Frassinetti do Recife, intitulada: “O Herói Marginal: Juventude e Violência no bairro de Peixinhos”.

⁶ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os jovens podem estar cumprindo medidas socioeducativas até os 21 anos de idade, porém o ato infracional deverá ter sido cometido depois dos 12 anos de idade e antes dos 18 anos completos. A minha escolha por esta faixa de idade (dos quinze aos vinte anos) deu-se basicamente por esta ser a faixa etária de maior incidência e reincidência dos jovens olindenses em atos infracionais, segundo estatísticas do Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei deste Município em 2003.

⁷ Os bairros pobres do Município de Olinda, destaco como definição destes bairros aqueles onde a maioria dos moradores possuem baixo poder aquisitivo, e em que os jovens pesquisados residiam na época da pesquisa

e 2005, encontravam-se respondendo a processo judicial na Vara da Infância e da Juventude e cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto no Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei do Município de Olinda. Durante a pesquisa, tive a oportunidade de conhecer, através de meus interlocutores, mais dois jovens que não se encontravam respondendo a processo judicial, mas que também praticavam atos ilícitos e que também se disponibilizaram a colaborar espontaneamente com a pesquisa.

Lei e ordem: considerações históricas

Historicamente, a lei e o modo como ela julga os atos dos indivíduos vem sofrendo alterações que demonstram as mudanças de compreensão constantes do que se entende por “lei” e “crime”, “certo” e “errado”, “bom” e “mau”, “legal” e “ilegal”, “proibido” e “permitido”. O tempo dos suplícios, das repressões severas nos anos de 1700, por exemplo, e seu estilo penal através do castigo corporal, seus rituais de sofrimento, o espetáculo punitivo que servia de exemplo para os outros e, através dos séculos, o fazer sofrer daquele que descumpria uma lei tornou-se mais discreto e velado; a punição corporal deixou, necessariamente, de ser uma cena pública, criando novas estratégias para a punição. A punição pública e a arte de punir eram gradativamente substituídas, mas a lei surgia e ainda surge na tentativa de exercer um poder e um controle social, fabricando um indivíduo mais disciplinado (Cf. FOUCAULT, 1987).

Até o século XIX, o tema da prática de atos infracionais por adolescentes não era preocupação jurídica, sendo os menores de 18 anos considerados praticamente como adultos, não havendo quase nenhum tratamento penal diferenciado (Cf. VOLPI, 2001).

Segundo diversos autores, o Código de Menores de 1927 tinha como única função a repressão e a punição. Nele, a questão dos menores passava a ser regulada por lei. A partir dos anos 50, com a criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor), há uma tentativa de dar maior amparo aos “menores abandonados ou delinqüentes”, porém a categoria jurídica “menor” vai se tornando cada vez mais pejorativa (Cf. ALVIM & PAIM, 2004). Conforme Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) o SAM deu continuidade à tradição de opressão e perda da individualidade dos jovens através de práticas autoritárias e reguladoras, propondo a ‘reforma do caráter juvenil’ como uma estratégia de transformá-los em ‘adultos produtivos’ ” (p.61). Com a falência do SAM surge, em 1964, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor

(PNBEM) e o seu órgão nacional, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), vinculada à Doutrina de Segurança Nacional e suas ramificações estaduais, as FEBEMS, com um enfoque correccional-repressivo e uma prática assistencialista articulada à associação de criminalidade com pobreza que, na verdade, não apresentou mudança alguma à realidade do atendimento a crianças e adolescentes da época.

Em 1990, as medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente – o “ECA”, vem para substituir o Código de Menores de 1927, a “doutrina de situação irregular” cede lugar à “doutrina de proteção integral” e a apuração do ato infracional demonstra ser o ponto mais polêmico. A aprovação desta Lei Federal de número 8.069, datada de 13 de julho de 1990, que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal de 1988, tem em seu bojo a idéia de renovação no resgate da criança e do adolescente como seres humanos, sujeitos de direitos e deveres, respeitando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O art 112 do ECA afirma que: “Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I advertência; II obrigação de reparar o dano; III prestação de serviço à comunidade; IV liberdade assistida; V inserção em regime de semiliberdade; VI internação em estabelecimento educacional”.

No Brasil, atualmente, a responsabilidade criminal tem início na adolescência, aos 12 anos de idade, quando, a partir desta idade, o jovem responderá segundo o Estatuto. Aquele com menos de 18 anos de idade, quando pego praticando um ato ilícito, responde pelos seus atos, de acordo com o que lhe é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A sentença de um Juiz da Infância e da Juventude é que vai definir a(s) Medida(s) Socioeducativa(s), substituindo a “pena”, como era nomeada no Código de Menores, no intuito de introduzir um caráter social e educativo às medidas (Cf. NOGUEIRA, 2003).

Nas medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) o jovem responde a seu processo em liberdade, juntamente com os profissionais que atuam nos programas de acompanhamento das medidas socioeducativas (psicólogos, assistentes sociais, advogados, pedagogos e orientadores sociais), responsáveis pela execução de sua medida, tentam encontrar juntos um outro caminho social na tentativa de responsabilizar este jovem pelos seus atos e as conseqüências advindas deles. O jovem, por sua vez, terá regras a cumprir para estar em liberdade, tais como: estar matriculado e freqüentando uma instituição de ensino, não se envolver em conflitos com outras pessoas e encontrar-se em sua residência antes das vinte e duas horas da noite.

O “adolescente em conflito com a lei”: uma questão de linguagem?

Diante de tantas mudanças conceituais e nomenclaturas históricas para se referir ao jovem que comete ou cometeu atos infracionais, confesso que o termo atual, “jovens em conflito com a lei”, nunca me deixou à vontade e, durante a minha escrita, percebi isso de maneira ainda mais visível pois, o termo apresentava-se para mim como uma terminologia institucional e jurídica que eu não pretendia utilizar e nem analisar. Respeitando todo o histórico de luta social que o termo carrega, o mesmo não satisfazia meus objetivos. O termo “em conflito com a lei” me remetia à palavra “conflito” que, segundo o dicionário Aurélio, significa estar em luta, em combate, em desavença, em guerra. Assim, para mim, o “jovem em conflito com a lei” tornava-se um indivíduo possuidor de algo que precisava ser “sanado”, “resolvido”, “encerrado”. Porém, “resolver” seu conflito com a imposição da lei, da rigidez e da ordem, pura e simplesmente, não garante a eficácia de um trabalho social junto a esses jovens, concordando também com Vianna (2003, p.13) quando questiona em como “esperar encontrar ordens rígidas (às quais a ‘turbulência’ juvenil é colocada em contraste para ser definida) no mundo extremamente complexo da sociedade”.

Um outro termo existente, já abolido pela maioria dos profissionais que trabalham na área da juventude, ainda muito utilizado pelo senso comum e pela mídia, é o termo “menor infrator”, carregado de preconceitos que vêm perdurando durante séculos, pois “menor” nunca é o jovem de classe mais abastada, é sempre o jovem pobre e o provável criminoso. Definitivamente, também não conseguiria utilizar-me desse termo para designar meus interlocutores.

Pensei na possibilidade de chamá-los apenas, mas ainda que confusamente, de “jovens infratores”. O termo infração também não me guiava aonde gostaria de ir, mas me fazia refletir sobre a violação de leis e regras previamente estabelecidas. Segundo o dicionário Aurélio, infringir ou infringir significa violar, transgredir. Bem ou mal, esse tem sido o termo que tem me aquietado mais, apesar de ainda não por completo; afinal, eles não são apenas e simplesmente “infratores”. Dessa forma, durante toda a minha escrita, surgirá o termo “jovens infratores” para referir-me aos interlocutores, sempre de forma aspeada para destacar e reforçar minha justificativa de incompletude diante da concordância com o termo.

No que se refere às palavras em negrito encontradas nos discursos dos jovens ao longo do texto, estas se referem aos termos, palavras e expressões utilizados e, muitas vezes, criados pelo “jovens infratores”. Para melhor compreensão, há um glossário no final deste trabalho com as explicações dos próprios jovens a respeito dos termos utilizados, para não

haver deturpação, ou mesmo, traduções e interpretações equivocadas dos discursos de meus interlocutores.

Encontrando os jovens

Apesar de ter lidado, em grande parte, com um público específico de jovens que se encontravam respondendo a processo judicial e sendo acompanhados, na maioria das vezes, pelo “Programa LA”, determinei em minha pesquisa que não apenas me utilizaria dessa instituição para ir ao encontro desses jovens. Evitei ao máximo, fazer da instituição um reduto e uma única possibilidade de encontro, até porque, muitas vezes, o local estava carregado de uma relação com a lei, que nada tinha de semelhante com a relação que eu pretendia estabelecer com meus interlocutores, muito menos com o que queria estudar. Porém, em muitos momentos, o “Programa LA” tornou-se minha única fonte de estabelecimento de contato inicial com os mesmos, devido à dificuldade de encontrá-los de outra forma, que não a imposta pela lei, pois eles eram dificilmente descobertos, ou mesmo, se deixavam encontrar, devido a sua condição peculiar de “foras da lei”. Cheguei a conversar com dois outros “jovens infratores” moradores de Olinda não ligados à instituição “Programa LA”, porém, levados ao meu encontro através de outros “jovens infratores”.

Durante minha observação participante, tive a possibilidade de criar dois tipos de interlocução nos encontros com os jovens: os grupos de discussão e as conversas informais individuais.

Nos meses de julho a novembro de 2004, foi possível contatar e iniciar os encontros em grupo. O mês de julho se constituiu no estabelecimento de contato e convite aos jovens para participarem através de uma explicação do que se tratava a pesquisa. Selecionei dentre arquivos do “Programa LA” os homens jovens que se apresentavam naquele período com a idade entre quinze e vinte anos. Alguns foram convidados pessoalmente, quando conseguia chegar até seus endereços e outros, residentes em locais de alto risco devido, geralmente, ao tráfico local, foram contatados por telefone. Ao todo, foram convidados trinta e cinco jovens, mas, apenas dez jovens compareceram ao primeiro encontro. Durante esses quatro meses (agosto, setembro, outubro e novembro), encontrava-me com os “jovens infratores” em grupo, uma vez ao mês. O tempo entre um grupo e outro me ajudava a compilar as informações obtidas através do gravador e das anotações realizadas por mim logo após cada encontro e, ainda, possibilitava minha organização para o mês seguinte. A prática de psicóloga com grupos ajudou-me a ter um manejo na facilitação dos grupos com os jovens

e em propiciar estímulos grupais para a sua concretude, porém, meu olhar e minha escuta estavam em outro momento de atenção e preparo mais voltados para as concepções sociais de apreensão do fenômeno.

Cada encontro abordava um tema diferente: no primeiro, conversamos a respeito de seus possíveis conflitos familiares com a presença de dez jovens; no segundo, onde foi discutida a questão do uso e da venda de drogas ilícitas, houve a presença de nove jovens, pois, um deles havia sido assassinado algumas semanas antes; no terceiro encontro, em que os jovens puderam falar sobre ser homem, com a presença de apenas sete jovens pois, um havia desistido de participar alegando estar sem tempo devido a um emprego conseguido e um outro havia sido preso por tráfico; no último encontro, em que conversamos a respeito do lado bom e do lado ruim do crime, houve a presença de seis jovens, pois, mais um havia morrido.

Nesses momentos de encontros em grupo, eram dados estímulos, tais como filmes, documentários e músicas relacionados com cada tema e, em seguida, era aberto um debate onde cada jovem poderia se colocar, ou não, em sua experiência e a sua opinião sobre aquele determinado tema que estava em pauta no dia. Devido à necessidade de um espaço maior e mais reservado, os encontros foram realizados dentro da instituição “Programa LA”. Dos dez “jovens infratores”, quatro afirmavam não se conhecerem antes do início dos encontros em grupo, três se conheciam por residirem em bairros próximos e outros dois mantinham um relacionamento mais estreito, de amizade fora e anteriormente aos encontros grupais.

Percebi esses encontros como uma peça fundamental em meu trabalho de coleta de dados, pois os jovens pareciam apresentar-se mais à vontade do que nas entrevistas individuais para falar de si e de suas experiências. O sentimento de que não estavam sós e que o outro ao seu lado também havia passado por algo parecido e ia compreender o que estava sendo falado foi, muitas vezes, colocado por eles nos finais dos encontros. Os jovens demonstravam gostar mais de estar em grupo e falar de si em grupo, talvez uma característica própria desses jovens, ou, talvez, por se encontrarem numa situação específica de “infratores”. Foi um fato facilmente observável o falar mais frouxo e relaxado quando o jovem encontrava-se inserido no grupo.

Já nas conversas informais individuais, dos dez “jovens infratores” contatados, apenas cinco se colocaram à disposição para participar; sendo dois deles também integrantes dos encontros em grupo. As conversas individuais eram realizadas basicamente nas residências ou em locais de sociabilidade dos jovens, tais como: praças, campos de lazer,

parques, associações de moradores, locais que colaboravam para a intenção de informalidade das conversas.

As conversas individuais eram realizadas após o período dos encontros em grupo, entre dezembro de 2004 e fevereiro de 2005, quando já me encontrava em direção ao segundo ano do mestrado, fato esse que contribuiu a ter mais tempo, confiança e leitura científica para a compilação das informações adquiridas nessas conversas. Dependendo da disponibilidade do jovem e da minha necessidade, o encontro com um determinado interlocutor se repetia. Houve apenas um jovem com o qual nos encontramos por um período de três meses e que se constituiu como fundamental para a conclusão de minha pesquisa, “Tuta”, a ele dediquei o último tópico do Capítulo 3. Com os outros dois tive encontros individuais apenas uma vez. As conversas tratavam de diversos temas centrais para o meu entendimento das suas atitudes transgressoras, tais como: masculinidade; cumprimento e transgressão da lei; suas trajetórias na criminalidade; a condição de pobreza em que se encontravam; o relacionamento com a família, com os amigos, com as mulheres, com outros homens, com o dinheiro e com as drogas.

Nos momentos em que as conversas aconteciam nas residências dos jovens, também tive a oportunidade, mesmo que de forma não planejada, de encontrar-me com algumas famílias desses “jovens infratores”, principalmente com suas mães. Eram basicamente bate-papos que ocorriam esporadicamente, anterior ou após as conversas com os jovens, mas que se mostravam como fundamentais para compreender algumas falas. Ao longo de minha pesquisa de campo, esse encontro com a família tornou-se muito importante e, sempre que possível, mantinha esse momento (ver Capítulo 1).

Dentre os instrumentos utilizados para a pesquisa, destaco meu diário de campo, objeto imprescindível durante todos os momentos em que aquele “mundo” diferente do que eu conhecia me causava tanta surpresa, proporcionando uma riqueza de pensamentos e indagações, possibilitando-me entrar um pouco mais em contato com minhas idéias e, principalmente, com meus sentimentos.

Já o gravador, este só me foi possível durante os grupos, talvez por ser um instrumento que acabava por se dissolver diante do grupo, ou mesmo, pela sensação relatada pelos “jovens infratores” de que “a fala de vários se torna a fala de ninguém”⁸. O fato é que nas entrevistas individuais, todas, sem exceção, fui proibida de usá-lo pelos jovens. Eles afirmavam que tinham receio que as informações chegassem a outros e acabassem por

⁸ Frase dita por um jovem de 17 anos respondendo processo por assalto a mão armada ao me ouvir perguntar se poderia utilizar o gravador durante o grupo.

comprometê-los ainda mais, fato que não acontecia no grupo, por, segundo eles, suas falas e identidades serem mais dificilmente distinguidas. Os jovens afirmavam a todo o momento não quererem se expor e questionavam para onde iria a gravação, quem escutaria suas falas e para que serviriam. Suas vozes poderiam lhes comprometer, assim, não ser identificado assumia uma questão de sobrevivência. Alguns afirmavam querer ver a pesquisa depois de terminada, outros me abordavam, meses depois, questionando o trabalho pronto. Assim, a possibilidade de nosso contato acontecer com a presença de um gravador diminuía consideravelmente, fato que atrapalhou os momentos seguintes aos da pesquisa de campo, o escrever.

Tentei driblar essas dificuldades através do uso do gravador como se fosse um caderninho, relatando as falas escutadas sempre logo depois de nossos encontros. Dessa forma, sempre o tinha à mão e gravava minhas sensações e falas durante as entrevistas depois de terminadas. Aproveitei essa idéia de um colega e amigo do Mestrado de Antropologia, Adjair Alves, que também trabalhava com um grupo de jovens do Morro Bom Jesus na cidade de Caruaru onde também não lhe era possível a utilização do gravador nos momentos das conversas com seus interlocutores.

O desafio da pesquisa se configurou em transformar minha experiência de atendimento psicoterapêutico aos “jovens infratores” em também objeto de investigação antropológica. Meu olhar, esforçando-se por tornar-se etnográfico, fazia referência constante às teorias apreendidas no Curso de Antropologia. A simples curiosidade diante do exótico dava lugar a um olhar apoiado em uma identidade mais relativizadora. A experiência em atendimento terapêutico em muito ajudava no que diz respeito à proximidade com alguns de meus interlocutores, mas, em muito atrapalhava, como no momento de analisar e interpretar os dados de uma forma mais social e menos psicologizante. Ou, até mesmo, na condução, fundamentalmente, das conversas individuais: mesmo não estando na condição de psicoterapeuta, percebia-me, por vezes, realizando intervenções terapêuticas e de aconselhamento aos jovens.

Momentos de escuta, observação e troca, mas também de confrontos entre dois mundos, em certos momentos, bem diferentes. Eu, pesquisadora, vivendo num contexto de violência próxima e constante, eles, “jovens infratores”, geralmente, mas não somente, produtores dessa violência. Além de outras inúmeras barreiras sociais, econômicas e de gênero, diferenças de experiências que nos cercavam a todo instante: eu, mulher, eles, homens; eu, economicamente estável, eles, em condição de pobreza e miséria; eu, pesquisadora acadêmica, eles, que, em sua maioria, mal haviam concluído o ensino fundamental ou sabiam ler; fatos que interferiam em minha pesquisa constantemente e que

também me faziam refletir a respeito dos contextos em que esses jovens se encontravam inseridos ou não.

Durante meus encontros com os “jovens infratores”, pensava em Malinowski (1997) e no seu diário de campo pessoal, expondo seus momentos de antipatias, raivas, agressividades e angústias pelos seus interlocutores “nativos”. Pensava em como minha personalidade, meus sentimentos, poderiam ou não estar influenciando nesses encontros e em como confessar para mim mesma que as coisas poderiam não ir tão bem quanto eu imaginava e calculava, ou como eu gostaria que fosse nossa relação; ou mesmo, que os odiasse, temesse, ou desejasse suas punições pelos seus atos ilícitos, muitas vezes, relatados para mim com riqueza de detalhes e até mesmo com efeitos sonoros produzidos pela boca dos jovens que pareciam estar a contar um filme de guerra: atos cruéis, que cometeram e alguns ainda cometiam.

Refletia também com Jean Genet (1986) em seu “Diário de um Ladrão”, tentando conferir uma dimensão heróica à criminalidade em seus relatos e narrativas pessoais de suas próprias andanças pelos vários países da Europa, como realmente um criminoso. Vinha-me também, entre tantos outros inspiradores e tantas outras reflexões, Michael Foucault e a sua teoria do poder intrínseco às relações humanas, temia eu estar sendo uma autoridade a fazer perguntas e me iludir na criação de uma relação ilusória de diálogo e interlocução, esfumada pelo poder que achava possuir e pelas informações que achava serem as mais fidedignas possíveis.

Diante de todas essas minhas inquietações e questionamentos, refleti, por vezes, se estaria eu conseguindo realizar junto aos “jovens infratores” um verdadeiro “encontro etnográfico”, uma real “fusão de horizontes”, ou mesmo, uma adequada “observação participante”, habilidades tão exaltadas por Cardoso de Oliveira (2000) e outros tantos antropólogos lidos e relidos durante minha caminhada acadêmica. Estava ansiosa por captar todos os “excedentes de sentido” toda a significação possível, mesmo sem saber exatamente o que era ou como era conseguir isso.

O fascinante “estar lá”, no campo de pesquisa, relatado por Cardoso de Oliveira, se constituía do inesperado. Meu objetivo, “estando aqui”, escrevendo, tentando ter um olhar mais crítico do meu campo de pesquisa e textualizando o que foi observado, é relatar e analisar minha experiência etnográfica atrelando minha reflexão a respeito dos discursos dos “jovens infratores” sobre suas atitudes transgressoras durante suas vidas.

Durante a pesquisa de campo com os “jovens infratores”, enfrentei diversas dificuldades, tais como: o assassinato de três dos meus interlocutores; o suicídio de outro; a

prisão de dois outros por já estarem com dezoito anos de idade e terem cometido outro ato ilícito; e mudança de endereço de um deles para outro Estado devido ao risco de morte que corria. Dificuldades que me fizeram, em muitos momentos, refletir a respeito delas, mesmo sem querer, pois estavam reais demais aos meus olhos e tornavam-se desafios mais que puramente dificultadores da pesquisa, e sim, questões sociais complexas que necessitavam ser pensadas.

Como desafio teórico, destaco trabalhar com um grupo considerado estigmatizado, e não me tornar uma simples porta-voz do mesmo, reduzindo a minha pesquisa a uma denúncia social, diante de minhas próprias indignações morais (Cf, ALVIM, 2001). Isso poderia não me proporcionar o estranhamento necessário como forma de compreender o outro (Cf. CARDOSO de OLIVERA, 2000). A tentação de mostrar não só as atitudes, os discursos dos jovens e as minhas análises e interpretações foi imensa; ver aqueles jovens e poder escutar e presenciar, muitas vezes, o preconceito, a humilhação e a violência física e psicológica sofrida pelos mesmos fazia-me tropeçar e recuar em muitos de meus discursos durante a minha escrita neste trabalho. Estar diante de um “outro”, tentando compreendê-lo, mas vendo-o também profundamente violado de seus direitos me deixou com um relato que peca, em certos momentos, na sua dramaticidade, como se para tocar o leitor, deixando-o mais próximo da realidade que se apresentava para mim como pesquisadora. O fato de presenciar em meio às conversas com os jovens, batidas e revistas policiais extremamente violentas e desnecessárias, apreensões de meus interlocutores para averiguações sem nenhum motivo plausível, forçando-me em certos momentos a seguir carros de polícia até as delegacias para colocar-me como testemunha de que nada havia acontecido (ver Capítulo 3), ajudava-me a ficar em dúvida e questionar meu papel de pesquisadora.

Apesar de não perceber claramente em que lugar meus interlocutores me colocavam e como eles me percebiam, tive, em certos momentos, indícios disso. Em algumas de suas falas, ao se definirem, os jovens me utilizavam como parâmetro, tais como: “Vocês riquinhos são engraçados, vocês acham que a gente...” (Capítulo 1); “Homem é homem...Você é mulher e nunca vai saber” (Capítulo2). Eram momentos em que me sentia sendo definida e percebida pelos jovens: mulher e pertencente a outra classe social. Era possível encontrar-me em seus relatos e assim me sentir mais próxima de meus interlocutores, mesmo sendo destacada pelas nossas diferenças.

Nas páginas que se seguem, o trabalho está organizado em três capítulos que abordam os temas centrais deste estudo e as suas interfaces entre criminalidade e identidade masculina: Jovens e Juventudes; “Homem é Homem” e Profissão: “Bandido”. Cada tema

central da pesquisa – juventude, masculinidade e criminalidade – refere-se a um capítulo que aborda o assunto sempre através da análise teórica dos discursos dos “jovens infratores”.

1. JOVENS E JUVENTUDES

1.1 Definições e indefinições de um grupo

A necessidade pessoal de especificar, para mim e para os outros, de que jovem e de que juventude estou falando, guiou-me para a construção deste capítulo. Afinal, como falar do jovem e da juventude sem especificar o que chamo e a quem chamo por essas categorias.

Neste capítulo inicial, disponibilizo: leituras e reflexões a respeito da questão da juventude; debates com outras ciências como a Medicina, a Sociologia e a Psicologia e os usos de diferentes termos como puberdade, jovem e adolescência; releituras da história do conceito de juventudes na Antropologia; reflexões históricas das categorias e representações sociais dos jovens e da pobreza no Brasil; e, finalmente, especifico os “jovens infratores”, atores desta pesquisa, bem como sua família, amigos, alternativas de renda, grupos de convivência e namoradas.

Durante as discussões que surgem sobre o período de transição da fase de criança a vida adulta, destaca-se a utilização freqüente de três categorias principais: puberdade, adolescência e juventude. Cada uma delas refere-se a um tipo diferente de enfoque dado às diversas fases da vida. As Ciências Médicas, preocupadas com as transformações fisiológicas no corpo do indivíduo de criança para adulto, teceram o conceito de puberdade; a Psicologia, juntamente com a Psicanálise e a Pedagogia, focando suas discussões nas mudanças relativas à personalidade e ao comportamento do indivíduo que está se tornando adulto, empregam comumente o termo adolescência; e as Ciências Sociais, tais como a Sociologia e a Antropologia, por tratarem da transição dos papéis sociais da infância para os papéis sociais do homem adulto, utilizam com freqüência o termo juventude.

Algumas culturas possuem um conceito de adolescência baseado nas diferentes idades para definir esse período. No Brasil, há um conceito legalmente instituído, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que define a adolescência como característica dos 12 aos 18 anos de idade⁹.

Para a Antropologia, o termo juventude pode ser definido como uma categoria social, ou seja, como algo mais que uma classificação em faixa etária. Ao ser definida dessa forma, a juventude é, simultaneamente, uma representação sócio-cultural e uma situação social. Gruppo (2000) resume bem esse entendimento:

⁹ Interessante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente rege o procedimento que a Vara da Infância e da Juventude irá adotar. Esta Vara, por sua vez, adota o termo Juventude, diferente do Estatuto, que utiliza o termo adolescência.

A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GRUPPO, 2000, p.7).

Dessa forma, não é apenas a simples limitação da faixa etária que poderá definir o que determina ou não a juventude, essa categoria vai muito além. Bourdieu (1983) vê o conceito de juventude, como arbitrário, não natural, onde os estereótipos sobre juventude se confundem com a idade social e a idade biológica. A classificação apenas por idade, ou ainda, por sexo ou apenas por classe social, impõe limites e produz uma ordem estanque, na qual cada um permanece no mesmo lugar.

A juventude como uma representação social é passível de manipulação, construção social suscetível a variações e elaborada através das lutas entre as diversas gerações. Cada cultura possui seus códigos específicos de funcionamento, que determinam o que é juventude ou envelhecimento. “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (BOURDIEU, 1983, p.113). Sendo assim, falar de jovens, de juventude, como se fosse uma unidade social com interesses e características comuns, relacionando a uma idade definida biologicamente, já é, por si só, uma manipulação. Novaes (2003, p.117) chama a atenção para a palavra “juventudes” no plural, ajudando a “evitar que se opere com a categoria juventude uma faixa etária ‘objetivamente’ definida ou um grupo naturalmente constituído por ‘problemas’ ou ‘interesses comuns’”; podendo encobrir as diferenças entre os jovens em termos diversos, tais como: culturas, classes, grupos, configurações sociais, locais de moradia, rendas familiares, religiões, etnia, escolaridades, gostos, estilos etc.

Na verdade, há várias juventudes que se distinguem pelo sexo, pela classe social, pela raça, por interesses culturais e sociais, pelos ideais, pelas expectativas, e tantas outras distinções. E não só uma juventude que pode ser assimilada a um único e homogêneo discurso. Mas também, é possível afirmar que há diversas juventudes, condensadas numa mesma categoria social, juventudes que se assemelham em certos momentos e se diferenciam em outros. Jovens pobres, jovens ricos, jovens *rappers*, jovens infratores, jovens músicos etc.

Sendo assim, não há como falar em uma única juventude ou no jovem, e sim, nas diversas juventudes, nos diferentes jovens. É uma pluralização de entendimentos que a juventude como categoria social poderá ser pensada em sua diversidade. Alvim (2002, p. 43) reforça esse fundamento quando alerta para a banalização da utilização e definição do

conceito de juventude: “é impossível pensar a categoria juventude sem se considerar o campo no qual ela se situa”. A juventude não é socialmente homogênea, devendo ser considerada em sua diversidade as várias maneiras de ser jovem, além do tempo e da cultura em que a mesma categoria está inserida no momento estudado, sendo a juventude compreendida como categoria cultural, social, histórica, e também relacional.

Assim, a categoria juventude se instaura mais do que como uma classificação em faixa etária, mas também uma classificação social em constantes mudanças, variações e relações. A juventude é mais do que puramente uma característica biológica e inata, ela está enraizada na construção social, no que se educa culturalmente para que os jovens se apresentem de tal ou qual forma e nas expectativas criadas em torno das suas condutas juvenis. Aspectos esses que variam profundamente de cultura para cultura, de indivíduo para indivíduo, de relação para relação. Dessa forma, a juventude é uma noção que não pode ser definida a partir de critérios exclusivamente biológicos, psicológicos, jurídicos ou sociológicos, mas sim da inter-relação entre essas diferentes dimensões.

“Juventudes” é muito mais do que um simples termo, conceito ou grupo; serão suas definições e indefinições que a caracterizarão durante todas as tentativas, acadêmicas ou não, de entendimento. Este será o enfoque que tentarei dar durante minha relação etnográfica com os “jovens infratores”. Utilizarei-me dos termos “jovens” e “juventudes” ao fazer referência aos meus interlocutores, personagens do presente trabalho que possuem pontos em comum: homens jovens, na idade de 15 a 20 anos, moradores de bairros pobres da cidade de Olinda, que cometeram alguma atitude ilícita e que se encontram respondendo a processo judicial em liberdade pela Vara da Infância e da Juventude.

1.2 Juventude e Antropologia: um pouco de história

Os estudos sobre adolescência, pela Antropologia, iniciaram-se basicamente com Margaret Mead em sua obra: *Coming of Age in Samoa* (1928). A pesquisadora dedicou-se ao estudo da passagem da infância à idade adulta nas populações das Ilhas Samoa, na Polinésia. Investigou a chamada “crise da adolescência”, marcada por conflitos e turbulências, e que eram cada vez mais discutidos no Ocidente e considerados como características “naturais”, “biológicas”, ou seja, como determinados pela natureza, de base fisiológica e, assim, um estado inevitável do desenvolvimento humano. Com suas observações na ilha de Samoa, Mead (1928) percebeu a ausência dessa chamada “crise da adolescência”, orientando-se então para um estudo do modo como o sujeito recebe a cultura e as formas de educação existentes

para absorvê-la, tentando compreender os seus elementos e as suas orientações essenciais. Segundo a pesquisadora, entre as adolescentes samoanas de sua pesquisa, a adolescência não representava um período de crises e tensões, e sim, pelo contrário, havia um desenvolvimento harmônico e lento de interesses e atividades.

Mais tarde, em sua obra *Sexo e Temperamento* (1969), a pesquisadora inicia uma reflexão central a respeito dos sexos, porém não abandona seus questionamentos a respeito das gerações, da existência ou não da “crise da adolescência”, observando os ritos de passagem da infância para a vida adulta entre habitantes das três ilhas da Nova Guiné. A autora demonstra que, na verdade, não é concedido significado ao conceito de adolescência nessas sociedades. O que existe, de fato, são ritos de passagem que, naquela determinada cultura, transformam a criança, a partir de dado momento, em um adulto.

Assim, os critérios que poderiam definir a fase da adolescência são construídos pela cultura em que o indivíduo está inserido e não fazem parte da sua constituição biológica e natural e nem mesmo apresentam, necessariamente, características que se assemelham à chamada “crise da adolescência”.

Percorrendo a história até os dias atuais, há muitas tentativas, sejam elas científicas ou do senso comum, de se definir juventude, embora nem todas as sociedades possuam esta categoria e “nem em todas as formações sociais a juventude se configura como um período destacado, ou uma categoria com visibilidade social” (ABRAMO, 1994, p.01). Assim, a juventude apresenta-se como uma categoria, produto da construção social, formulada no contexto de circunstâncias particulares: econômicas, políticas, culturais, sociais, históricas, relacionais; e por isso mesmo uma categoria constantemente sujeita a mudanças.

Margulis y Urresti (1996) defendem a idéia de que a idade, bem como o sexo, é uma base de classificação social e uma estruturação de sentido. Segundo os autores, os conceitos utilizados para classificar as idades estão cada vez mais ambíguos e imprecisos, mesmo quando analisados em uma mesma sociedade e uma mesma cultura. Afirmam:

Infancia, juventud o vejez son categorías imprecisas con limites borrosos, lo que remite, en parte, al debilitamiento de viejos rituales de pasaje relacionados con lugares prescriptos en las instituciones tradicionales y, sobre todo, en los planos económico, social y cultural (MARGULIS Y URRESTI, 1996, p.13).

Os autores chamam a atenção para o fato de que a juventude, como toda categoria construída socialmente, alude a fenômenos existentes, sejam eles simbólicos, materiais, históricos ou políticos. Despertam para o fato de que a categoria juventude pode diferir em

vários momentos, tais como quanto ao fator econômico, e isso irá influenciar suas atitudes. Da mesma maneira, ser homem jovem ou mulher jovem também possui conotações e espaços diferentes de definição, indefinição e relação. Margulis y Urresti (1996) concluirão que a categoria juventude apresenta diferentes modalidades na realidade cotidiana, além de variáveis sociais/culturais para “ser jovem”, que dependerão principalmente: da idade, da geração, da história, da classe social e do gênero.

São diferentes juventudes, cada uma com sua maneira de ser jovem. Reconhecer a diversidade das juventudes indo além de sua definição gramatical passa pela compreensão de outras categorias sociais envolvidas. Como diria Bourdieu (1983, p.112) “a ‘juventude’ é apenas uma palavra”, ou, lembrando Margulis y Urresti (1996, p.28), “a juventude é mais que uma palavra”. Na verdade, os dois autores tentam mostrar que a categoria juventude não pode encerrar-se em si própria: a juventude será apenas uma palavra, porém, seu entendimento e sua diversidade se estenderão de maneira muito mais ampla, sendo impossível pensar a categoria juventude sem considerar em que contexto ela se situa e quem são os jovens de que se fala.

1.3 Jovens, jovens problemas, jovens pobres: categorias e representações sociais no contexto histórico a partir da década de 50

Determinadas fases da vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases da vida são socialmente vistas ou destacadas, muitas vezes, como geradoras de “problemas sociais” (Cf. PAIS, 1993). Diante disso, traçarei, a seguir, um panorama histórico de acontecimentos envolvendo grupos que foram considerados juvenis e que possibilitaram a continuidade do interesse de investigação sobre eles, retomando como as juventudes vêm sendo tematizadas a partir da segunda metade desse século.

Hermano Vianna afirma que as pesquisas para compreender o “pensamento” dos jovens são realizadas periodicamente em todos os órgãos da imprensa, “desde que a cultura juvenil passou a ser considerada um ‘problema’, e uma paixão social, a partir dos anos 50” (VIANNA, 2003, p.11).

Foi nos “anos dourados” da década de 50, que James Dean encenou seu personagem rebelde em “Juventude Transviada”, passando a juventude a ser diretamente associada aos tempos de cinema, brilhantina, lambretas, *cadillacs*, jaquetas de couro e

rock'n'roll. O Brasil aparentava uma idealizada e irreal democracia e, quando observado à distância, retomava facilmente uma visão nostálgica dessa época (Cf. CARMO, 2003). Tempo também do jovem Fidel Castro e de sua Revolução Cubana, do jovem guerrilheiro “Che” Guevara e seu Movimento Revolucionário que atravessou continentes. Jovens transgressores, revolucionários, mas que pareciam lutar por um ideal. Porém, tempo também de uma juventude que ousava com seus carros praticando rachas e consumindo bebidas alcoólicas. Destaca Abramo (1997) que essa juventude possuía como problema social: ser considerada como tendo uma predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, quase que inerente à condição juvenil, corporificadas na figura dos rebeldes sem causa.

Já na década de 60 e parte dos anos 70, segundo Abramo (1997), a juventude brasileira apresentou manifestações juvenis vistas como questionadoras e revolucionárias da ordem social, através de atitudes críticas à ordem estabelecida, em busca de transformação. É a partir desse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, tendo como referência fundamental os jovens de classe média, jovens estudantes secundaristas e universitários, bem vestidos e irreverentes com questionamentos culturais e políticos estruturados, jovens vistos como expressão de politização e de construção de uma nova sociedade e de transformação do mundo, mas que também foram duramente perseguidos pelos aparelhos repressivos da época.

Até então, os jovens de classes populares ficavam em segundo plano, não eram reconhecidos, nem mesmo elogiados pelos seus atos, talvez dificilmente tenham sido lembrados como juventude.

Os anos 70 caracterizavam-se pela ressaca das severas censuras, proibições, exílios e torturas, e que, com o movimento *hippie* se enxergava a vida simples como um jeito novo de viver. Segundo Carmo (2003, p.118) “bastava o colchão em um canto do piso do quarto, o som ao lado, revistas e livros empilhados, almofadões em substituição ao sofá e geladeira quase sempre vazia”. A vida simples, aparentemente pobre, era uma forma de os jovens transgredirem, dando-lhes visibilidade e saindo do convencional, da ostentação do luxo.

A juventude da década de 80, com um regime político mais democrático de “Diretas Já” e o fim da censura, surgia como a “geração saúde” a modelar seus corpos nas academias. Uma juventude caracterizada como individualista e consumista, indiferente aos assuntos públicos. Ou, como Abramo retrata, uma juventude apática. De acordo com Quiroga & Neto (2000), a visão da juventude “não engajada” compareceu no cenário urbano desta

época através de movimentos como os *punks*, *darks*, *rocks*, atraindo a atenção pela agressividade real e simbólica de seu comportamento.

Os meninos moradores de rua, ao mesmo tempo, surgiam neste cenário como um contexto social de problema ligado à pobreza e à exclusão. A figura do lendário *Pixote*, protagonista do filme de Hector Babenco, em que a dura realidade do jovem pobre chegava ao ator principal em sua vida real. O ator que representou o personagem título, ele mesmo um jovem pobre, fora assassinado anos depois das filmagens, aos 18 anos de idade, ao tentar roubar um automóvel e fugir da polícia.

No que se refere à juventude urbana pobre, essa nunca foi destacada, a não ser através dos movimentos musicais ligados à cultura *hip hop*, comuns nas periferias e nos guetos das grandes metrópoles brasileiras e, conseqüentemente, mais reconhecidos e difundidos pela camada popular, sendo considerados, na maioria das vezes, jovens perigosos e violentos. Apesar de já existirem desde a década de 70, sua visibilidade só se dá na década de 80 e 90 com seus bailes, músicas e ritmos (Cf. QUIROGA & NETO, 2000).

Os jovens “caras pintadas” da década de 90, ao protestar e exigir o *impeachment* do então Presidente da República do Brasil, Fernando Collor de Melo, são os atores desta década. Segundo Abramo (1997), a visibilidade social dos jovens muda em relação aos anos 80, a apatia e desmobilização dão lugar a jovens envolvidos em diversos tipos de ações tanto individuais quanto coletivas. Quanto aos pobres, resta-lhes o destaque através de ações ligadas à violência e vandalismo, tais como arrastões, *surf* ferroviário, gangues e galeras.

A juventude, através desses acontecimentos ao longo da história, principalmente a juventude pobre, vem sendo percebida e analisada social e culturalmente como uma fase da vida marcada por instabilidades ligadas a determinados “problemas sociais”.

Até os dias atuais, as próprias análises sociais têm privilegiado a juventude pobre como relação direta à delinquência ou à violência urbana (como vítimas ou algozes), destacando-os pela inserção em atividades ilegais e de forma prematura; na grande quantidade de evasão escolar; e no alto consumo de drogas. Alvim (2002) confirma esse fato:

A visibilidade da infância e da juventude das classes populares pela sociedade e pelo mundo universitário só aparece em conjunturas distintas, e, na maioria das vezes, quando estas se tornam um problema social ou quando (em algumas situações relativas à juventude) elas surgem expressando formas culturais específicas (ALVIM, 2002, p.55).

Algumas das atitudes juvenis, principalmente entre jovens pobres, são consideradas atitudes de rebeldia, e, durante sua história, acabam tendo uma conotação de vandalismo, criminalidade e, até mesmo, violência, sendo esses jovens e seus atos, vistos como um problema.

A partir do momento em que esse contexto pode ser percebido, as diferenças e conflitos entre as definições e indefinições dos termos a respeito da juventude perdem lugar para uma questão mais séria. Questão essa que dá margem a um outro tipo de discussão fundamentada nas classes sociais em que os jovens estão inseridos e, nas quais vivem, geralmente, toda sua vida. Será possível essa classe definir o teor de suas atitudes? Achar que a culpa de um “jovem infrator” encontra-se no seu passado miserável e na falta de oportunidades cotidianas, de certa forma, não nos leva a sugerir que ele não teve escolhas? Mas, por outro lado, o que faz com que outros jovens, nas mesmas condições sociais, não tenham se envolvido em delitos e atitudes de violência? Ou mesmo, como é possível pensar na possibilidade de que esses jovens, de forma inerente às suas experiências anteriores, trariam a “marca da maldade” (Cf. ALVIM, 2001), e a eles só restaria o mundo do crime, da ociosidade?

A associação pobreza-crime torna-se cada vez mais comum. Alguns estudiosos dos problemas da juventude pobre pesquisam sua precária condição de vida como possível base para o comportamento violento. A pobreza é frequentemente aliada a conflitos familiares e à criminalidade infanto-juvenil. Uma visão serial de causa e efeito que tenta explicar o contexto da violência juvenil associando a pobreza à criminalidade.

Conseqüentemente, tenderíamos a crer que todos os jovens de classes populares são potencialmente criminosos e violentos. Ao afirmarmos que a violência e os atos ilícitos juvenis concentram-se ou restringem-se apenas às classes populares, poderemos estar reforçando preconceitos e injustiças sociais já há muito enraizados. Afinal, “continuar a afirmar que a pobreza explica o crime significa também reforçar a opção preferencial pelos pobres que a polícia e a Justiça brasileiras já fizeram há séculos” (ZALUAR, 1996, p.57).

Existe uma população de jovens de condutas ilícitas protegidos pelos muros altos de seus condomínios luxuosos e seus hábitos de zelo e proteção econômica, que fazem com que seus atos delituosos dificilmente cheguem a público, sendo raramente punidos, fazendo, conseqüentemente, com que os jovens “criminosos” destaquem-se apenas pela sua condição social de pobreza e miséria. Como afirmou Levisky (2000, p.31) “a delinquência nas classes média e alta tem configurações distintas da classe operária ou desabrigada, e, não raro, fica acobertada pelo poder econômico, que silencia os processos judiciais”. É fato estatístico que o

jovem que cometeu atos infracionais tende a se originar de classes populares, pelo menos, o jovem que é pego pela malha da justiça advém dessas classes. Porém, se todos compartilham a mesma miséria, isso não significa que todos os jovens nessa situação se tornem “infratores”.

Pensamentos comuns quando se trata de jovens pobres é que, além de serem rebeldes, são pobres e podem a qualquer momento roubar, não são de confiança, são os chamados “menores infratores”; e que se não possuírem um biscate para fazer, se dedicarão a pequenos furtos. Pensamentos que acabam por construir e reforçar uma leitura da juventude pobre apenas pelas transgressões, desvios e criminalidades.

1.4. A família, a escola, os “bicos”, os ‘chegados’, os ‘caras’ e as ‘pirráias’

Ao ir ao encontro de meus interlocutores em suas residências, também foi possível conversar com alguns membros de suas famílias, na maioria das vezes, a mãe, geralmente a pessoa que se encontrava nos cuidados da casa. Assim, pude fazer algumas observações a respeito do contexto e da dinâmica familiar dos “jovens infratores”.

A dinâmica da sobrevivência material do grupo estudado é conseguida com grande esforço, geralmente as famílias são numerosas (entre sete a onze integrantes) e poucos trabalham, ou por não possuírem idade mínima para isso, ou por já serem idosos demais, ou simplesmente por não conseguirem uma atividade remunerada. O homem, quando existente na casa, é considerado e denominado o “chefe da família”¹⁰, sente-se obrigado a trabalhar muitas horas, além dos finais de semana e horas extras com “**bicos**”, “**oias**”¹¹, para cobrir o salário que é pouco; a mulher, denominada “chefe da casa”, além dos afazeres domésticos e o cuidado com as crianças e velhos que porventura residam no local, deve também procurar trabalho para completar a renda que ainda é pouca para o sustento e alimento da família. Conseqüentemente, os filhos, principalmente os do sexo masculino, por serem considerados provedores, muitas vezes, têm que se responsabilizar pela casa e contribuir de alguma forma para o orçamento familiar.

A mulher, a mãe, freqüentemente é vista como figura idealizada pelos outros membros da família, principalmente os filhos homens. Ao questionar para os “jovens infratores”, nas entrevistas individuais, qual a pessoa que mais gostavam na vida, a mãe surgia

¹⁰ As expressões “chefe da família” e “chefe da casa” são categorias utilizadas pelo grupo estudado durante o trabalho de campo.

¹¹ Ver palavras negritadas no Glossário.

constantemente como referência positiva, mesmo que se utilizando, muitas vezes, da ameaça de violência ao outro para reafirmar seu afeto:

“Minha mãe é a pessoa que mais amo nessa vida, se alguém fizer alguma coisa com ela vai se arrepender” (“jovem infrator” com 15 anos de idade respondendo por atentado violento ao pudor, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“É só o pai, tá ligado? A mãe, não. O pai é que é bronca, o pai chamando você de marginal, é **dedo duro**, aí o cara pira, né. O pai chamando você de cabra safado... Nada a ver, tá ligado? Fica dizendo: tá se juntando com ladrão, então tú é ladrão também! A mãe diz: Se **cair** eu num vou lhe visitar. Aí a gente fica **noiado**, mãe tem disso, **apela** pra gente ficar sentindo falta, mãe é muito mais legal” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).*

A mãe surge como uma figura de proteção, que deve ser preservada porque é boa, cuida e resguarda o jovem, não querendo que ele entre ou retorne à criminalidade, ameaçando-o não mais lhe visitar se este ficar recluso devido ao cometimento de alguma atitude ilícita. Assim, a possibilidade de perda da mãe chega ao “jovem infrator” como um temor, seja pela via do receio de que algo ou alguém lhe faça mal, ou seja, pela possibilidade de sua ausência nas visitas ao local de reclusão. Já a figura do pai apresenta-se como aquele com o qual não se pode contar porque é delator ou porque reforça a marca de marginal do jovem.

A figura do pai apresenta-se, na maioria das vezes, como que ausente nas vidas dos “jovens infratores”, apesar de constantemente presente em seus discursos ao falar de suas famílias:

“Meu pai pra mim não existe não. Eu não tô falando da família de ninguém, não, tá ligado. Tô falando da minha parte. Pra mim, meu pai não existe, ele nunca me deu porra nenhuma, nem sabe se eu tô vivo ou morto” (“jovem infrator” com 16 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

A ausência paterna, no relato acima, se constitui de forma real, caracterizada pelo abandono do lar e do cuidado dos filhos. Em outros momentos, o discurso dos “jovens infratores” destaca uma ausência simbólica desse pai, que permanece residindo na casa:

*“Meu pai é um covarde, pra mim ele não existe, o que ele faz quando bebe é muito ruim. Eu sei que ele tá desesperado porque não tem **grana** pra sustentar a gente, mas o que ele faz num tem perdão, eu não perdôo, minha mãe perdoa, mas se ele tocar de novo nela, eu mato ele, sem piedade”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por porte ilegal de armas, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O pai tende a perder a dignidade e autoridade na medida que depende do trabalho e da ajuda dos filhos e da mulher, apoiando-se, muitas vezes, no álcool e na violência doméstica, tentando conseguir a sua autoridade masculina simbólica abalada ou perdida, já que não consegue ser o provedor do teto e alimento para a família.

De acordo com os discursos das mães, apesar das atitudes agressivas dos seus companheiros, muitas vezes físicas, a figura masculina tende a permanecer na casa:

“Se dependesse de meu filho, o pai não estaria mais aqui. Mas eu vou fazer o quê? Não posso mandar ele embora, é meu marido, pai dos meninos, dono dessa casa. Como é que vamos ficar se ele for embora? Não vou conseguir dar conta de tudo sozinha. Aí é que os meninos desandam e vão pra rua de vez” (mãe de “jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por porte ilegal de armas).

É como se a sua ausência fosse pior que sua presença agressiva. Esclarecendo um pouco essa necessidade da figura masculina na família, temos Sarti (1996), observando famílias pobres em São Paulo, que relata:

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença ‘desnecessária’ continua necessária (SARTI, 1996, p. 48).

Assim, mesmo diante de diferenças sociais e novas configurações de modelos de famílias que possam vir a surgir, durante minhas observações e análises no campo de pesquisa nos anos de 2004 e 2005, percebi que, nas famílias dos “jovens infratores”, o modelo tradicional hierárquico ainda possui força no momento da formação e continuação familiar, gerando, por vezes, “a coexistência de normas ‘patriarcais’ e práticas ‘matrifocais’” (SCOTT, 1990, p.39). É a idéia de que a presença masculina e o seu provimento econômico e ou moral são necessários para a manutenção da ordem moral familiar, mas, é a presença feminina que irá orientar essa moralidade e, acima de tudo, reforçá-la e preservá-la.

Além da família, outra instituição bastante ecoada nos discursos dos “jovens infratores” e da suas famílias, é a escola. Ao falarem da escola, é comum qualificá-la como um espaço para ocupar o tempo, “ocupar a mente”, tempo que estaria, se não fosse a escola, sendo gasto na rua com outras atividades, que, para a família, seriam, na sua maioria, vistas como erradas, como “coisas de marginal”:

“Minha mãe diz que mente vazia é oficina do diabo, sabe como é... A coroa fica puta comigo quando falto aula, começa logo o drama e aí já viu, diz que eu tô saindo da aula pra usar maconha e que vou acabar voltando a fazer as coisas que eu fazia antes, ela não confia mais em mim!” (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista individual no ano de 2005).

No discurso da família, representada aqui, em sua maioria, na figura da mãe, a escola, muitas vezes, é percebida como o local onde se busca informações e conhecimentos para “progredir” na vida, para “ser alguém”, para obter ascensão social, que em parte, é uma representação ideológica, já que nem todos os jovens que vão para a escola ascendem socialmente:

“Eu vivo mandando ele ir para a escola. Já to cansada de falar. Se ele largar os estudos o que vai ser dele? Porque dinheiro mesmo a gente não tem, então tem que estudar pra ser alguém” (mãe de “jovem infrator” de 16 anos de idade respondendo por furto).

Aqui, surge a representação da família de que há apenas duas maneiras pra “ser alguém na vida”: dinheiro ou estudo. Acrescento uma representação de ascensão social a partir do discurso dos “jovens infratores”, mas que em nenhum momento foi destacada pela família durante as entrevistas: a vida no crime. Discutiremos este ponto mais intensamente nos capítulos 2 e 3.

Na verdade, os poucos jovens que conseguem destacar-se na escola servem de exemplo para essas famílias e mantêm a ilusão pedagógica de que são a regra:

“Esse negócio de estudar não é pra mim. Minha irmã se deu bem, mas isso não quer dizer que eu vou me dar, não tenho paciência com essas coisas. Ela já tá é adiantada e eu ainda tô no fundamental” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista individual no ano de 2005).

Os “jovens infratores”, fundamentalmente, os do sexo masculino, possuem acesso de forma proporcionalmente menor ao ensino médio e conseqüentemente universitário, pois terão que trabalhar cedo para ajudar no sustento da casa. A escola, por sua vez, não tem se apresentado como uma atividade atraente aos jovens:

“Para que estudar se meu primo estudou, completou todas as séries da escola, passou por média e tá aí, desempregado e sem mulher?” (“jovem infrator” com 16 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista individual no ano de 2005).

A representação da escola como local em que não haverá nenhum tipo de ganho é comum nos discursos dos “jovens infratores”. Eles demonstram ter consciência de que a escola proporcionará, na medida do possível, algum tipo de conhecimento, mas demonstram em seus relatos não acreditarem que esse conhecimento adquirido lhe será útil. Dessa forma, possuir estudo não demonstra ser garantia de nada para a maioria desses jovens. Bourdieu (1983) resume apropriadamente essa questão:

Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um homem (BOURDIEU, 1983, p.115).

Os “jovens infratores” se angustiam com o prolongamento da vida escolar, tanto devido ao fator econômico, quanto à precária situação do sistema de ensino público do município de Olinda:

“Quando a escola não tá em greve, falta professor. De quatro aulas no dia, só tem uma, fico de bobeira o resto do tempo, sem fazer nada, nem ocupar a mente eu posso. Prefiro ficar em casa, ou na rua, procurando emprego, tenho mais o que fazer do que papel de otário” (“jovem infrator” com 15 anos de idade respondendo por atentado violento ao pudor, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Assim, a escola torna-se desestimulante ou um espaço apenas para tentar ocupar o tempo para não “cair” ou reincidir na criminalidade.

Para os “jovens infratores”, o trabalho informal surge como alternativa rápida para o sustento da família, como forma de matar a própria fome, ou como meio para conseguir objetos materiais, tornando-se para o mesmo mais importante que a escola:

“Meu filho nunca gostou de estudar, desde pívete. Ele sempre preferiu ir trabalhar com o pai. Eu brigava, mas não tinha jeito. O pai perguntava logo: ‘você vai querer ir para a escola ficar ouvindo lorota, ou prefere ir trabalhar na feira com seu pai e voltar pra casa com o bolso cheio de dinheiro?’” (mãe de jovem de 17 anos de idade respondendo por roubo).

Apesar do sentimento imediatista e da falta de estudo e profissionalização, o modelo tradicional de trabalho ainda é muito almejado pelos “jovens infratores”, mesmo tendo se tornado mais difícil de se praticar. Ao lado da negatividade contida no fato de ser pobre e criminoso, a oportunidade de ser trabalhador acrescenta significado moral conferido ao seu trabalho, requalificando as relações de trabalho sobre o capital. Ou seja, para esses jovens, trabalhar, muito mais que estudar, pode significar o resgate da sua dignidade perdida em decorrência do estigma de ser “ladrão”, “bandido”, “vagabundo”, “marginal”:

“Tudo que eu queria era um emprego de carteira assinada. Aí sim eu saía dessa vida... Eu acho” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

A disponibilidade para trabalhar vai, muitas vezes, depender da necessidade da família, necessidade essa que poderá decidir o grau de frequência à escola, ou mesmo, o seu total abandono.

O trabalho geralmente surge desde cedo nas suas vidas. Quando crianças, participam do trabalho doméstico e do trabalho que surja na rua como possibilidade de ganhar dinheiro. À medida que vão adquirindo experiência nas ruas, passam a adquirir mais autonomia na cidade, conhecendo mais espaços, tornando a rua um espaço de trabalho, mas também de lazer.

A rua é representada culturalmente como o espaço do perigo, da desordem, da indisciplina e da criminalidade, lócus do abandono familiar. Entretanto, para os “jovens infratores”, a rua também pode ser percebida como um espaço de expressão individual e de liberdade, por oposição ao espaço da escola e da família, muitas vezes, repressores e opressivos diante de suas atitudes (Cf. ALVIM, 2001). A rua também representa perigo para

eles, pois é nela que podem ser presos ou mortos com mais facilidade, sua exposição torna-se maior. Alguns se encontram tão envolvidos com o perigo e as atitudes ilícitas, que afirmam:

“O lado ruim da vida do crime é que o cara não pode sair na rua tranqüilo, de cabeça erguida, sabe como é, anda sempre desconfiado, cismado mesmo, achando que a qualquer momento vem alguém pra te derrubar, pegar teu poder, tua moral, teu castelo. Porque se eu tenho poder e você me derruba, você fica com toda a minha moral, porque você conseguiu me derrubar, essa é a lei. Se eu tivesse trabalhando, certinho, não teria medo disso, faz parte” (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista individual no ano de 2005).

O jovem acima disserta o lado bom e o lado ruim em estar na vida do crime, bem como andar no espaço da rua. Estar sempre desconfiado de que alguém irá matá-lo é um sentimento que parece acompanhá-lo cotidianamente, pois tem consciência de que ascender socialmente pela via do crime também lhe proporciona riscos, tais como a possibilidade de alguém que queira tomar seu poder e tudo o mais que foi conquistado pela suas atitudes ilícitas e que este jovem define como de valor, o seu “castelo”, como ele mesmo relata.

Na maioria das vezes, o trabalho formal tem o significado de assegurar meios de sobrevivência mínima, não sendo percebido como fonte de realização pessoal, pois não propicia um salário digno, não garante uma velhice confortável e, muito menos, proporciona uma economia mínima para momentos de prazer, fortalecendo assim, insatisfações. Devido à escassez de emprego no mercado formal, e à desqualificação técnica, geralmente o trabalho conseguido pelos “jovens infratores”, os denominados “**biscates**” ou “**bicos**”, são de baixa qualidade e o salário é irrisório. São funções do tipo: carregadores, empacotadores, cobradores de transportes alternativos, lavadores e guardadores de carro, limpadores de pára-brisas dos sinais de trânsito, entre outros. Atividades que oferecem baixos salários e humilhações, vendo a possibilidade e a sedução da vida marginal, que apesar dos perigos eminentes, é uma alternativa concreta de subsistência. Como alternativa, podem se envolver com o tráfico de drogas, furtos, assaltos, prostituição, entre tantos outros, que se tornam muito mais atraentes como maneiras rápidas de retorno financeiro pelo serviço prestado:

*“Olha, quando eu comandava o tráfico lá na favela, eu **botava terror**, era um tal de oitocentos **contos** sem fazer esforço toda semana na minha mão. Agora eu estou me lascando, trabalhando a semana toda, pra chegar no final da semana com setenta e cinco reais. É muito difícil conseguir viver assim quando já se esteve do outro lado”* (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista individual no ano de 2005).

O jovem acima relata um passado não muito distante, há um ano e meio atrás, antes de ser pego por praticar um assalto, que, segundo ele, não se constituía em sua “especialidade” criminal. Seu trabalho no tráfico de drogas e o rendimento financeiro intenso que essa atividade lhe proporcionava o fazia relatar com pesar a falta de tal atividade em sua vida naquele momento (ver mais a respeito desse jovem no capítulo 3 – Fala, “Tuta”!).

Mudanças no mundo do trabalho, a precariedade dos vínculos trabalhistas, aumento da instabilidade e da insegurança contribuem para que os jovens flutuem pelo formal e informal, legal e ilegal, emprego, sub-emprego ou desemprego; fatos que atingem não só a questão econômica/financeira, mas também a própria construção da identidade do trabalhador e do cidadão homem jovem.

As dificuldades dos jovens com a escola e com a profissionalização, a falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego juvenil, a falta de equipamentos socioculturais, a grande extensão de vácuo que se forma em torno disso alimenta novas possibilidades de rupturas com a ordem social, perceptíveis nos discursos dos “jovens infratores”:

*“Eu tava ali, **sacando** aquelas roupas na loja, loja massa... eu queria ter aquelas roupas... roupas maneiras, mas não tinha grana. Daí eu não pensei muito, olhei para meu colega e disse: e aí, vamos? Então nós fomos e roubamos a primeira pessoa que vimos andando na rua com o celular na mão, era uma mulher, a merda foi que ela gritou e fez o maior **esparro**, estragou foi tudo”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por tentativa de furto. Falando na entrevista individual no ano de 2005).

Dessa forma, diante do jovem, a criminalidade surge como perigo iminente, mas também como forma de proporcionar algo que dificilmente seria obtido por outros caminhos, vendo na rua e nas atitudes ilícitas um leque muito maior de vantagens. A pergunta simples e rápida: “E aí, vamos?”, demonstra a fragilidade com os vínculos de legalidade entre esses jovens.

O rol de possibilidades de inserção dos jovens em alguma estrutura que lhes confira identidade e lhes ofereça uma perspectiva de futuro (projeto, carreira) começa a se ampliar, a criminalidade surge como alternativa mais viável e eficaz, esgotando as tentativas de inclusão ao mundo do trabalho (Cf. COELHO, 2001) e construindo alternativas de inserção na carreira criminal. Jovens que foram sentenciados por atos qualificados pela justiça como leves vêm-se novamente em meio a uma enorme quantidade de possibilidades de atos

ilícitos, agora mais meticolosos e experientes. E a pergunta, “E ai, vamos?” torna-se cada vez mais comum.

A convivência dos “**chegados**”, que se constituem nos parceiros de crime, contribui, muitas vezes, para essa inserção na criminalidade. Dentre eles, começam a surgir os primeiros “**caras**” em ascensão devido aos atos criminosos cometidos, dando-lhes um status e um respeito que de outra forma seria praticamente impossível de serem alcançados. Estes servem de modelos de vir a ser masculinos muito mais do que a escola ou o mercado de trabalho atual.

Segue o relato de um jovem ao ser questionado por mim a respeito do que gostaria de ser na vida:

*“Vocês riquinhos são engraçados, vocês acham que a gente deve ser o que vocês acham que é melhor pra gente, que nada! Eu não quero ser prefeito, vereador, nem médico. A vida é um espelho e a gente se identifica com o que tá perto da gente, eu me espelho no **boqueiro**, no traficante, que são os **fodas** da favela. Eu sei que é perigoso, dane-se! Não estou preocupado com isso!”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista em grupo no ano de 2004. Foi assassinado junto com seu irmão, na porta de casa, um mês após este depoimento).

O relato acima reafirma o que já se vinha discutindo ao longo deste capítulo: a inserção desses jovens no mundo do trabalho torna-se cada vez mais distante e a reincidência na criminalidade, cada vez mais próxima e atraente. A proximidade com as atividades ilícitas, com os que cometem os atos criminosos e, conseqüentemente, com os ganhos conquistados, favorece a identificação dos jovens com a mesma, vendo nessa atividade formas atraentes e almeçadas para se viver.

Com os passos na direção da identidade desviante, cria-se no jovem homem uma verdadeira “carreira moral” para a criminalidade: uma ‘carreira marginal’ como denomina Becker (1977).

O homem jovem encontra-se no topo desse entendimento, como poderemos ver mais adiante no capítulo 2. Quando crianças, os meninos recebem muito mais ensinamentos do gestual masculino e de como revelar sua masculinidade, do que o modo como expressar sentimentos e desejos pessoais. E isso pode influenciar muito na hora de agregar e transmitir valores. É como se o jovem se sentisse colocado à prova em sua masculinidade constantemente. Correr risco de vida, praticar roubos e furtos, fugir da polícia constituem-se em atividades viris, de ousadia e coragem e são tipicamente cenários masculinos. Assim, os meninos, os rapazes e os homens são orientados muito mais para a agressividade e a

competição do que para a negociação e o acolhimento, exibindo um estilo de sociabilidade que os aproxima cada vez mais de um etos masculino violento. No capítulo seguinte, foco minha atenções para os homens “jovens infratores”, atores desta pesquisa. Inicio analisando seus discursos a respeito do que é ser homem, e, por conseguinte, ser homem e também infrator, na tentativa de construir interfaces de criminalidade e identidade masculina entre os “jovens infratores”.

2. “HOMEM É HOMEM!”

“Embora nem sempre sejam belos, os homens voltados ao mal possuem as virtudes da virilidade” (GENET, 1986, p. 07).

Durante minha caminhada pelo campo de pesquisa, verifiquei algo que, anteriormente, já percebia com clareza nos momentos de intervenção psicológica aos “jovens infratores”: eles são em sua grande maioria homens. Entre os anos de 2004 e 2005, do total de jovens que deram entrada no Programa LA, instituição que fez parte de meu campo de pesquisa nesse período, 98% eram homens e apenas 2% mulheres. Fato esse que não pode deixar de ser levado em conta para tentar compreender a alta incidência de homens jovens em atos ilícitos.

Em um dos encontros em grupo com meus interlocutores no mês de outubro de 2004 com a presença de sete “jovens infratores” sobre ser homem, solicitei que cada um, individualmente, em uma folha em branco, escrevesse o que achava que era ser homem e, em seguida, explicasse aos outros jovens do grupo o que tinha escrito. Todos poderiam participar e dar suas opiniões. Foi um momento em que pude refletir sobre minhas questões teóricas ligadas às interfaces entre masculinidade¹² e criminalidade e, posteriormente, iniciar a escrita deste capítulo.

Seguem algumas das frases escritas pelos jovens e um pouco de minha compreensão a respeito delas e das possibilidades, a partir de seus discursos, de que meus interlocutores permaneçam ou não na criminalidade. Em seguida, encerro destacando algumas percepções ligadas à questão da honra e desonra masculina e de como elas podem influenciar no momento de escolha ou não pela vida do crime.

2.1 A socialização e as representações dos “jovens infratores” a respeito do que é ser homem

“Ser homem é ser responsável. Ter dignidade, coragem... Eu acho que ser homem é ser amigo de todos...” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

¹² Há uma vasta literatura sobre a questão de gênero. No entanto, como o material analisado não aponta para o estudo de mulheres no sentido de sua participação no mundo da criminalidade, optei por trabalhar com o aspecto masculino presente nas relações de gênero, ou seja, com a análise social dos discursos dos jovens imbuídos de uma identidade masculina em formação. Sendo assim, não me detive a trazer aqui uma explanação da discussão a respeito das relações de gênero mais aprofundada.

*“Ser homem é: ter que cuidar de seu corpo, ter que se alimentar, ter relação sexual, tem que jogar bola, tem que se divertir, tem que ter sua família, tem que ter um trabalho, tem que ter sua própria casa, e ser **raparigueiro**”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“Ser homem é ter palavra, caráter, humildade, responsabilidade, ser amigo de todos, ter seu trabalho, ter sua família, cuidar bem da sua família, eu acho que ser homem é ter essas palavrinhas e mais coisas, e etc” (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Ser homem é ser responsável e ser **raparigueiro**”* (“jovem infrator” com 15 anos de idade respondendo por atentado violento ao pudor, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Dessa forma, responsabilidade e sexualidade são qualidades exaltadas e que se repetem ao longo dos discursos dos “jovens infratores” a respeito do que seja ser homem. Ser responsável apresenta-se com o provimento da família e valorização do trabalho. Porém, para ser homem, segundo esses discursos, é necessário ter uma sexualidade heterossexual, pois ser homem é ser “**raparigueiro**”, é ter muitas mulheres, e isso se torna um ponto muito importante para se definir enquanto homem.

Ainda em relação à questão da sexualidade, mas agora com um enfoque nas diferenças de sexos, temos o discurso abaixo:

*“Ser homem é bom porque pode sair, e ser mulher é ruim porque é presa dentro de casa. Ser homem é liberar para sair de casa, poder se divertir à vontade a hora que quiser. E ser mulher não é bom porque não é liberada para sair a hora que quer. Por exemplo, se eu tenho uma **pirrãia** ela é direitinha, aí, chamo ela pra sair, passar a noite fora, aí a mãe dela não vai deixar ela ir, aí ela vai ficar presa dentro de casa e eu não”* (“jovem infrator” com 15 anos de idade respondendo por atentado violento ao pudor, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O conceito de que o homem é do espaço público, da rua, da liberdade, e de que a mulher pertence ao espaço privado, da casa, e que nela deve permanecer para manter sua integridade feminina, é muito utilizado nos discursos dos “jovens infratores”. As diferenças de sexo passam a ser exaltadas também a partir dos espaços de sociabilidade.

Outro tipo de discurso que se repete em relação ao que é ser homem se constitui na questão do poder, de ter mais que o outro, de ser superior a outros homens e de realizar provas

de ousadia e coragem. Seguem três relatos referentes a essa questão também coletados no encontro em grupo do mês de outubro:

“Ser homem... Isso aí tem demais. No Brasil inteiro o que tem mais, o cara quer ser mais que o outro em termos de roupa, em termos de mulher, em termos de coragem, em termos de fazer tudo, ele quer ser mais superior aos outros” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Ser homem é também fazer coisa errada, é querer me amostrar que é melhor que o outro, ter mais **quexão**...”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“Homem é homem. E só o homem é que sabe o que quer dizer isso. Você é mulher e nunca vai saber!” (risos) (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004). Após esta frase todos os jovens riram e bateram palmas.

Após esse último depoimento da sequência acima, em que fui claramente excluída por ser mulher pelos “jovens infratores”, e da possibilidade de compreender o que era ser homem, com direito a risos e palmas de apoio dos outros homens jovens, debrucei-me então em seus depoimentos, na gravação que havia feito do grupo nesse dia, nas minhas anotações do diário de campo e em diversas bibliografias que abordassem o tema. Agora, tratava-se também de uma questão de “honra”. E será exatamente sobre ser homem, honra e transgressão que discutirei neste capítulo.

Tentando não cair no determinismo biológico das diferenças de gênero inscritas e explicadas apenas em termos de diferenças no corpo, nem em uma postura essencialista de sexo como algo natural de causa e efeito, meu enfoque na questão da masculinidade e na possibilidade de compreendê-la em sua construção social, foi olhá-la por uma perspectiva relacional, uma construção histórica, cultural e mutável.

Desde a retomada do feminismo na década de 1970, há uma maior divulgação e consenso de que os papéis sexuais (homem e mulher) variam de cultura para cultura, se modificam através dos tempos e das diferentes relações estabelecidas, ressaltando a importância do contexto cultural e histórico para a compreensão da discussão de gênero em todos os âmbitos, possibilitando a crítica ao “patriarcado”, expressão de dominação dos homens sobre as mulheres.

Segundo Bourdieu (1999, p.64), “o privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”. A honra masculina e o poder simbólico advindo desta, que aí poderemos incluir, entre tantos outros, a reputação e a fama conquistadas, fazem o homem sentir-se “verdadeiramente homem”, muitas vezes sentindo-se obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é conferida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção da esfera pública.

Alguns depoimentos dos “jovens infratores” ressaltam essa questão:

*“Se um cara tem lá a fama e o poder dele dentro da sua **quebrada**, todo mundo respeita ele e sabe da vida dele no crime, e aí eu chego e mato o cara, eu fico com a fama e o poder dele, porque todo mundo vai me respeitar, porque eu consegui derrubar o cara e agora eu sou o **maioral**, **botei o terror**, mas vai ter quem queira me derrubar também, pra ficar com minha fama, é a lei do mais forte”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista individual no ano de 2005).

*“Um chegado meu me chamou pra comandar o tráfico com ele lá na favela. Dizem por aí que ele tá **botando o terror** por lá. Mas quem comandava lá antes era eu, antes de eu **cair**. Agora ele quer que eu fique com ele, mas ele é novo nisso, ele ainda não entendeu que o poder só pode ser de um, eu não vou querer ficar obedecendo ordens dele, não vou conseguir, logo eu que já **botei o terror** lá mesmo onde ele tá agora, ou é ele, ou eu, o negócio é esse. Ele tomou meu castelo e eu tô querendo ele de volta. Meu castelo, sem ele não sou nada”* (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista individual no ano de 2005).

É possível perceber nesses relatos, o contexto de disputa, poder e prestígio, o ser homem está intimamente ligado com o contexto cultural em que esse jovem está inserido, bem como com as relações que ele estabelece em seu entorno. O grupo de pares muitas vezes possui uma importância fundamental nas escolhas que serão feitas nessa fase. Segundo Bourdieu (1999, p.65), “a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’”, comportando assim, verdadeiras provas de virilidade, tais como: matar o cara que tem mais poder; ser internado ou preso e depois voltar e tomar “seu castelo”, seu espaço social na criminalidade, se necessário, utilizando-se da força; assaltar e ser o cara dentro do grupo que está armado; fugir da polícia e dos tiros da mesma sem ser pego; agüentar tirar uma bala que ficou alojada em alguma parte de seu corpo sem anestesia,

sem instrumentos cirúrgicos, sem desmaiar, ou mesmo, mostrar uma bala que, agora, faz parte do corpo por não ter sido tirada a tempo, apresentando-se como uma cicatriz como prova de coragem e esperteza, tornando-se o “maioral”; matar ou torturar alguém afirmando para os outros não ter tido pena, nem ter ficado com remorsos ou pesadelos¹³. Atitudes e formas de coragem ilícitas dissertadas pelos “jovens infratores” que se constituem, na sua maioria, por momentos de violência, que demonstram ter por finalidade reforçar e afirmar diante dos demais do grupo de pares, sua própria virilidade e, por conseguinte, negar ou desafiar o perigo de tais atitudes, exibindo sua bravura e sua honra viril.

Essas atitudes parecem estar pautadas no medo de perder a estima e a consideração do grupo, bem como, no temor de ser também associado a categorias femininas e “não-masculinas”, qualidades não desejadas e percebidas nos discursos dos jovens como de baixa valia, inferiores, delicadas, frágeis, tais como algumas expressões que pude elencar no mesmo grupo relatado no início deste capítulo. Essas denominações eram por eles atribuídas quando alguns deles, entre si, no grupo, tomavam atitudes ou tinham discursos que fugiam da regra estabelecida e entendida por eles de virilidade masculina, de “ser homem”, tais como: “mulherzinha”, “fracote”, “bichinha”, “mocinha”, “viadinho”, “frutinha”, “baitola”, “boiola”, “boneca”, “florzinha”, “sukita”, “barbie”, “peida na salsicha”, entre tantos outros. Para os “jovens infratores”, ser dessa forma nomeado, ou assim nomear alguém, era tentar colocar no outro a incapacidade de ser homem e reagir como tal, perdendo, mesmo que momentaneamente, sua moral, sua honra diante de outros homens e de seu grupo de pares.

Dentre os diversos modelos de masculinidade existentes, alguns são mais apreciados e exaltados, enquanto outros são desprezados, muitas vezes, num mesmo contexto (Cf. CECCHETTO, 2004). Compreende-se então, que há uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um correspondendo a diferentes inserções dos homens nas mais distintas culturas, bem como, correspondendo também, às suas escolhas do que deseja ser como homem. Como afirma Bourdieu (1999):

A vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo viril de ser excluído do mundo dos ‘homens’, aquele sem fraquezas, que são por vezes chamados de ‘duros’ porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros (BOURDIEU, 1999, p. 66).

¹³ É comum nos discursos dos jovens relatarem pesadelos tidos durante algumas noites que se seguiram ao do dia em que mataram ou torturaram alguém.

Como já foi ressaltado, a virilidade ou a não virilidade entre os “jovens infratores” faz-se eminentemente de forma relacional, entre si e em grupo, eles denominam o que é possível ou não para um “homem que é homem” poder fazer. Provas de virilidade que os qualificam e idéias construídas contra as possibilidades de apresentar características eminentemente femininas, frágeis, ou “não-duras”, afastam o medo viril de serem excluídos do mundo dos homens.

Conforme Martins de Oliveira (2000), fatores importantes como região de origem, religião, participação em grupos específicos (clubes de luta e artes marciais), corporações (militares, desportivas) e outras formas de associação (gangues de adolescentes, torcidas organizadas) favorecem uma atitude de valorização exacerbada de aspectos da masculinidade. E assim, acabam por funcionar como espaços de socialização e demonstração da virilidade e também como símbolo de distinção da identidade de homem, como algo positivo a ser apropriado.

Dessa forma, esse controle acontece basicamente nas relações sociais, entre outros homens e mulheres que reforçam ou reprimem certas atitudes que consideram socialmente masculinas ou femininas. Já na infância, impõem-se diversas expectativas sociais a respeito do comportamento considerado adequado a homens e mulheres (Cf. CECCHETTO, 2004). Esse controle ocorre pela própria família, nas primeiras possibilidades de socialização masculina, onde o controle viril já se organiza para policiar as atitudes e os discursos do futuro homem que almeja ser realmente um “homem de verdade” diante do mundo dos homens. Quando crianças, em nossa cultura, os meninos recebem muito mais ensinamentos do gestual masculino e de como revelar sua masculinidade, do que o modo como expressar sentimentos e desejos pessoais. Isso pode influenciar muito na hora de agregar e transmitir valores.

É como se o jovem se sentisse colocado à prova em sua masculinidade constantemente. Correr risco de vida, praticar roubos e furtos, fugir da polícia constituem-se em atividades viris, de ousadia e coragem e parecem ser socialmente cenários masculinos. Dessa forma, os meninos, os rapazes e os homens são orientados muito mais para a agressividade e a competição do que para a negociação e o acolhimento, exibindo um estilo de sociabilidade que os aproxima cada vez mais de um *ethos* masculino violento.

“Pesquisas de várias partes do mundo indicam que os meninos, em comparação com as meninas, passam mais tempo fora de casa do que com a família. O espaço da rua é onde se prova a masculinidade” (BARKER, 2004, p.55). Ainda segundo Barker, criam-se grupos e tribos que servem também de espaço de sociabilidade (estudantes, esportistas,

pagodeiros, funkeiros, bandidos, evangélicos etc), tais grupos servem de espaços de disputa, onde se pode provar a masculinidade a partir da ousadia, da coragem, da defesa da honra e da reputação dentro desse grupo. É o desligamento do menino do universo feminino e seu conseqüente adestramento para a entrada nos “jogos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento da virilidade” (BOURDIEU, 1999, p.71).

O termo “masculinidade” é encontrado no dicionário Aurélio como se referindo a expressões do tipo: virilidade, força e vigor. Como vimos, esse termo possui relações que vão desde a maneira como os meninos são socializados pela família, pela escola e por todos os outros meios de socialização disponíveis, que podem ir desde uma socialização despreparada e irresponsável a um modo agressivo e violento de ensinar a viver no mundo e de compreender seus sentimentos.

No período da juventude, há uma maior necessidade de identificação com os traços da masculinidade socialmente legítimos, aceitos e reforçados. Essa identificação e a recorrente repetição de papéis viris é maior exatamente pela necessidade de afirmação de identidade nessa fase de transição.

Conforme Martins de Oliveira (2000), no caso das camadas populares, temos uma adesão muitas vezes exacerbada a valores viris, esses são expressos mediante práticas relacionais, apresentam-se como dos poucos, dentre aqueles socialmente valorizados, acessíveis aos pobres, tornando-se assim uma estratégia compensatória e possibilitando a aquisição de um poder simbólico para contrabalançar a falta de um poder real, inserindo, em certos momentos, a violência em um projeto reputacional de busca por status social. O modelo do bandido apresenta-se, nesse contexto, como muito atraente.

Destaco aqui, o cuidado ao longo de toda minha pesquisa, de não tornar essa discussão a respeito dos “jovens infratores” um discurso de causa e efeito, relacionando a pobreza à criminalidade, como se uma fosse conseqüência da outra. É um esforço contínuo relativizar esses conceitos de pobreza e violência sem cair num determinismo empobrecido de significados. O processo de rotulação dos homens jovens pobres como delinqüentes, portadores da “marca da maldade” (Cf. ALVIM), transforma-os em fatalidades ou determinações, dificultando a compreensão deles enquanto sujeitos que têm, apesar das pressões externas, oportunidades de escolhas. O foco na idade, no período da juventude como algo irresponsável e inconseqüente, também colabora por reforçar estereótipos, na tentativa de explicar, pela fase da vida, atitudes e práticas ilícitas.

*“O problema todo é que a gente é jovem, mas também é pobre, nunca trabalhou num emprego bonzinho, sempre se lascou nos empregos ruins demais, ou então nunca trabalhou mesmo, nem sabe como é isso direito, nem teve oportunidade de saber como é, mas aí já roubou, já fez, já aconteceu, já **botou o terror** em algum lugar, e já gostou, já tá craque e aí não vê como depois procurar um emprego normal e tal, aí meu velho, vai pra vida do crime mesmo, e gosta dela”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Nesse relato o “jovem infrator” ressalta suas dificuldades de ter acesso a outra situação que não a da criminalidade. Disserta sobre a escassez de experiências diante da sua pouca idade e da falta de oportunidades que o impossibilitam de conhecer outros espaços, aprender outras atividades e, assim, poder realmente optar diante de uma diversidade de alternativas.

Conforme Zaluar (2003), a dinâmica própria do mundo do crime e as atrações que ele exerce, do “ganhar muito” ou “ganhar fácil”, dos valores de um *ethos* de uma masculinidade que seriam obtidos por meio da atividade criminosa, compõem o quadro de alternativas e ganhos colocados para os jovens pobres: o uso da arma, o dinheiro no bolso, as mulheres conquistadas, o enfrentamento da morte, bem como a sensação de liberdade e autonomia proporcionadas pela vida ilícita, e reforçadas pelo desejo de virilidade.

Os “jovens infratores” com os quais tive contato, por mais diferentes em suas localidades de origem que fossem dentro da cidade de Olinda, por mais diversos ou semelhantes que se mostrassem no que se refere à sua criação, nas suas relações sociais ou em suas transgressões, em algum momento de nossos encontros, mostraram elementos que me faziam refletir sobre suas atitudes ilícitas a partir de uma discussão de gênero, pois, o tema de sua identidade masculina e a necessidade de mostrá-la, ostentá-la, ou mesmo, reforçá-la, tornavam-se constantes em seus discursos a respeito de seus atos. Quando questionados sobre o cometimento do ato infracional ou de suas reincidências, era possível perceber um foco constante na sensação que pensavam possuir de dominação e controle dentro da comunidade: um poder real, a força agressiva e o medo que ela provoca nas pessoas; e um poder simbólico, o respeito obtido através do temor, além dos ganhos que esses poderes propiciavam, tais como: dinheiro, fama, amigos, mulheres e objetos materiais. Como mostram os relatos que se seguem:

*“Depois que eu fiz o que fiz, minha mãe ficou com raiva de mim, mas meus **chegados** me apoiaram, disseram que estavam comigo pra o que der e vier e acho até que me davam mais atenção do que antes, ficavam me babando”*

(“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“De tudo de ruim que aconteceu quando fui pego pelos **homis** só teve uma coisa boa, consegui uma **boysinha**, logo depois que sai do internamento, ela é a **pirráia** mais bonita da minha rua, nunca imaginei que ela me daria bola”* (“jovem infrator” com 16 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Fui eu que fiz tudo, entrei, aponte a arma, peguei o dinheiro. Eu queria a **grana**, eu vivia pedindo a meu pai e o velho só me dava aquela **mixaria** de dinheiro, o que é que eu ia fazer com cinco reais durante a semana toda? Eu queria muito mais e num minuto eu estava com doze mil reais nas mãos. Fácil! Depois de quinze dias a polícia me achou, até na tevê eu apareci, dizendo o que eu fiz, todo mundo lá da rua me viu. Depois os **canas** chegaram com um papo que me liberavam se eu desse uma parte da grana do roubo pra eles, foi o que eu fiz, nem processo tô respondendo, é **nenhuma...**”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por assalto à mão armada, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Diante desses discursos, é possível questionar até que ponto os atos infracionais cometidos pelos “jovens infratores” se constituem também em uma forma de expressão e afirmação de sua identidade masculina. Durante suas falas, eles deixavam transparecer que quanto mais perigosos se apresentassem diante do seu grupo de pares, dos seus “**chegados**” mais podiam ser admirados pelas meninas, as “**pirráias**” e temidos pelos outros homens a sua volta, os “**caras**”. Essa sensação de poder e virilidade, através da violência e da transgressão, parecia lhes atrair muito. Conforme Nolasco (2001, p.14), “o envolvimento dos homens em situação de violência está relacionado ao esforço empreendido pelo sujeito para manter sua forma de homem dentro da cultura da qual ele faz parte”. A cultura desses jovens apresentou-se como uma necessidade, mas também um prazer de se afirmar como um “sujeito homem” através de suas atitudes transgressoras.

Resumindo, as pressões sociais e o desejo de se tornarem desejados pelas mulheres, temidos e respeitados pelos homens, detentores de certos poderes subjetivos e reais, influenciavam em suas atitudes, que buscavam na contravenção uma alternativa de obter poder e prestígio de maneira rápida, mesmo que perigosa e momentânea, espalhando entre esses jovens um *etos* guerreiro, um estilo de masculinidade, que, independente ao sofrimento alheio, inspirava-lhes orgulho e admiração em suas atitudes viris.

2.2 Honra ou vergonha?

O que seria um homem que fosse realmente homem? Um “sujeito homem”, como afirmou Alvito (2001), em seu trabalho na favela de Acari. Seria um homem independente, de autonomia, dono do seu próprio destino, um homem de coragem, um homem de “palavra”, um homem honrado? Se, conforme Machado (2004) afirmou, ser homem está associado a ser possuidor da honra do homem, então, a honra masculina a ser possuída torna-se uma categoria relacional, pois é a partir do que se é construído socialmente, em determinada localidade, em determinado tempo, por determinado grupo, do que se acredita ser essa honra, que ela será buscada.

De acordo com Bourdieu (1999), a busca e a conservação da honra masculina surgem através de atos físicos que comprovem a presença da mesma:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quidade do vir, virtus, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem (BOURDIEU, 1999, p. 20).

Mas, seria possível a honra viril estar também associada à prática de delitos, atitudes transgressoras e até mesmo violentas? De acordo com o material coletado no campo de pesquisa, foi possível realizar algumas análises a respeito da questão da honra nas atitudes dos “jovens infratores”. Apesar de não utilizarem essa categoria de forma nominal, através de sua definição oral, a todo o momento, suas falas me faziam refletir a respeito dessa questão.

Conversando com meus interlocutores, esses me falavam da característica “**cara de Raul**” que certos jovens possuem, mesmo aqueles que não são mais ou nunca foram “**Raul**”. Ao questionar para um “jovem infrator” o que seria ter “**cara de Raul**” este imediatamente se levantou sorridente olhando para mim, mirou-se de cima a baixo com seu tênis de marca *nike* já visivelmente gasto pelo tempo, sua calça folgada, cheia de bolsos, sua camisa de manga comprida também de mesma marca que a calça “Ciclone”, todas as marcas ditas por ele mesmo, como sendo “roupas de bandido”, e sua touca preta cobrindo sua cabeça em um sol de meio dia, e respondeu:

*“eu, eu tenho **cara de Raul**, me visto como um **Raul**, ando meio encurvado e balançando os braços feito um **Raul** (neste momento ele andou na minha frente mostrando-me como que um **Raul** andava), só ando com **uma pá** de outros caras como um **Raul** anda, pois que **Raul** que é **Raul** nunca anda só, tem que se proteger, sabe como é... e ainda mais, sempre sou parado pelos **canas** pra fazerem o **baculejo** em mim, **Raul** que é **Raul** sempre leva **baculejo**. Uma vez fui parado umas cinco vezes no mesmo dia, que onda, de novo e de novo e de novo... Ter **cara de Raul** é isso, ter cara de bandido. Mas eu num sou mais não, mas ninguém acredita... Também, com essa minha **cara de Raul**...”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O termo “**Raul**” surge como denominação para o que é bandido, se comporta, se veste e até mesmo anda como tal. Todas essas atitudes que vão da forma de se vestir até a forma de falar e andar no seu cotidiano parecem definir para as pessoas a sua volta, para seu grupo de pares e para eles mesmos se eles são ou não “**Raul**”, ou seja, são ou não, “bandidos”. Porém, ao mesmo tempo, o ter “**cara de Raul**” confere-lhes uma honra, um orgulho, orgulho de se vestir, andar e falar de determinado jeito, de ser parado pela polícia e de ser identificado ou confundido com alguém perigoso, “bandido”, com alguém que provoca medo, mesmo que ele não seja mais, ou nunca tenha sido realmente, a possibilidade de, por alguns instantes, deter esse poder incita os “jovens infratores” a se comportarem como tal em seu cotidiano e, ainda, demonstrarem prazer nisso, prazer que advém da honra viril adquirida. Para eles, em termos pessoais, a sua atuação ilícita parece permitir exercer e reforçar características percebidas por eles como masculinas e consideradas honradas diante do reconhecimento de seu grupo de pares.

A honra se inscreve, entre outros aspectos, no corpo, sob a maneira aparentemente natural de ficar em pé, erguer a cabeça, de tomar certas posturas e atitudes, as quais correspondem a uma maneira de pensar e agir, a um estilo de vida, a uma crença etc, e que governa o homem que prega a honra (Cf. BOURDIEU, 1999). São posturas corporais, *hábitus* incorporados, espaços e performances que fazem parte de construções subjetivas do que é ser um homem detentor de uma honra, fazendo com que alguns enxerguem em seus atos ilícitos e na construção de uma carreira criminosa, um reforço para sua virilidade masculina. Barker (2004, p.54) destaca o fato de que há homens jovens morrendo por serem homens e, outros, morrendo para comprovar-se como homens, “na busca por afirmar-se dentro de certo modelo de masculinidade”.

Percebo que ser um sujeito homem, para os “jovens infratores”, é por si só ter uma honra a qual quem não é, nunca terá, e, até mesmo, não saberá de que honra se está falando, como ressalta a última fala de um “jovem infrator” no início deste capítulo: “Homem é

homem. E só o homem é que sabe o que quer dizer isso (...)”, caracterizando uma ordem de valoração mítica ao seu discurso e em relação ao fato de ser homem, homem transgressor, “bandido”, mas homem, “sujeito homem”, possuidor de uma honra masculina.

As transgressões dos “jovens infratores”, na sua maioria, acompanhadas de atitudes de violência, ousadia e coragem, surgem como um dever, uma honra, uma reputação a ser alcançada, preservada e prestigiada pelo seu grupo de pares. Cecchetto (2004) relata a esse respeito:

Entre as razões pelas quais se observa o envolvimento precoce de homens nas redes criminosas – seduzidos pelo negócio da droga que lhes confere prestígio no grupo de pares, mas morte rápida –, precisam ser examinados os padrões de consumo e de sociabilidade alterados, e principalmente a negociação de conflitos nesses espaços em que as identidades masculinas parecem estar montadas rigidamente a partir da identidade do grupo de pares e na lógica da guerra (CECCHETTO, 2004, p.42).

O fácil acesso às drogas e às armas, na maioria das vezes, mais bem aparelhadas que as da polícia, é a base de um estilo de vida, que possibilita a aquisição de bens de consumo e prestígio, além do sucesso junto às mulheres e o temor entre os homens. E é essa imagem idealizada do malandro que, mesmo diante das dificuldades vive bem, que contribui para que os jovens não queiram ter o mesmo fim de seus pais... Velhos e pobres. Além de excitar a idéia da máxima virilidade, de ser admirado pelas “**pirraíias**”, temido e respeitado pelos “caras”.

Considerando as diversas peculiaridades da criminalidade juvenil, fica claro que a sua análise não pode limitar-se simplesmente ao fator econômico, à falta de emprego ou ao aumento da violência no país; ela evidencia ter outras questões em jogo que confirmam o prazer pelo poder e a aquisição de uma honra viril, mesmo que de forma ilícita. A aparente desordem se instaura, mas surge uma ordem nessa desordem. Uma honra na desonra. E é nessa inversão de valores que o “jovem infrator” parece se encontrar.

Conforme Pitt-Rivers (1965), quanto mais próximo dos valores fundamentais de sua configuração sócio-cultural, maiores as chances de o indivíduo ser confirmado enquanto portador de poderes excepcionais e, assim, obter prestígio, honra e carisma. Nesse momento, o “jovem infrator” tem a possibilidade de surgir como um “herói”, figura que em meio à pobreza e às dificuldades econômicas e sociais, consegue se destacar em determinado grupo e ser admirado.

A noção de honra também envolve e desenvolve relações de poder, pois se há alguém com honra, é necessário indagar de que forma e quem reconheceu e lhe atribui essa honra. Porém, mesmo assim, o valor da pessoa detentora da honra nunca é um valor absoluto, ele precisa ser constantemente afirmado e posto à prova.

Diante disso, foi possível refletir a respeito da vulnerabilidade da categoria da honra para os “jovens infratores”. Em seus discursos a respeito do ato infracional, bem como nos discursos de algumas de suas famílias, tive a oportunidade de escutar diferentes valorizações e desvalorizações das mesmas atitudes ilícitas, sendo essas, dependendo do grupo indagado, atitudes honrosas ou não.

Quando falavam a respeito das atitudes ilícitas dos filhos, foi possível perceber uma desonra moral, uma “mancha” na história de vida de determinadas famílias, a vergonha e a humilhação diante das atitudes ilícitas dos “jovens infratores”, antes, colocadas por eles como momentos de honra viril, surgiam, em certos momentos, nos discursos dos familiares e nos discursos dos próprios “jovens infratores” com uma outra conotação. A honra adquiria o caráter da desonra, da vergonha, sentimento esse utilizado pelos “jovens infratores” como instrumento, muitas vezes, capaz de fazê-los não reincidir em seus atos ilícitos, abandonando ou se “controlando” para o não retorno à vida do crime, como relata o jovem a seguir:

“Ainda não voltei para aquela vida por causa de meus pais, mas era tudo que eu queria agora. São duas coisas que me seguram pra eu num voltar pra vida do crime: mais uma decepção que vou dar aos meus pais e o medo que tenho de morrer. Na verdade meu pai nunca me perdoou, fica jogando na minha cara o meu passado, acho que ele nunca vai esquecer o que eu fiz, por mais que eu diga que não quero mais fazer” (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por assalto à mão armada, falando na entrevista individual no ano de 2005).

Essa ambigüidade da honra entre os “jovens infratores” destacava-se no fato de que as mesmas atitudes transgressoras almejadas e reafirmadas em seu grupo de pares, em outros contextos ou esferas de socialização, principalmente na família dos “jovens infratores”, caracterizam-se como a desonra, a reputação perdida pela atitude que envergonha a família que “nunca teve ninguém envolvido com a polícia nem com a justiça antes”, ou “que nunca esperava isso desse menino” ou que “achava ele tão bom, prestativo e calmo que nunca imaginava que seria capaz de fazer nada de errado” ou que “sempre foi um menino pobre, mas teve de tudo que seus pais puderam dar como pobres”.

Culpabilizações por parte da família são comuns na busca de tentar encontrar respostas e justificativas para as atitudes dos jovens, perguntas comuns como “onde foi que eu errei como pai ou mãe para ele ficar assim?”, são facilmente escutadas nos relatos familiares. Ou ainda, a afirmação da vergonha total, descartando toda e qualquer possibilidade de encontrar aspectos positivos no filho também é percebida em seus discursos, tais como: “meu filho é a maior decepção de minha vida”.

Esses são discursos comuns das famílias que se vêem diante de um filho descoberto e exposto diante da lei e da sociedade por seus atos ilícitos. A honra viril do “jovem infrator” constituída na criminalidade transforma-se em sua desonra nos discursos de decepção da família.

Essa honra apresenta-se, muitas vezes, como uma categoria ambígua expressa nos discursos dos “jovens infratores”, que se referem constantemente ao cuidado que possuem com a mãe e o medo de perder seu amor por causa de uma atitude ilícita sua que ocasione decepção e vergonha para a mesma:

*“Minha mãe chorou muito quando soube que eu **caí**, ela me viu na tevê, me reconheceu pela roupa, a minha cara tava tampada. Ela ficou desesperada quando foi me visitar, não quero mais vê-la assim”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Minha mãe fica dizendo que se eu **cair** de novo ela não vai me visitar, eu sei que é **pala** dela só pra eu na voltar pra vida errada, mas eu prefiro não arriscar”* (“jovem infrator” com 16 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“O foda é a mãe do cara, ela fica de um jeito que me quebra” (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por tráfico de drogas, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“Mas assim, a mãe ameaça assim pro filho num fazer, tá ligado? Ela diz: se você fizer... Eu vou botar você na cadeia... Mas a mãe mesmo, a mãe que é mãe não tem coragem de botar o filho na cadeia. Quer ver seu filho bem de vida, estudar, bom trabalho, um emprego, a maioria das mães quer isso, pô. Não quer que o filho saia pra roubar, pra matar, eu penso assim, a mãe diz isso pra o filho se aquietar mais” (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“Pô, minha mãe tem uma confiança do caralho em mim, velho. Teve uma vez mesmo que ela foi tomar banho e deixou um dinheiro lá no banheiro, quando eu entrei pra tomar banho eu vi um bolinho de dinheiro, meu irmão,

eu peguei o dinheiro e comecei a pensar assim, né, como se fosse pegar o dinheiro mesmo, que nem na família do meu primo que pegou o salário da minha avó, da aposentadoria dela, pegou o cartão dela do banco, chegou lá no banco e sacou o dinheiro, gastou... Aí eu cheguei lá pra minha mãe e disse, toma teu dinheiro aí (...). Eu não quero mais quebrar a confiança dela. Já basta uma vez, achei que nunca mais ela confiaria em mim” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por roubo, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O que se entende por honrado como também o que é a própria honra tem variado de uma época para outra, de uma região para outra, de uma classe social para outra, bem como de um grupo para o outro. A honra é relacional. O valor de um indivíduo não é o mesmo para diferentes grupos, que podem ter diferentes opiniões a respeito de um mesmo sujeito (Cf. PITT-RIVERS, 1965). Assim, dependendo do contexto e de quem está a avaliar, os atos dos “jovens infratores” apresentam-se constituindo um valor simbólico, agregando prestígio ao agente, enquanto, em outros contextos, as mesmas atitudes são repudiadas e consideradas sinais de fraqueza e vergonha.

Para Pitt-Rivers (1965):

Honra é o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão ao orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho (PITT-RIVERS, 1965, p.13).

Dessa forma, o que surge como honra em determinado momento, para determinado grupo e em determinado contexto, surge concomitantemente como vergonha para outros. Os “jovens infratores” se colocam em seus discursos entre estes dois eixos, a honra e a vergonha diante da mesma atitude ilícita. Para o “jovem infrator”, possuir honra institui um mecanismo de aprovação e/ou reprovação social, que lhe insere também um dado valor social onde o reconhecimento ou não desse valor exige um tratamento determinado de prestígio ou humilhação, reconhecimento ou exclusão, um tipo de valoração social específico, que adquire significado diverso de acordo com os diferentes espaços e tempos em que ele está inserido. Nesse contexto, o grupo familiar, constituía-se como um grupo onde, na maioria das vezes, se partilhava a vergonha do ato infracional.

“A categoria de ‘sujeito-homem’ acaba, pois, por englobar trabalhadores e bandidos. O elo que os une – a linguagem que têm em comum – passa pela questão da honra” (ALVITO, 2001, p.255). Ao falar de Tonicão, um antigo traficante de Acari, Alvito relata

uma frase dita comumente pelo traficante e lembrada por um morador da favela ao conversarem a respeito de Tonicão ao ajudar as crianças da favela, comprando e distribuindo o material escolar: “é pra estudar, não é pra ser um Tonicão na vida” (2001, p.223). A honra de ser quem é (traficante) nesse momento desaparece diante da vergonha de ser quem é por não ter feito outras escolhas na vida, tais como estudar, e sendo socialmente quem não se deve ser.

Resumindo, o conflito honra e vergonha parece fazer o “jovem infrator”, muitas vezes, alternar nos espaços e possibilidades de honra que está a buscar. A honra surge como um valor moral diante das atitudes transgressoras que possam conferir ao “jovem infrator” uma posição de prestígio aos seus olhos e aos olhos de seus grupos de pares, um direito ao orgulho, através do poder e da reputação alcançados pelos seus atos ilícitos. O ser um “**Raul**” e praticar atos de um “**Raul**” é apreciado e desejado como algo que reforça a sua honra viril. Porém, o valor da honra também aparece em meio a um contexto de desonra e vergonha, podendo direcioná-lo no sentido contrário a partir do momento em que seus valores morais ou dos que se encontram à sua volta, principalmente a sua família, não concordam e repudiam tal atitude, na qual sua conduta desonrosa refletirá na honra dos que participam do grupo. Segundo Pitt-Rivers (1965, p.25), “a conduta desonrosa de um reflete-se na honra de todos, a honra do grupo é partilhada pelos membros individuais”, assim, o “jovem infrator” pode acabar por não mais se ver aceito e considerado como um homem honrado, um “homem que é homem”, já que não agiu de acordo com as normas sociais e morais do grupo familiar, ferindo a honra partilhada pelos seus membros e podendo modificar esse sentimento de prestígio e de valoração da honra viril, orientando-o pelo arrependimento ou receio de agir novamente de maneira delituosa.

Encerro com uma fala de um “jovem infrator”, traficante, de dezenove anos de idade, porém, pego por assalto à mão armada, que chamarei ao longo deste trabalho de “Tuta” (nome fictício) com o qual tive a oportunidade de presenciar esse conflito de honra e vergonha diante de uma mesma transgressão de forma bastante intensa e que relatarei com mais detalhes no terceiro capítulo:

“Eu tô tentando, mas tá difícil, eu já arrumei a mala pra sair de casa umas cinco vezes, mas na hora eu desisto. Mas eu sei que se voltar, se eu voltar pra essa vida, vou ter que sair. Lugar pra ficar é o que não vai faltar, se eu voltar, meus pais não vão me perdoar, aí eu vou morrer pra eles, eu sei disso, eu sofro com isso, mas eu quero voltar, eu queria não querer voltar”.

3. PROFISSÃO: “BANDIDO”

Neste capítulo enfoco a questão da diversidade das violências e das criminalidades, sua multiplicidade e seu amplo aspecto de compreensão e significados. A partir dos discursos dos “jovens infratores” a respeito de sua trajetória no crime; de minha experiência etnográfica com estes jovens; do cotidiano de violências que comecei a presenciar mais de perto em minha caminhada no campo de pesquisa; e da história de um jovem que aqui chamarei de “Tuta”; abordo a questão da criminalidade, do ser “bandido”, como escolha e alternativa de vida.

3.1 A esperteza que só tem quem está cansado de apanhar: o cotidiano das violências

Quando se fala ou se discute a respeito de criminalidade, uma palavra que facilmente vem à tona é violência. Violência, segundo o dicionário Aurélio, vem do latim – *violentia* – ato de violentar, constrangimento físico ou moral. Que, segundo Scott (1996, p.148), “... dentro de uma estrutura social injusta e desigual em que vivemos, todos são afetados por algum tipo de violência”. Porém, existem profundas divergências de interpretação da categoria violência, e nem sempre se está falando a mesma coisa quando se fala em violência. Por serem tão intensas essas divergências, percebo que se torna um equívoco falar em violência no singular, supondo um consenso cultural. O exercício relativizador, sem cair em um relativismo radical, apresenta-se como o melhor caminho para o entendimento de que há diversas e diferentes formas de violências preenchidas por singularidades e especificidades sociais, históricas, culturais e relacionais.

O que é considerado violência em determinado grupo social e em determinado momento, pode não ser percebido como violência para um outro grupo, ou mesmo, em um mesmo grupo, em outro momento, determinada ação pode não ser mais compreendida como violenta e, uma ação antes praticada sem questionamentos, agora pode se tornar compreendida como tal. A violência não pode ser percebida e analisada como uma categoria estática, única e imutável, ela está sempre sendo ressignificada, movimentando e se modificando.

Não quero aqui negar a existência das violências e dos muitos que estão a sofrer com elas, mas é preciso ter um olhar crítico para as diversas formas de violências existentes.

Falar a respeito de violência é estar atento a que tipo de violência se está a discorrer, bem como analisar profundamente o contexto histórico, social e cultural em que determinada violência está destacada, ou, como bem relata Scott (2004, p.53) “depende de como as redes de história recente foram construídas naquela área, para que se saiba como está

sendo construído o cenário de violência atual”. Dessa forma, trabalhar com a categoria violência coloca várias dificuldades, uma delas encontra-se na variedade de fatos que podem ser tratados quando falamos em violências, apresentando-se amplo o campo e a perspectiva do que se considera violência a partir de: quem fala sobre, quem estuda, quem atua e sofre a violência.

A violência, a qual desejo dedicar algumas reflexões neste capítulo, advém do discurso de alguns dos seus próprios agentes, os “jovens infratores”. Muito se tem discutido a respeito das violências e de suas vítimas. Porém, pouco se tem escutado daqueles que praticam as violências, mas que, em muitos momentos, também se tornam vítimas de outras violências. A violência vem sendo considerada algo cada vez mais próximo dos jovens, seja como agressores ou vítimas; ou, como diria uma música do grupo musical brasileiro *O Rappa*: “também morre quem atira¹⁴”. Mas, afinal, de quem é a culpa? Quem é o mocinho, quem é o bandido? O que há de tão fascinante na violência que torna a vida tão banal? Quem morre? Quem atira? Aqui, com a palavra, os que morrem, mas também atiram:

*“O cara quer ser mais que o outro, ser o mais corajoso pra fazer aquela **parada** e tudo mais. Ter sangue frio mesmo e pronto. Eu mesmo já fui de tudo, já fui traficante, ladrão, maconheiro, matador. É a vida, não tenho nada a perder”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O “ser mais que o outro” demonstra o poder que se pode adquirir a partir de uma atitude ilícita que lhe confira coragem e prestígio. A diversidade de papéis ilícitos relatados e desempenhados por um mesmo jovem reforça sua identidade desviante. O ser “bandido” lhe confere um currículo com uma vasta experiência de atividades na carreira marginal.

A experiência acumulada de jovens em atitudes ilícitas também ensina a eles e seus colegas o que fazer e como fazer na hora de “**meter uma parada**” e não se dar mal. A escola do crime parece dar a possibilidade de aprender com erros e acertos deles próprios e de outros, como acontece com uma experiência em uma determinada profissão.

*“O cara fala assim: ‘to afim de roubar, vamos fumar alguma coisa?’ E o outro cara diz: ‘não meu irmão, **mete** sem fumar mesmo, que é melhor!’ Se o cara for fumar, ficar doidão, o cara vai **meter** como? Se cheirar alguma coisa, o cara vai **meter**, o cara se ferra. O cara tem que ir bom. Teve um colega meu que **meteu** uma **parada** numa combi, aí na hora que ele botou o **cano**, um cara segurou..., Pronto, pegou em bomba, até hoje... O cara*

¹⁴ Refrão da música *Hey Jô* do Grupo O Rappa.

*segurou o **tambor** dele e começou a dar tapa nele dentro da combi, rodando, ele tava muito doido, tem cara que num pensa não! Eu quando tô muito doido num consigo atirar não. Gosto de **meter a parada** bom, sem nenhuma droga, já vou chegando e falando: bora bora, bora, passa logo tá demorando, vou matar esse pessoal que tá aqui e pá, e aí já era... Porque se eu já tô nervoso ali e tal, com ela (a droga) já na mente, já vou pensando que pode dar errado, o cara puxa a carteira, vou pensar que ele tá armado, e aí, é aqui doido, toma, eu atiro, antes que ele atire em mim... Mas a culpa é do cara que foi se coçar, ninguém mandou ele se coçar!” (risos) (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por assalto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004)*

O uso ou não de drogas ao cometer um ato ilícito, o receio de dar algo errado em um assalto, em uma “**parada**”, o agir rápido, tornam-se discursos comuns entre os “jovens infratores” ao trocarem experiências de suas atitudes ilícitas. Uma atitude errada de outro serve de exemplo para como agir quando for sua vez de “**meter a parada**”.

A sua própria experiência também é sempre lembrada na hora de tomar decisões de como fazer, ou mesmo, se irá realmente cometer tal ato. A dúvida de que caminho seguir, do lícito ou do ilícito, permeiam as trocas de experiências na carreira marginal entre os “jovens infratores”. O fato de estarem em uma condição peculiar de jovens respondendo a processos judiciais, muitas vezes, possibilita essa troca de reflexão entre eles com mais frequência, pois se encontram constantemente nos centros de acompanhamento que, conseqüentemente, reafirmam suas atitudes no sentido de fazê-los pensar sobre elas.

Em minha experiência de campo de pesquisa, apesar de sempre tentar quebrar a barreira entre a pesquisadora e o “jovem infrator”, do receio desse de falar do seu ato ilícito no presente, como uma atitude que ainda é possível de ser realizada por ele, percebia com regularidade os não ditos nos relatos das suas ações, o medo de que fosse descoberto ou ainda mais penalizado por permanecer em tal atitude:

*“Meu desejo me diz que se eu voltar pro tráfico vou poder curtir muito e fazer o que eu quiser, vou ter dinheiro, fama e mulheres, tudo que tinha antes de **cair**. Mas o que é mais doido de tudo isso é que eu não tenho a mínima idéia pra que eu quero tanta grana. O foda é que quando eu tava na **vida fácil** e **botava o terror** era um tal de oitocentos **contos** na minha mão toda semana sem fazer nenhum esforço, dava pra botar dinheiro em casa na boa, agora que tô na **vida difícil** só recebo setenta e cinco reais por semana e me fodo todinho. Num vale a pena ficar nessa vida sofrida, eu quero é voltar e vai ser isso que eu acho que vou fazer” (“jovem infrator” com 19 anos de idade pego por assalto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).*

Demonstrar não ter medo de nada na hora de “**meter a parada**”, ter sangue frio para fazer o que tem que ser feito, onde ter poder e dinheiro, mesmo “não tendo a mínima idéia de pra que ele quer tanta grana”, parecem se tornar as coisas mais importantes e necessárias em suas vidas, “porque não têm nada a perder”. Destaco a idéia aqui relatada pelos jovens de que a vida criminosa é uma “vida fácil”, que não se “faz nenhum esforço”, mesmo quando, na maioria das vezes, sabe-se que o risco de morrer é iminente, que pode “dar algo errado” e que é preciso ser rápido, atirar “antes que o outro atire”. A “**vida difícil**” parece se constituir em estar dentro da lei, trabalhando. O riso do “jovem infrator” do relato anterior ao falar que atirou no cara que “foi se coçar” reforça a sensação de facilidade ao estar em um contexto de fora da lei, onde a lei é a sua própria, que “não mandou o cara se coçar”. O “fácil” e o “difícil” relatados pelos “jovens infratores” denotam a facilidade e a rapidez da aquisição de bens materiais e de dinheiro, sem ter tido o esforço e a dificuldade do trabalho lícito que, para eles, torna-se uma atividade mais penosa e difícil; os riscos de suas atitudes ilícitas não parecem ser pensados ou analisados na hora de definir o “fácil” e o “difícil”.

Em estudo sobre jovens das periferias de Brasília, Abramovay (2002), relata:

Encontramos no discurso dos jovens uma série de representações positivas da malandragem, que emerge como possível alternativa futura de uma vida mais curta, porém mais fácil, gratificante e com menos sacrifício do que a dos trabalhadores. [...] Ser malandro é ser esperto, é conseguir sobreviver num ambiente ríspido, ‘malandro é aquele que vive mais’. [...] É também saber correr da polícia, nunca ser preso, ganhar dinheiro sem trabalhar e sem se ‘sujar’, ser bem-sucedido em todos os lugares, ‘andar de carrão, celular’, ‘malandro é o titio Escobar’ [...] ‘é o que tem atitude’” (ABRAMOVAY, 2002, p.84).

É possível encontrar nos discursos dos “jovens infratores”, ao relatarem seus atos ilícitos, a idéia de uma vida breve, porém intensa e cheia de gratificações. Ao falar do antigo traficante da favela de Acari, Tonicão, o antropólogo Marcos Alvito relata uma frase dita pelo traficante e lembrada por um morador da favela de Acari: “...quero desfrutar das melhores coisas do mundo enquanto eu estiver vivo, hoje eu tenho dinheiro pra fazer isso” (ALVITO, 2001, p.223). Vejo, tanto em Tonicão quanto em meus interlocutores, a necessidade de negar e evitar ao máximo ter a vida de seus pais e avós, uma vida sofrida, modesta, longa e sem perspectivas. *Carpe Diem* – aproveite o dia, aproveite o momento. Mas qual é o limite? Talvez a maioria deles nem atinja os 25 anos, mas parecem querer ter tudo em pouco tempo, porque de outro jeito nunca conseguirão, revelando sua adesão a um novo conceito de tempo social, no qual seus projetos inserem-se num tempo curto, de intensas sensações.

Ampliando as muitas expressões apreendidas durante minha inserção no campo de pesquisa com os “jovens infratores”, houve duas que me chamaram a atenção de uma forma especial: “**comédia**” e “**cabeça**”. A primeira vez que as escutei foi no grupo em que discutimos sobre criminalidade, o lado bom e o lado ruim de estar no crime, ocorrido no mês de novembro de 2004. Ao escutá-las, um pouco já me familiarizando com as constantes palavras e expressões nativas dos “jovens infratores” desconhecidas por mim, percebia a naturalidade com que conversavam a respeito de quem era “**cabeça**” ou quem era “**comédia**”, o lado bom e o lado ruim de ser denominado por uma dessas categorias. Seguem algumas das afirmações e explicações a respeito dessas expressões:

*“Eu já fui **cabeça**, hoje em dia sou **comédia**, mas não me importo. É melhor ser **comédia** do que estar a sete palmos do chão, meu irmão. Quem diria... Eu, **comédia**... Logo eu que sempre **botei o terror** lá na minha **quebrada** e sempre fui considerado **cabeça**. Mas tem uma hora que o cara tem que decidir, eu tô **de maior**, não posso **vacilar**, se não, é **cana**. O **comédia** é o cara **careta** que não usa drogas nem tem um **ferro** na cintura, que todo mundo **zoa** porque ele é besta, não tem moral. O **cabeça** é o cara que fuma um baseado e tem um **ferro** na cintura, que todo mundo tem medo e respeita.”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por tráfico, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Eu? Tô fora, esse negócio de ser **comédia** é coisa pra otário. O cara **cabeça** tem as mulheres que quiser porque elas se sentem protegidas, ninguém chega perto delas, elas podem tirar a maior onda como quiserem e com quem quiserem. Ninguém é doido de mexer com elas. O cara **cabeça** vive menos, mas vai ter coisas que um **comédia** nunca terá... Todo mundo me respeita, os caras morrem de medo de mim.”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Refletindo a respeito das categorias, “**cabeça**” e “**comédia**”, vejo a possibilidade desses jovens estarem a fazer escolhas, tais como estar ou não na vida do crime. Alternativas de vida que possibilitam estar dentro ou fora da lei. Como destaca Machado (2004, p.65), “...as máscaras de *bandido*, *maioral* e de não *bundões* não escondem simbolicamente seus rostos de sujeitos sociais, pois servem para lhes atribuir o reconhecimento como maioral”. Assim, entre os “jovens infratores”, os projetos de tempo longo passam a ser dos “otários”, dos “**comédias**”, que vivem mais, mas nunca terão “as coisas que um ‘**cabeça**’ pode conseguir”, parece ser necessário viver intensamente, sem medo do que possa acontecer amanhã, tendo o respeito e o temor das pessoas, sendo o “maioral”. Porém, há os que ainda se acham na possibilidade de escolher serem diferentes, voltar atrás em suas escolhas na

criminalidade, mesmo que sejam considerados e até excluídos de seu grupo de pares, por se tornarem “**comédias**”. Escolher pela vida mais “dura” e mais longa é ser considerado um “**comédia**” para os outros e uma opção para si de viver um pouco mais.

De acordo com Adorno (2004), a tarefa de estar a relativizar contextos da realidade, torna-se ainda mais difícil e complexa quando o tema é violência e as formas como ela se encontra na vida social, podendo cair na armadilha de estar polarizando o tema, colocando questões como bom e mau, certo e errado, lícito e ilícito, mocinho e bandido, e assim, deixando de olhar para questões ainda mais complexas que vão além da simples dicotomia. Afinal, eles não são apenas bandidos.

Destaco que minha intenção não se limita, pura e simplesmente, a identificar como a violência entre os “jovens infratores” acontece, detectando indicadores, mas, principalmente, tentando perceber sua rede de significados e relações a partir dos discursos dos próprios “jovens infratores”.

A violência é uma prática que se desvia do caminho presumivelmente disciplinado e estável da ordem social. “Ela emerge como aquilo que não deveria ocorrer, ela parece resvalar de uma outra ordem” (DIÓGENES, 1998, p.55). Tanto nos estudos acadêmicos como nas opiniões de senso comum, a violência surge como uma ação essencialmente destrutiva da ordem que dificulta que ela seja atingida em sua plenitude. O controle da ordem social torna-se ameaçado pelo caos, neste caso, a violência. O temor da desintegração, da não totalidade coloca, na maioria das vezes, a violência como uma ameaça à ordem, como algo destrutivo, negativo da vida social e que precisa ser exterminado, uma ameaça ao consenso. A violência surge como possuidora de um caráter irracional e mau. Temor este, que interfere na possibilidade de compreensão da rede de acontecimentos e significados que está por trás das ações violentas.

Que lugar ocupa a violência para esses “jovens infratores”? Será que a ordem e o equilíbrio social devem ser realmente atingidos em sua plenitude? Ou seria a própria violência que possibilitaria a percepção de ordem e desordem, de normalidade e desvio, de estruturado e não estruturado? E esse outro considerado um “ser desordenado” que pratica a violência e que sempre insistimos em colocá-lo do lado de lá, exterior e longe a nós, não estaria sinalizando algo muito mais complexo a ser pensado do que a suposta ordenação ameaçada?

Em uma visão superficial das violências, estas são geralmente pensadas como algo exterior, não pertencente à realidade cotidiana, algo vindo de fora, práticas não cotidianas que possuem as vítimas (consideradas não violentas) e os sujeitos (considerados atuantes na violência), o bem e o mal. Assim, pode-se facilmente chegar à simplória conclusão de que as

ações violentas deveriam ser controladas através da simples eliminação ou contenção do sujeito praticante, continuando a pensar as violências como atos isolados, deixando de vê-las como extensas redes fenomenológicas e sistêmicas, preenchidas por relações e significados com a vida social.

Tornou-se fato comum, durante minha inserção no campo de pesquisa, perceber nos discursos, tanto dos familiares quanto dos próprios profissionais que trabalhavam com os “jovens infratores”, uma crença de que a violência se faz em uma prática com caráter essencialmente destrutivo, sendo essa visão o ponto inicial e final de suas análises, não se questionando suas relações com outras questões essenciais para se compreendê-la, para além da questão estrutural econômica e de classe, tais como: a percepção da violência para quem a pratica e para quem a sofre que podem se constituir no mesmo sujeito; além da função social da violência em determinado contexto e tempo em que ela ocorre.

Atraindo o olhar para essas questões, é possível não enxergar a violência como um ato puro e isolado, e sim como uma prática que está implicada numa rede de relações sociais, históricas e culturais que precisam ser pensadas e repensadas quando se fala de determinada violência, em determinado contexto, em determinado grupo, em determinada época, transcendendo os discursos de natureza essencialmente denunciatórios, que objetivam apenas a destruição e/ou contenção da violência. Não estou aqui fazendo apologia à violência, mas sim, tentando observar outras questões envolvidas nesse processo e que podem, de alguma forma, ajudar a ter uma visão mais ampla da realidade. Não deixarei de levar em consideração os efeitos destrutivos das violências, mas sim, e também, poderei estar a olhar para a rede de relações que se organizam e que se formam em torno das violências dos “jovens infratores”, e assim compreendê-la e, se necessário, ajudar a refletir sobre uma intervenção mais eficaz.

A violência no contexto desta pesquisa apresenta-se no cenário social como a maioria das violências, como algo que é diferente, como um “monstro” que ameaça. O diferente é também o autor da violência, neste caso, o “jovem infrator”. Categorizado como fora da norma, ele entra facilmente na categoria dos excluídos, dos fora da razão e da lei, dos desviantes e só é percebido como aquele que pratica o ato, sendo excluído através de categorias fechadas e preconceituosas que nada acrescentam a nossa compreensão, cegando nossas possibilidades de intervenção. O que é incômodo e diferente facilmente torna-se algo que deve ser expurgado, sanado, camuflando uma falsa noção de unidade social. “Quando as diferenças tornam-se incômodas, é a idéia de desvio que se estabelece como campo de registro e de marca de todos aqueles que insistem nos processos de singularização” (DIÓGENES, 1998, p.84). O desvio, por sua vez, só existe quando é validado como desvio

por alguém, em determinado momento a partir de determinada ação, e quando esse rótulo torna-se um consenso por um certo número de pessoas. Porém, a negociação da realidade social no que se refere às violências e suas práticas, sabiamente apresenta-se heterogênea e conflituosa, levantando debates constantes a respeito do que é certo ou errado, bom e mau, anjo ou demônio, lícito ou ilícito. Categorias fechadas e excludentes tais como: “marginal”, “ladrão”, “bandido”, “trombadinha”, “maconheiro”, “alma sebosa”, entre tantos outros, de nada têm ajudado na compreensão e intervenção da dinâmica social.

Devido ao fato de meus encontros individuais serem geralmente realizados em praças, a oportunidade de estar a observar os “jovens infratores” em um espaço público, apresentava-se como riquíssima. Um espaço bastante utilizado por mim em minha pesquisa de campo, devido a seu fácil acesso, bem como sua diversidade de opções de lazer para a juventude, tais como rampa de *skate* e campo de futebol, constituía-se em uma praça apelidada de “Praça da Maconha”, seu nome oficial não era esse, mas era assim que ela se tornava reconhecida ao marcar minhas conversas com meus interlocutores. Se marcasse na “Praça Vitoriano Rigueira”, seu nome real, penso que nunca iríamos nos encontrar. A “Praça da Maconha” localiza-se em um bairro no centro da cidade de Olinda, o Bairro Novo, um bairro de classe média, porém rodeado de favelas, como a maioria dos bairros da cidade. Dessa forma, durante minha inserção no campo de pesquisa, tive a oportunidade de presenciar cenas que antes podiam passar por mim despercebidas ou até mesmo serem consideradas louváveis, como a relação polícia e bandido, relação permeada por essa dubiedade de bom e mau, que tanto se apresentou contraditória ao iniciar minhas aproximações com os “jovens infratores” e no meu cotidiano junto a eles.

Certa vez, ao encerrar mais um encontro individual, que, muitas vezes, acabava não sendo tão individual devido à presença quase constante de um ou mais amigos, “**parceiros**”, que acompanhavam meus interlocutores até o local da entrevista, e por vezes, ficavam a escutar e até intervir em alguns momentos. Como de costume, três jovens partiram e fiquei a escrever algumas de suas falas, já que o uso do gravador não me tinha sido permitido pelos mesmos, como acontecia também na maioria das vezes. Não se passaram dois minutos de suas ausências, escutei um deles a me chamar e mostrar a situação que se apresentava: uma revista policial, ou, como diriam meus interlocutores, uma “**coça dos homis**”, ela acontecia na minha frente e na frente de todos que se encontravam na “Praça da Maconha” em um final de tarde. Rapidamente me aproximei e escutei o seguinte diálogo:

-“**Homis**” (eram dois policiais): “*A identidade, meu velho, bora logo.*”

-Jovem 1 (que encontrava-se sentado no meio fio da praça): “*Ihh, eu na tô fazendo nada, já vem vocês **tirar onda** com a gente*” (permanecendo na posição sentada).

-Jovem 2 (também sentado no meio fio, a lado do jovem 1): “*Olha só, a gente só tá sentado, valeu*” (permanecendo na mesma posição).

-“**Homis**”: “*Como é? Levanta! Mão na cabeça! Pra parede, bora! Tão me achando com cara de otário*” (há aqui uma sequência de tapas, empurrões, gritos e palavrões por parte da polícia).

-“**Homis**” (neste momento ainda mais nervosos): “*Quero a identidade dos dois! Agora!*”

-Jovem 1: “*Não vou dar, isso não é jeito de me tratar, sou um cidadão. Cadê a sua identificação que eu também não tô vendo.*”

A disputa pela possibilidade de ser respeitado, ter mais moral permeava essa relação polícia e bandido. O fato de a polícia solicitar a identidade do jovem sem mostrar a sua própria, usando da força física e do poder de estar “do lado da lei” já apresentava uma relação em que se desejava ser superior ao outro. A irritação dos jovens, manifestada no ato de não se levantar e pedir também a identificação dos policiais, apresentava-se como uma maneira de reforçar a identidade deles próprios. Identidade essa, freqüentemente negada socialmente diante da identidade de marginal e desviante e comumente reforçada perante os seus aspectos físicos de jovens pobres: boné, bermudão de marca surrado pelo uso constante, chinelo de dedo com os pés cinzentos de poeira, camiseta branca já amarelada pelo tempo e grafitada, geralmente por eles mesmos, com frases ou desenhos que representem seus ideais de vida.

A sequência de tapas que se seguiram após a cena relatada foi intensa e, por mais que eu quisesse retratá-las em palavras, não conseguiria. Com dez minutos de espera, o camburão já se encontrava no local para levar os dois “suspeitos”, “meliantes”, “ladrões”, “vagabundos”, “marginas”, “filhos da puta” (definições dadas pelos policiais no momento da apreensão e da comunicação pelo rádio policial) para a delegacia central da cidade. A cena e o diálogo que se seguiram com a chegada do camburão também me chamou atenção:

-“**Homis**” do camburão (mais especificamente, o policial, motorista do carro, no momento da sua descida do veículo e a primeira vez em que via os dois jovens, um deles algemado, o policial desce com arma em punho): “*Seus filhos da puta, tão **tirando onda** com a polícia, é? Têm medo de morrer, não?*” (segue-se uma nova sequência de tapas e xingamentos).

-Jovem 1 (algemado e de cabeça baixa): *“quer me levar? Pode levar, não fiz nada, tá todo mundo de prova aqui, isso é preconceito. Vocês têm que voltar pra academia pra aprender como se trabalha.”*

A rixa por respeito e poder permanece nos diálogos e gestos relatados. Descer do carro da polícia com arma em punho, levar os jovens dentro do camburão algemados e por meio de tapas e xingamentos constitui-se como o momento definitivo da sensação de vitória nesta disputa entre o “bem” e o “mal”. O “mocinho” (polícia) demonstra sua força e coragem diante dos “bandidos” (jovens pobres) que, violados em seus direitos de afirmação de suas identidades, ainda permanecem na frente do combate, afirmando o preconceito sofrido e reforçando o não reconhecimento da identidade do outro (polícia) ordenando-os a “voltarem à academia para aprender como trabalhar”.

As minhas poucas tentativas de diálogo e de acalmar os nervos, tanto dos jovens quanto da polícia, pareciam em vão; penso que minha fala nem estava sendo escutada naquele momento. Eu, completamente perdida de meu lugar de pesquisadora, seja lá qual for realmente esse lugar nesse momento, já não sabia o que era certo ou errado, quem era bom ou mau, mocinho ou bandido. Peguei o terceiro jovem, que ainda encontrava-se em liberdade, e me dirigi à delegacia. Minha sensação de injustiça era mais forte do que refletir a respeito dessa minha atitude impulsiva. Foram três horas na delegacia, assistindo aos jovens algemados e tentando com o boné de um deles disfarçar as algemas, desesperados com a possibilidade de “**descerem**” para o presídio, visto que os dois possuíam maior idade e um deles encontrava-se em situação jurídica de liberdade condicional. Após intensa espera, foram liberados na condição de aguardarem chamado judicial para responderem ao caso. A liberação ocorrida a visível contra-gosto dos policiais deu-se, talvez, devido à minha presença constante dentro da delegacia a questionar as atitudes praticadas pelos policiais junto aos jovens, ameaçando levar o caso da violência policial presenciada por mim, adiante. Ao sair da delegacia, escutei a voz de um dos agentes ao meu ouvido: “Você atrapalhou nosso serviço!”. Com um sorriso no canto da boca, pensei: “Ainda bem”. A vitória da disputa de poder, naquele momento, era minha e, principalmente, dos jovens, com a esperteza que só tem quem está cansado de apanhar.

Confesso que gostei de estar do outro lado, de enfrentar a polícia, arriscando-me a, talvez, até ser presa também. Acho que pude sentir um pouco a sensação de correr riscos que tanto escuto de meus interlocutores. Gostaria de ter conversado com os jovens a respeito do ocorrido, saber deles como se sentiam, porém, qualquer possibilidade de diálogo não representaria o que vi em seus rostos: uma mistura de alívio e raiva. Apenas escutei: “*valeu*

*aí! Obrigado mesmo! Se não fosse você teríamos **descido** sem culpa nenhuma*". E foram embora. Pude ver muito mais além naquele momento, afinal, eles não eram apenas bandidos.

Em suma, a necessidade de caminhar nestas dualidades de mocinho e bandido, esfumaça a possibilidade de uma compreensão e intervenção realmente eficaz. "O comportamento violento é quase sempre pensado dentro de referenciais negativos, como expressão daquilo que deveria ser, que falta, que se projeta da ordem do 'outro' " (DIÓGENES, 1998, p.87). Porém, esse incômodo do outro não pode ser mais abafado, isolado, ele se apresenta lado a lado com o cotidiano, ultrapassando os limites estigmatizantes e, dessacralizando dualidades, pondo em evidência as diferenças e injustiças sociais do cotidiano das violências.

3.2 "É nós na fita e os *playboyzinhos* no DVD": passos e tropeços em direção à carreira marginal

Ao finalizar o primeiro grupo com os "jovens infratores", solicitei que cada um relatasse, em poucas palavras, como tinha sido aquele encontro. Um deles, sorrindo, disse a seguinte frase: "*É nos na fita e os playboyzinhos no DVD, somos pobres, mas estamos chamando a nossa atenção, é **nenhuma***". Essa frase foi dita por um jovem de 17 anos que, no ano de 2004, respondia a processo judicial na Vara da Infância e da Juventude por furto. Sua fala fez-me pensar nas escolhas e caminhos que esses jovens fizeram em suas vidas até chegarem à criminalidade, os passos e tropeços dados em direção à carreira marginal, as possíveis alternativas de vida que facilitaram ou dificultaram suas escolhas para "**estar na fita**".

Ao mesmo tempo, reflito sobre a importância de relativizar os conceitos e a própria dicotomia existente nas compreensões de bom e mau para poder compreender um pouco mais os discursos dos "jovens infratores" a respeito de suas escolhas e dos motivos ou influências que, para eles, os impulsionaram, ou não, a estar neste lugar, "estar na fita". Ser considerado um "fora da lei", é ser colocado no lugar do ilícito, do errado, do mau.

A destrutividade, a violência e os conflitos sempre existiram na história da humanidade que, de alguma forma, eram combatidos ou controlados. Leis foram criadas, crimes foram praticados. As concepções de lei e ordem, crime e desordem também apresentaram compreensões distintas ao longo da história e da cultura em que se apresentavam inseridos. O mal, independente da cultura que se analisa, não possui uma forma

única e clara de interpretação, variando nas “...razões e interesses de quem faz o discurso sobre o mal e da situação vivida no momento em que se fala” (ZALUAR, 2004, p.37).

Essa dicotomia absoluta, já discutida neste capítulo, impede a possibilidade de enxergar o fenômeno da violência, levando em consideração suas particularidades, seu contexto histórico, cultural e relacional. Becker (1977, p.55) afirma que “...grupos diferentes julgam coisas diferentes como sendo desviantes”. O autor acredita que é possível definir como desviante qualquer coisa que varie em relação à média estabelecida e criada em determinado grupo, compreendendo o desvio como algo que também é criado pelo grupo, ao instituir regras cuja infração se constitui no desvio. Dessa forma, o desvio surge como uma consequência das respostas de outros ao ato de uma pessoa. Becker (1997, p.60) alerta: “...os estudiosos do desvio não podem supor que estejam lidando com uma categoria homogênea quando estudam pessoas que foram rotuladas como desviantes”. Estudar o desvio é estar sempre ressignificando conceitos e atento às redes relacionais históricas e culturais envolvidas no processo. E é a partir do conceito de Becker de desvio e de carreira marginal que caminharemos na tentativa de compreensão dos passos e tropeços dos “jovens infratores” em direção à criminalidade.

Ao escutar a respeito da violência cometida pelo grupo por mim estudado, a partir dos próprios discursos dos “jovens infratores” e, principalmente, como eles se vêem inseridos nessa violência considerada uma atitude desviante e nessa situação de ilícitos, de serem considerados muitas vezes como maus, violentos, perigosos, marginais, desviantes, dentre tantos outros rótulos, foi possível tentar reelaborar alguns conceitos dicotômicos e simplistas, que colocavam a violência como um mal a ser simplesmente exterminado, sem ter a possibilidade de tentar compreender as teias de relações envolvidas. Um ponto que merece atenção especial e que, corriqueiramente, pude perceber em minha inserção no campo, consistia nas tentativas de explicações dos próprios “jovens infratores” da sua entrada na criminalidade. Comumente, escutava a narração de diversos fatos e justificativas nas suas histórias de vida que os levavam a uma carreira criminosa:

*“Tava precisando de grana, lá em casa tava um **liseu** danado, mas eu não ia usar o **ferro**, só se precisasse mesmo, se não tivesse outro jeito”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por porte ilegal de armas, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O jovem relata a posse da arma justificada pela falta de dinheiro, mas afirma o desejo de não usá-la. O usar “só se não tivesse outro jeito” revela a sua incerteza do que iria

acontecer, do que iria fazer e se iria realmente fazer. O mesmo jovem revelou-me também que não sabia atirar, que apenas havia atirado uma vez, que seus amigos riram de sua falta de habilidade ao assustar-se com o barulho da bala e que pensava em servir o exército aos dezoito anos para aprender tal atividade.

A necessidade de mostrar-se para os colegas também é constante nos discursos dos jovens ao falarem de suas histórias na carreira criminosa:

*“Eu não sei explicar, tava todo mundo falando, tirando onda, dizendo que era fácil, que era só chegar e fazer o movimento, que a **parada** já tava certa. Eu tava a fim de me mostrar pras **pirráias** lá da escola... e um carrão daqueles, era uma máquina... ficaram todinhas doidas por mim. O problema foi o segundo carro, eu não devia ter continuado, acabei **caindo**”* (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por assalto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004)

*“Eu fiz (roubei), mas eu não achei que ia ser pego. Na verdade fiz muitas vezes antes de ser pego. Nessa última, essa que **caí**, pensei em ficar com uma parte do roubo, usar mesmo, sabe, a outra parte eu ia vender e o resto ia distribuir pros meus primos e pros colegas lá da rua”* (“jovem infrator” com 16 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

O ato de roubar recebe, nos relatos acima, justificativas de que suas atitudes consistiam em uma brincadeira, para “**tirar uma onda**”, para ganhar moral com os colegas e as meninas do bairro, para se mostrar para seu grupo de pares como capaz de realizar uma atitude ilícita sem ser descoberto. A distribuição de uma parte do roubo entre alguns dos seus demonstra que o “dar” aos que precisam possibilita outra conotação ao roubo que não apenas o ganho para si próprio.

A relação entre os grupos de pares e entre as justificativas para as atitudes ilícitas é comumente percebida nos relatos:

*“Eu só tava a fim de fumar um **baseado** na festa, nada mais, na boa, alguém tinha que ir comprar, eu tava de moto com um amigo meu e fui. Quando passamos pela blitz os **homis** sacaram que eu e meu parceiro ficamos nervosos, mandaram a gente parar e ele acelerou, daí começou a perseguição. Quando nos pegaram, meu amigo tava desesperado, ele era de maior, daí assumi a culpa por nós dois, disse que o **bagulho** era meu, que ele não sabia de nada.. Era uma questão de honra, o cara ia se lascar muito mais do que eu. Ele foi liberado e eu tô com essa bronca nas costas já faz um ano, segundo minha mãe, tô de otário, porque fui dar valor a amigo”* (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo por tráfico, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

Ir comprar a droga da festa para os amigos, assumir a culpa para a justiça no lugar do colega de maior idade representam justificativas honrosas de seus atos ilícitos, provas de ousadia e coragem para os “jovens infratores”.

A família também surge comumente nas justificativas dos jovens:

“Quando eu ainda era criança, eu comecei a fumar cigarro e pá, e mãe falava: marginal safado, vai fumar um cigarro, daqui a pouco tás fumando maconha. Eu digo Não, oxente!, Isso é um vício que o cara tem, fumar cigarro. Aí diz, não porque tu é um marginal, e pá... Comecei logo a chorar, nunca esqueci isso... Acho que foi isso que me fez me revoltar” (“jovem infrator” com 19 anos de idade respondendo por furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

“Família só é bom só na foto, porque sinceramente... tem família que é boa, tem família que é unida, mas, pô, minha família mesmo, vixe, sei não, velho. Minha família nunca me deu apoio, não estavam nem aí se eu ia ser um ladrão quando crescesse, um trombadinha e num sei o que, e pá... Eu acho que a família precisa dar apoio ao cara. Será que sou assim por causa da minha família? Se for, agora é tarde!” (“jovem infrator” com 18 anos de idade respondendo furto, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).

*“Os pais, né, **velho!** Meu pai, **tá ligado**, aí eu to lá, no meio da **corja**, aí ele passa né, aí ele olha, volta, aí diz: esse marginal! Aí eu **estigo**, corro lá e aí eu começa o **barulho** e o bate boca (...) Oxe! Chamar o cara disso e aquilo outro, aí o cara pira, né! E as nega do cara vendo e pá, tudinho, aí começa o barulho. É foda, velho! Você começa pensar besteira, se revolta mesmo” (“jovem infrator” com 17 anos de idade respondendo por tráfico, falando na entrevista em grupo no ano de 2004).*

Dificuldades financeiras, necessidade de se auto afirmar para seu grupo de pares, problemas de relacionamento familiar, desejo pessoal de ter determinado objeto ou dá-lo para alguém, sensação de que nunca seria pego, de que era só uma curtidão de amigos, permeiam os discursos dos “jovens infratores” que, muitas vezes, aparentam ter uma maneira confessional de relatar suas atitudes, em uma tentativa de justificar sua entrada ou permanência na carreira criminosa.

Conforme Becker (1977), o primeiro passo, ou seria mais bem compreendido como um tropeço, em direção a uma carreira marginal é o cometimento de um desvio, uma ação que quebre uma regra pré-estabelecida, uma forma social ilícita de resolver seus problemas. Geralmente, seus atores são pessoas que possuem frágeis alianças com a sociedade convencional, ou não têm uma reputação ou um emprego a manter, não têm um

motivo real de investimento para cumprir as regras sociais. A partir do ato, o modelo de desvio pode perdurar e fazer deste um estilo de vida, com motivações e interesses desviantes.

O segundo passo para a carreira marginal, segundo Becker, seria o descobrimento público do ato. No caso de meus interlocutores, o ser preso, o “**cair**”, sendo então, publicamente rotulado – “marginal”, “ladrão”, “alma sebosa”, “trombadinha”, “traficante”, entre tantos outros. Este parece se apresentar, no discurso dos “jovens infratores”, como sendo um dos passos mais cruciais nesse processo. É nesse momento que serão definidos e estigmatizados por serem desviantes e, de alguma forma, punidos. Daí por diante, sua identidade pública muda, o que podia ser uma desconfiança ou preconceito social transforma-se em uma realidade provada e documentada judicialmente, ele terá que responder por seus atos ilícitos junto à sociedade na forma da lei, ou como definiu um dos jovens nos relatos anteriores, terá “essa bronca nas costas”. Sua identificação de marginal e de ladrão aparentará socialmente ser muito mais destacada e importante do que muitas outras que ele possa ter ou vir a ter. Afirmo Becker (1977):

A posse de uma característica desviante pode ter um valor simbólico generalizado, de tal forma que as pessoas supõem automaticamente que seu portador possui outras características indesejáveis supostamente associadas a ela (BECKER, 1977, p.79).

Outro passo para a carreira marginal parece ser o movimento do “jovem infrator” em direção a um grupo também desviante como ele. É quando percebe que todos seus amigos, todos que o rodeiam e quem ele procura para se relacionar são desviantes, infratores e já cometeram pelo menos um pequeno furto. Há, entre eles, algo em comum: o desvio. Cria-se uma subcultura desviante, concretizando sua identidade desviante. Além de tudo, fazer parte de um grupo desviante possibilita estar a racionalizar suas atitudes. “A maioria dos grupos desviantes tem uma racionalia (ou ‘ideologia’) autojustificadora” (BECKER, 1977, p.84), criando, assim, explicações coerentes para permanecer em suas atitudes desviantes, mas também aprendendo como levar sua carreira desviante com o mínimo de problemas, tais como: livrar-se da mercadoria roubada sem correr riscos; “**meter uma parada**” de maneira rápida; livrar-se da arma em uma perseguição policial; saber os locais para refugiar-se, se algo der errado; entre tantos outros; fazendo o “jovem infrator” se encaminhar, aos passos e tropeços, cada vez mais, para a carreira criminosa.

3.3 “Um dia a gente tem que morrer mesmo, doutora”: uma experiência etnográfica

Meu encontro com os “jovens infratores” me proporcionou a busca de um entendimento, de um significado sobre o tema da morte. A presença, em seus discursos, do tema de uma morte próxima, apresentava-se constante sendo, em certos momentos, naturalizada como uma consequência. Apesar disso, a possibilidade de morrer ainda parecia bastante temida. Pude perceber, a partir da pesquisa de campo, que meus interlocutores muitas vezes preferiam ter uma vida breve, cheia de prazeres e aventuras, do que morrerem velhos e pobres. Quatro dos jovens interlocutores morreram durante minha inserção no campo. Pude então, a partir daí, refletir sobre o tema da morte enquanto pesquisadora de um grupo que se dilui em meio a um contexto de violência e se desfaz aos meus olhos. A vivência da morte banal entre jovens pobres não era mais apenas assistida passivamente na televisão ou nos jornais, ela se presentificava naqueles jovens que hoje estavam à minha frente, falando sobre suas vidas e seus riscos, e, no momento seguinte, escutava o relato de suas mortes. Pois lá estava eu, com as suas mortes emaranhadas em meu pensamento, em minha pesquisa, em minha vida.

Estudar jovens envolvidos com a criminalidade, fundamentalmente jovens pobres, acarreta um certo esforço. Esforço não só meu, enquanto pesquisadora, ao tentar criar uma relação dialógica com o grupo, mas também um grande esforço do próprio grupo, no sentido de romperem com um destino que aparentemente aceitavam como natural, e, assim, se manterem vivos.

Quando iniciei meu estudo com os “jovens infratores”, não imaginei que o tema morte estaria tão próximo. Para falar a verdade, a palavra morte não aparece em meu projeto de pesquisa. Como não pensar em morte quando o assunto em questão, juventude e criminalidade, refere-se diretamente à violência?

Dessa forma, trarei para reflexão minha experiência como pesquisadora em um momento da história de vida de quatro “jovens infratores” que me envolveram no afã de escrever sobre o tema da morte. Iniciarei suas histórias a partir do momento em que os conheci até o dia de suas mortes, recorrendo, sempre que necessário, às informações passadas e relatadas por eles mesmos durante o percurso de relação entre nós. São quatro jovens que chamarei por codinomes, criados por mim, e que também refletem minha percepção de cada um deles, visto que não me sinto no direito de divulgar seus nomes sem autorização.

Niltinho, o pequeno. Conheci Niltinho em junho de 2004, rapaz franzino, pobre, 15 anos, moreno e de estatura pequena, dizia não ter medo de nada. Um tanto introspectivo e desconfiado da minha presença a lhe fazer

perguntas, mas, sempre respondia a todas. Quando depois de muita insistência minha comparecia ao encontro, falava pouco e me dava a impressão de estar mentindo constantemente. Sempre muito bem vestido, nunca me olhou nos olhos, nem mesmo sei de que cor eram os seus. Dizia não gostar da polícia e chamava-os de ladrões, confundindo-me na definição de quem eram os mocinhos e quem eram os bandidos dessa história. Niltinho era acusado de roubar um carro com mais dois colegas e afirmava ter feito isso para se mostrar para as meninas do seu colégio na hora da saída. Dizia sempre ter muito medo de morrer, e que fazia as coisas para “tirar onda”. Na sexta-feira de mais um final de semana, Niltinho estava completamente dopado, drogado, talvez já pressentisse o que iria acontecer. Entraram em sua casa cinco homens encapuzados, sua mãe, na ânsia em protegê-lo chegou a gritar: corre Niltinho! Mas Niltinho não conseguia nem mesmo andar. Sua mãe jogou-se em frente de seu corpo que em meio aos tiros tombou sem reação. A mãe morreu na hora, Niltinho, no Hospital por morte cerebral. A notícia de sua morte chegou a mim no sábado pela manhã, chorei sem mesmo entender direito o que estava acontecendo. Como uma morte de um jovem que mal conhecia podia mexer tanto comigo? Alternava sentimentos de fúria e de dor dentro de meus pensamentos e nesse dia não consegui pensar em mais nada que fizesse sentido... O que tinha acontecido era real demais... Antes, pensava que só os maus morriam logo e os bons ficavam velhos, mas não sei mais o que é bom ou mau, certo ou errado, preto ou branco.

Vitorino, o grande. Vitorino tinha 18 anos, era alto, um negro bonito, forte e sorridente. Adorava conversar com ele, parecia falar tudo que eu precisava ouvir, era o tipo do informante ideal. Sempre falava com muita firmeza e certeza a respeito de si e das coisas à sua volta. Tinha uma consciência da realidade que me causava um misto de admiração e espanto diante da pouca instrução que pôde obter. Dizia sempre que a rua era sua melhor escola, aos 15 anos já usava “crack” e traficava. Uma vez, ao questionar-lhe o que queria ser na vida, seus projetos de futuro, Vitorino respondeu: “Vocês riquinhos são engraçados, vocês acham que a gente deve ser o que vocês acham que é melhor pra gente, que nada! Eu não quero ser prefeito, vereador, nem médico. A vida é um espelho e a gente se identifica com o que tá perto da gente, eu me espelho no ‘boqueiro’, no traficante, que são os ‘fodas’ da favela. Eu sei que é perigoso, dane-se! Não estou preocupado com isso!” Vitorino dizia que seus três maiores sonhos eram: ficar rico, nunca morrer e ir para o céu... Sua malícia e, ao mesmo tempo, sua ingenuidade diante desses desejos me encantava. Um mês depois de nosso último contato, ligo para seu celular ansiosa a fim de marcar mais um encontro. Este, que sempre me atendia com um “diga lá, doutora!”, e me fazia secretamente sorrir por trás do telefone, dessa vez não me atendeu. Do outro lado, uma voz feminina que depois percebi ser sua mãe, em prantos: “Acabou! Meus dois filhos estão mortos”. Foi a única coisa que ouvi ao perguntar por Vitorino. Em seguida, outra voz feminina, sua tia materna, explicava que Vitorino e seu irmão haviam sido mortos naquela manhã em uma rua da favela onde moravam. Ao questionar o motivo de tal fato, recebi como resposta o óbvio: “Boa coisa não era, minha filha, se não, não estariam mortos”. Meus olhos encheram-se de lágrimas, minha cabeça tombou em uma grade a minha frente e assim permaneci por alguns minutos, olhando para o vazio, esperando preenchê-lo.

Alê, o menino. Tive poucos contatos com Alê, mas sempre recheados de descobertas e surpresas. Foi flagrado por militares portando um revólver e por isso estava respondendo a processo na justiça. Alê falava muito, tanto que às vezes me fazia perder o rumo da conversa, ia e voltava tanto em suas histórias que me deixava tonta. Tinha problemas na fala, acho que língua presa, gagueira, ou algo assim; além disso, falava muito rápido e sem uma seqüência lógica, o que deixava nossas conversas bem mais longas e cansativas. Algo que marcou em Alê era como seu pai era tema constante de nossas conversas, sempre essa figura aparecia nas suas histórias. Alê afirmava odiar o pai e chamava-o de “dedo duro”, “falador”, por nunca acobertá-lo em seus atos. Dizia não gostar de roubar mas, alguma coisa lhe empurrava para isso. “Minha droga é o dinheiro”, dizia Alê. Sua morte foi um susto, não era o tipo de jovem que esperava morrer a qualquer momento como Vitorino ou Niltinho. Alê era um rapaz pacato e até, em certos momentos, meio bobalhão, um verdadeiro menino. Alê havia me ligado dois dias antes de sua morte, queria saber como fazer para trocar por dinheiro na campanha do desarmamento um revólver que havia comprado. Expliquei-lhe meio receosa para não dirigir-se ao local com a arma, já que não tinha porte de arma. Era comum os jovens utilizarem-se dessa Campanha para vender por um preço mais em conta a arma que tinham adquirido de forma ilegal. Explicações à parte, Alê achou por bem deixar a arma com um “**chegado**” seu, enquanto ia pegar autorização para levá-la até o local da campanha. Autorização na mão, o objeto em questão precisava ser readquirido. Mas, os planos mudaram e Alê não voltaria a rever o dia. Morreu com seis tiros na cabeça, através da arma que ele mesmo comprara.

Digão, apenas Digão. Nunca consegui entender Digão, nem nominá-lo. Ele era do tipo agressivo e enfrentador nas suas conversas, sempre me olhava nos olhos e me dava medo, acho que ele sabia disso, e parecia gostar do sentimento que provocava em mim. Era arredo na maioria das vezes em que conversávamos mas, para meu espanto, sempre comparecia e parecia gostar de nossos encontros. Dizia que sua especialidade era assaltar ônibus e, pelo que me contava, fazia muito bem. Sempre o via com roupas de marca, tênis da onda, relógios transados, pulseiras e correntes grossas de ouro, além de celular do último modelo, daqueles bem modernos que na maioria das vezes eu não consigo entender para que tantos botões. Digão se irritava com facilidade quando conversávamos e sempre levava minhas falas para o lado pessoal, ao pé da letra. Houve um momento em que tive muito receio de continuar a me encontrar com ele e cheguei a pensar em parar. Digão havia exaltado-se com minha pergunta a respeito de como ele percebia seus delitos durante sua vida. Não consegui entender direito na hora, mas vi seus olhos me fulminarem, chegou bem perto de mim como se fosse me agredir, pensei em gritar, mas algo o fez parar, sentou-se novamente e pediu desculpas, pois já estava nervoso. Digão tinha três tatuagens no braço direito, uma delas me chamava atenção, a figura da morte com um cajado na mão. A primeira vez que vi questionei qual a que mais gostava e justamente disse-me com um certo orgulho viril, que era a mesma tatuagem que me chamara a atenção, a da morte. Acho que aquele menino me dava arrepios, talvez fosse isso mesmo que ele queria provocar em mim. Perguntei-lhe se tinha medo da morte, disse-me sem pestanejar: “não tenho medo de nada... para mim tanto faz”. Fiz essa pergunta várias vezes meio sem acreditar em sua resposta, mas sempre me respondia da mesma forma. Quando falávamos do risco que corria com seus atos

delituosos, dizia sempre que nunca ia ser pego e, se fosse, dava um jeito. E foi em mais um assalto a ônibus que tudo aconteceu, Digão foi atingido com um tiro na perna, conseguiu escapar, soube depois por sua mãe, que chegou a esconder-se por alguns dias, mas acabou sendo encurralado pela polícia. Não enxergando saídas, Digão se mata com um tiro na cabeça. Quando soube de sua morte, uma semana depois, a primeira coisa que me veio à cabeça foi uma frase que Digão havia me dito, certa vez: “Um dia a gente tem que morrer mesmo, doutora...” Naquele momento, eu não era doutora de absolutamente nada.

Através destes fragmentos de minha experiência como pesquisadora na história destes quatro “jovens infratores” e dos emaranhados de sentimentos emergidos, é possível iniciar uma reflexão sobre os discursos e as atitudes desses jovens, que os levam, muitas vezes, a uma proximidade constante com a morte, na maioria das vezes, a sua própria.

Sentimentos de virilidade e poder se misturam a temores pelo inesperado. Uma vida breve, com alguns prazeres e satisfações conquistadas acima de tudo e de todos, uma morte dura, rápida e de poucos pesares. As mortes de “Niltinho”, “Vitorino”, “Ale” e “Digão” são, provavelmente, muito semelhantes às mortes de outros homens jovens pobres que acabam por envolver-se na criminalidade: contexto de uma sociedade escassa de alternativas sociais, mas também de escolhas próprias em direção a uma carreira marginal.

3.4 Fala, “Tuta”!

“Eu tive tesão pelo crime”¹⁵

Na tentativa de quebrar a lógica de mocinhos e bandidos, de bons e maus, deixando de satanizar a questão do “jovem infrator” e colocando-o numa questão social bem mais ampla e relacional, farei um relato de meu contato com “Tuta”, um “jovem infrator” que durante três meses me ensinou como a vida no crime pode provocar o sofrimento e o medo, mas também o prazer e a descoberta.

Seu nome, como todos os outros “jovens infratores” está sendo preservado por questões que vão além da proteção legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também por exigência do próprio jovem de se manter não identificado.

Meu encontro com “Tuta” ocorria inicialmente nos grupos, este me parecia sempre reservado, falava pouco, mas demonstrava atenção ao que era falado. Dava-me a impressão de que tinha receio de se expor e, sempre que algum jovem do grupo se colocava de forma mais

¹⁵ GENET, 1986, p.11.

sincera ou detalhando mais os fatos de sua vida, “Tuta” dava um jeito de orientar o jovem “falador” a não contar coisas demais: parecia ser um jeito de cuidar do outro ou algo assim. Dizia ele: *“Meu irmão, velho, se ligue!”* E o outro jovem, na maioria das vezes, se calava.

Após o término do último grupo em que discutimos o lado bom e do lado ruim do crime, “Tuta” parecia estar mais próximo e à vontade comigo, interrompia menos os discursos dos outros jovens e sempre conversava individualmente, depois dos encontros, sobre o tema que tinha sido abordado, acabando por falar também de sua vida. Neste dia, chegou afirmando que sentia necessidade de conversar sobre suas atitudes ilícitas, dizia ter *“tesão pelo crime”* e relatava que isso não podia ser normal, que seu pai achava que não era normal, que sua mãe chorava de preocupação e, principalmente, dizia ter a necessidade de conversar a respeito de seus conflitos diante das suas escolhas na vida do crime e, talvez *“conseguir descobrir meu desejo por outras coisas na vida”*. Assim, começamos a nos encontrar, quase toda semana, “Tuta” e eu.

“Tuta” tinha, na época de nossos encontros individuais, que ocorreram no ano de 2005, dezenove anos de idade, e encontrava-se em medida socioeducativa de Liberdade Assistida há um ano. Jovem negro, gordo, com olhos expressivos, andar tranquilo e lento e um sorriso que era facilmente encontrado em seu rosto. Cursava o primeiro ano do ensino médio em uma escola pública do município de Olinda. Dizia não ter muita paciência para o estudo e que as escolas municipais eram de baixa qualidade. Olhava-me sempre nos olhos e me encantava com sua fala, sua inteligência e poder de percepção a respeito de si mesmo. “Tuta” apresentava-se, consideravelmente diferente dos outros “jovens infratores” com os quais eu já havia tido contato. Falava com clareza de suas transgressões, sempre muito bem detalhadas e planejadas. Nunca escutei dele um relato de que tenha furtado uma bolsa ou assaltado um ônibus, relatos mais comuns nos discursos dos “jovens infratores”. Seus atos ilícitos eram, na maioria das vezes, arquitetados detalhadamente e envolviam muito dinheiro, uma quantidade bem maior do que eu estava acostumada a escutar em meu campo de pesquisa.

“Tuta” sempre me falava que adorava o perigo e a sensação que este lhe proporcionava, dizia sentir um prazer jamais sentido em outro momento de sua vida quando engatilhava uma arma para alguém, quando praticava um ato em que ele mesmo corria perigo iminente ou mesmo, quando matava uma pessoa:

“Quando matei um cara pela primeira vez não senti remorso, nem pena, nem mesmo tive pesadelo como a maioria da galera diz que sente. Meu pai disse que isso num é normal, eu num sei, sei que não me arrependi, me senti

*até bem sabe, num vou mentir, senti mesmo. Uma vez atiraram em mim, eu corri, mas a bala não chegou a me pegar, depois eu comecei a rir, ria muito, achei aquilo tudo muito massa, correr perigo é uma sensação muito boa, só sabe quem já sentiu. A única coisa que me incomoda no perigo é minha família, tenho pena deles sofrerem se eu **cair** de novo, ou mesmo, morrer. Também tenho medo de morrer, posso estar falando contigo hoje, agora, e quando sair daqui me matarem. Aí acabou, sei que se continuar nessa vida é isso que vai acabar acontecendo comigo, mas não consigo sentir tanto prazer assim com outra coisa na minha vida como sinto com o perigo, é como se fosse um vício, uma droga, a gente sempre quer mais. Eu não tenho nem como justificar ou colocar a culpa do que faço nas drogas, na bebida ou mesmo nas amizades, eu faço tudo isso porque gosto, porque curto, porque me sinto bem em fazer. Nem beber, eu bebo. Às vezes penso que não sou normal.”*

O discurso de “Tuta” parecia-me, em certos momentos, confuso, permeado por conflitos: gostar do perigo, desejar ter desejo por outras coisas, medo de morrer, medo de ser preso, medo de magoar os pais, procurar justificativas para suas atitudes, mas, ao mesmo tempo não se arrepender delas, mesmo, em certos momentos, não se achando normal.

Sempre que nos encontrávamos e “Tuta” tinha algo para me contar, iniciava dizendo: *“Olha, vou dizer logo pra você, vacilei”*. Nossa relação havia se tornado uma relação de confiança e cuidado mútuos. Quando nos encontrávamos, ele sempre me orientava a tomar cuidado ao sair do local ou mesmo aos movimentos estranhos de perigo e como me proteger. Sempre que o atendia ao telefone ou pessoalmente, abordava-o com um cordial: *“Fala, Tuta”*. Sentia calafrios toda vez que ele falava: *“vacilei”*; pois desejava que nada de mal lhe acontecesse e, em muitos momentos, tinha que me policiar para não acabar querendo impor minhas opiniões e meus conselhos para sua vida. O “vacilar” surgia sempre que “Tuta” sentia que sua atitude não fora boa, que podia ter se prejudicado ou prejudicado outros, era estranho escutar isso de alguém que dizia ter *“tesão pelo perigo”*. Uma vez perguntei-lhe o significado de seu “vacilar”, que me respondeu:

“Vacilar é fazer o que eu curto, você sabe o que... Porque sei que para você, para meus pais e para as outras pessoas isso é errado e que também eu posso me dar mal.”

O “vacilar” parecia ser um jeito de iniciar seus relatos, se defendendo de possíveis críticas, afirmando ter a consciência de que estes eram ilícitos e que eu poderia não concordar. Em um de nossos encontros, “Tuta” relatou que havia ido atrás de um cara que estava lhe devendo dinheiro e que havia “vacilado” por tê-lo desafiado. O “vacilar” surge em relação a outra pessoa, mas também com a conotação do cometimento de um erro:

*“Eu fui cobrar, ele tirou onda comigo, vacilou, disse que eu era **comédia** na frente de todo mundo, os caras lá... Todos vendo... Aí num deu, fui atrás dele pra matar, porque isso não se faz, dever dinheiro ainda vá lá, mas, tirar onda, me chamar de otário na frente de todo mundo, isso não se faz mesmo. Nem me importo se ele não pagasse a grana, mas o que ele fez não tem perdão, tirou minha moral na frente da galera.”*

A honra ferida como motivo para transgressão é muito comum nos discursos dos “jovens infratores”, a defesa da honra vem aliada à transgressão como a conservação da virilidade ameaçada ou colocada em suspeita pelo outro. Aqui “Tuta” relata que era impossível ele não fazer nada diante de sua virilidade e moral ameaçadas pelo discurso do outro que, apesar de lhe dever dinheiro, lhe chamava de “**comédia**” na frente de outros homens, ferindo sua virilidade masculina na frente de outras virilidades.

Em certos momentos, “Tuta” queixava-se de não conseguir compreender porque “pessoas de bem” (definição dada por ele) de sua comunidade gostavam dele, tratavam-no com cordialidade e conversavam com ele na rua, mesmo sabendo que ele era da “vida errada”, como ele mesmo nomeava. Em outra ocasião, “Tuta” queixava-se de que havia perdido uma garota que estava a namorar por terem ido falar para ela que ele era bandido. O jovem demonstrou irritação e chegou a relatar as tentativas feitas para contornar esse comentário das pessoas para a garota, tentando provar para ela que ele não era bandido:

“Sabe, existem garotas que gostam de bandido, que se interessam por ele exatamente por causa disso. Essa era diferente, ela era moça direita e não aceitava um cara errado, foi isso que me atraiu nela, eu era diferente perto dela, não me sentia um bandido quando estava com ela. Mas ficou todo mundo falando tanta coisa que ela acreditou. Perdi. Já era! Mas vou descobrir quem fez isso.”

Comecei a perceber, então, um movimento diferente em “Tuta”: ele estava a refletir sobre os lados positivos e os negativos de estar no crime e parecia estar em crise nas suas escolhas e em que lado deveria ou queria ficar. Via “pessoas de bem” se aproximarem dele, mesmo sabendo quem ele era, via outras se aproximando, exatamente por ele ser bandido e via outras se afastarem quando descobriam sua vida na criminalidade, fazendo-o, em certos momentos, fingir não ser bandido para aproximar-se delas. “Tuta” estava em crise com suas escolhas.

“Tuta” relatava que, desde que foi apreendido por assalto à mão armada, não havia mais voltado para o tráfico. Contou-me:

*“Minha especialidade é o tráfico de drogas. Fui me meter a fazer outra **parada**, mas não era a minha onda, por isso que me dei mal. Me arrependi mesmo! Na verdade era uma **cocó**, os **canas** já estavam de olho em mim, foi tudo planejado, um dos caras que me chamou pra fazer a **parada** ganhou o perdão dos **canas** em troca da minha cabeça, estava tudo combinado. Depois que sai do internamento resolvi esquecer essa história, tava tentando ser diferente, mudar, sabe. A galera fez a maior festa, já foram me dando uma pistola novinha e muita droga, pra eu voltar à ativa, mas eu precisava pensar, não aceitei, ninguém entendeu, ficaram dizendo que eu tinha virado **comédia**.”*

“Tuta” contava que se esforçava para não voltar para o tráfico, que procurava ocupar seu tempo e sua mente para não pensar na possibilidade de retornar à “vida do crime”. Quando conversávamos e “Tuta” se empolgava, falando de seus atos ilícitos, interrompia dizendo: *“é melhor a gente parar por aqui, que tá dando uma saudade danada!”*. Era visível, tanto em seus relatos quanto em suas expressões, o prazer que sentia ao falar da sua vida no crime. Os termos que usava para designar tal atividade remetiam a sua criminalidade como se fosse mais que uma escolha de vida, uma profissão, tais como: “especialidade” e “voltar à ativa”.

Em um dos nossos encontros, o jovem pediu-me um livro: *“queria um livro que contasse uma história, não uma história boba, mas uma história assim feito a minha”*, disse “Tuta”. Passei algumas horas folheando livros em minha pequena biblioteca, procurando por algo que pudesse realmente ser útil para aquele jovem. Escolhi, ainda com certo receio da repercussão que esse livro poderia causar na sua cabeça, o livro “Abusado” de Caco Barcellos, que conta a trajetória de um conhecido traficante do Rio de Janeiro.

No encontro seguinte, dei-lhe o livro, este o olhou e disse: *“grosso demais, não vou ler isso tudo não, visse”*. Após um mês sem contato, “Tuta” telefona. Senti-me aliviada por ele estar bem; a falta de contato me angustiava por saber que a vida de meus interlocutores parecia sempre estar por um fio. Do outro lado, escutei a seguinte frase: *“Já li teu livro todo, temos muito o que conversar, o cara do livro é um abusado mesmo!”* Quando nos encontramos, “Tuta” contou-me com riqueza de detalhes a história do livro: falou do que mais gostou e do que mais se identificou. Passamos algumas horas conversando e, no final de nosso encontro, disse-me: *“Isso não é vida! Não quero mais querer isso pra mim”*. Fiquei encantada, meus olhos encheram-se de lágrimas e pensei na possibilidade desses encontros estarem sendo também muito bons para “Tuta”, pois ele estava tendo a oportunidade de falar abertamente sobre suas escolhas e refletir sobre elas.

A sensação que me acompanhava sempre durante meus encontros com “Tuta” era de que esta seria a última vez que o veria, que ele morreria em seguida ou seria preso em breve. Seus conflitos tornavam-se cada vez mais constantes e intensos em seus discursos. Eu já não tinha mais a certeza de que ele continuava sem praticar atitudes ilícitas:

*Enquanto eu tava fora temporariamente do tráfico, mas ainda tinha o poder como se tivesse no tráfico, todo mundo me respeitava e falava de mim e tinha medo de mim, tava dando pra me segurar e não voltar pra essa vida do crime, mas quando eu soube que tinha outro na minha favela **botando o terror** e fazendo fama, quando os caras começaram a chegar até mim só pra me contar o que o cara lá fazia ou deixava de fazer, porque você sabe, né, sempre tem alguém pra contar, só pra te fuder mesmo... Te deixar mal... Ai, meu velho, eu pirei... Estavam invadindo minha favela, minha área, meu castelo, era demais pra mim. Eu me dei conta que tinha me tornado um nada. Eu não era mais nada sem o tráfico, eu precisava do tráfico pra ser...”*

O poder que acompanhava “Tuta”, a sensação de respeito e medo das pessoas da favela, mesmo com ele fora da atividade do tráfico, apresentava-se como uma maneira de “Tuta” não precisar mais de tal atividade para ter fama e poder, porque elas já estavam constituídas e “dava pra me segurar”. Porém, o fato de outro estar construindo um poder da mesma forma ilícita em “sua favela” parecia apavorar “Tuta”. Havia a sensação de que este outro ameaçava as suas conquistas, a “minha favela”, a “minha área”, o “meu castelo”, sem essas posses ele se sentia “um nada”, seu espaço social estava sendo ameaçado pelo poder de outro. O tráfico o fazia tornar-se algo, muito além do dinheiro e do poder, possibilitava-o ser alguém, conferia-lhe uma identidade. E como afirmou Alvito (2001, p.219) a respeito dos chefes do tráfico da favela de Acari, “... sua importância não deriva apenas do poder que ele detém, por vezes, superestimado, mas daquilo que sintetiza, que simboliza”. O castelo de “Tuta”, seu território, seu espaço social lhe diziam e simbolizavam quem ele era.

Em meu último encontro com “Tuta”, apesar de eu não saber que seria o último, este se apresentava cabisbaixo, pensativo e falando pouco, parecia não estar ali, apenas fisicamente. Percebia que havia algo, mas ele não chegou a me falar. Quando o cumprimentei e perguntei como estava, respondeu-me apenas: “*Continuo na mesma, lutando para não voltar*”. O “voltar” falava do tráfico, da vida no crime, tive a sensação de que deveria falar-lhe algo, mas não sabia o quê ou como argumentar para ele não “voltar”. Após algumas semanas sem conseguir contato, vi “Tuta” na televisão, preso por tentativa de assalto a um banco, na tela a arma usada pelo “bandido” (adjetivo dado a “Tuta” na reportagem) e, ao seu

lado, sua identidade com sua foto e nome. Naquele momento, “Tuta” se calava, eu, do outro lado, como espectadora, também me calava, olhava seu rosto, e num gesto instantâneo pensei: Fala, “Tuta”! Mas ele não falou. Sua identidade de “bandido” mais uma vez era reconhecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constituiu-se em um trabalho de muitas idas e vindas teóricas, de resistências práticas, mas também de boas elaborações de idéias. Ao entrar no Mestrado de Antropologia, pensava que esta ciência me ajudaria a ter novos olhares a respeito do “jovem infrator”, que até então me fora apresentado apenas através de um viés psicológico. Porém, ser pesquisadora de um “objeto” de estudo tão desafiador como este, mostrou-me muito mais que um novo olhar, mostrou-me novas possibilidades de ver e compreender o ser humano nas suas particularidades, nas suas mais diversas atitudes e escolhas de vida. Mostrou-me que minhas definições de bom e mau, de certo e errado, de ordem e desordem estavam completamente ultrapassadas; que todos esses conceitos não seriam válidos se eu não conseguisse levar em conta efetivamente o sujeito ator dessa interação. Ultrapasso este momento da pesquisa, refletindo mais sobre o outro e suas escolhas, bem como respeitando, com mais serenidade, o momento de cada um.

Meu objetivo durante a pesquisa se constituiu em investigar as interfaces entre criminalidade e identidade masculina entre homens “jovens infratores” moradores de bairros pobres da cidade de Olinda, com idade de quinze a vinte anos e que estavam cumprindo medida socioeducativa em meio aberto. Utilizei, para isso, fundamentalmente, a análise dos discursos desses jovens a respeito de si e de seus atos infracionais.

Na tentativa de realizar tal objetivo, dividi o trabalho em três densos capítulos. O primeiro apresentou meus interlocutores, tratou da questão mais teórica da juventude, de suas definições, indefinições, redefinições e conceitos históricos, além de retratar as relações do jovem com a família, com a escola, com os amigos e com as namoradas. Nele pude enfocar como os jovens de minha pesquisa se percebiam fazendo parte desse contexto social e, assim, também me aproximar da compreensão dos mesmos.

No capítulo dois, foi possível aprofundar ainda mais no tema e objetivo do estudo, trazendo para a reflexão a questão do ser homem e “infrator” e as relações percebidas durante minha caminhada no campo de pesquisa. Foi um capítulo mais rico de relatos dos jovens em que eles puderam falar de como se sentiam em ser homens, mas também “infratores”, bem como as relações que eles mesmos percebiam nesses dois modos de ser. A honra e a vergonha masculinas foram temas constantes em seus discursos e também em minhas análises. A riqueza de categorias apreendidas durante o trabalho de campo contribuiu para a compreensão dos relatos dos jovens, possibilitando ainda, a elaboração de um glossário com os termos e palavras “nativas” explicados pelos próprios interlocutores.

No terceiro e último capítulo, temas como violências, vida no crime e ser bandido, foram centrais para possibilitar uma maior compreensão das interfaces entre criminalidade e

identidade masculina. Nesse capítulo, os jovens apresentavam-se dissertando a respeito das violências cometidas e sofridas por eles, através de seus relatos das trajetórias na vida do crime, bem como através dos relatos da própria pesquisadora que se via, não só observando, mas também interagindo em meio a esse contexto de violências. A história de “Tuta”, quebrando com a lógica de mocinhos e bandidos, surge repleta de acontecimentos reais no relato de vida de um jovem homem traficante, que possui desejos, alegrias e tristezas como qualquer outro jovem. O discurso de “Tuta” a respeito de suas atitudes criminosas possibilita uma reflexão que vai além da lógica simplista de causa e efeito de que a pobreza explica o crime, demonstrando que a escolha de um jovem pela vida no crime pode também perpassar por outras vias de compreensão, tais como a questão de gênero, um dos focos de estudo desta pesquisa. Seus discursos enriqueceram a escrita do trabalho pela qualidade de detalhes trazidos pelo jovem ao relatar suas angústias em suas escolhas de vida.

Concluo este estudo ainda não me sentindo à vontade com o termo utilizado, “jovens infratores”, mesmo que colocando-o de forma aspeada, ele me mostra que não consegui nomear meus interlocutores de outra forma. Percebo que ainda há muito que percorrer em minhas percepções e elaborações teóricas. Há muitas questões que tiveram que ser colocadas à parte no momento de minha escrita e análise, pois abririam demasiadamente o leque de diálogos e reflexões e, conseqüentemente, não seria possível o encerramento deste trabalho.

Duas questões específicas pretendo expandir em pesquisa posterior de Doutorado. Uma delas seria a possibilidade de escutar também o discurso das “jovens infradoras”, possibilitando-me um estudo comparativo entre homens “jovens infratores” e mulheres “jovens infradoras”, tentando alcançar um maior aprofundamento do tema relacionado às interfaces entre criminalidades e questões de gênero. A segunda questão possível de ser estudada, e que muito tem me atraído, refere-se a um acontecimento ocorrido com certa regularidade e naturalidade durante minha inserção no campo de pesquisa: a morte dos “jovens infratores”. Penso na possibilidade de aprofundar questões relativas ao sentimento da morte, da dor e do medo entre os jovens envolvidos diretamente com a violência e que parecem apresentar-se, apesar da tenra idade, tão próximos desse acontecimento.

Destaco, ainda, que só pude compreender as mortes dos “jovens infratores”, principalmente o que eles me falavam sobre ela, tanto no que se refere à morte de amigos ou parentes próximos jovens e infratores como eles mesmos, no que se refere ao temor da sua própria morte, apenas quando comecei a vê-los morrer, quando comecei a escutar as notícias de suas próprias mortes, às vezes muito parecidas com o que eles me relatavam ou que

achavam que iria ocorrer com eles. Ao tomar conhecimento da morte de um deles, lembrava-me imediatamente do jovem, de seu jeito, de como via o mundo, de como se via, suas potencialidades, escolhas e caminhos que tinha percorrido nessa pequena trajetória interrompida. Cada morte experienciada trazia-me uma angústia silenciosa e dolorida. Posso afirmar que minha experiência de campo ajudou-me a compreender essas mortes relatadas nos discursos de meus interlocutores que dissertavam com tanta familiaridade. Lembro Rosaldo (1989), ao dissertar que só conseguiu entender a ira e a aflição dos caçadores de cabeça Ilongotes, depois de experienciar a morte de sua esposa, Michelle Rosaldo, ao cair acidentalmente de um precipício. O autor fala de sua angústia e a compara com a angústia de seus interlocutores, ele parecia finalmente conseguir compreendê-los um pouco melhor.

Ao longo do trabalho de campo e das contínuas mortes vivenciadas, teve início um sofrimento e um grande esforço de minha parte, pois, meus interlocutores morriam o tempo todo. Sentia-me cada vez mais deprimida com a possibilidade de vivenciar tão de perto essas mortes. Confesso que não me sentia preparada para isso com tanta intensidade; não sei até que ponto a Antropologia pode me ensinar a trabalhar e a lidar com a dor, o sofrimento, nem mesmo sei se a Antropologia ou outra ciência poderia me ajudar nisso.

Para além do fato de esses jovens serem, alguns deles, também assassinos, restou-me o espanto. Sem desejar tomar partido nem defender a questão da criminalidade, termino este trabalho com o sentimento, enquanto antropóloga, de que meus interlocutores vivem na criminalidade, matam e morrem, mas também, possuem a possibilidade de ser muito mais que isso, e o são, basta olhar, chegar mais perto, mais perto, cada vez mais, “é preciso *sentir a energia da gente, pra conhecer a gente*”, como me disse um deles uma vez. Afinal, eles não são apenas “bandidos”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. N^{os} 5 e 6, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam. et al. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ADORNO, Rubens. “Nos Labirintos da Violência.” In: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Máira (orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAÍ/Fages/Nepo/Pegapacará (Série “Olhares do Gênero”), 2004.

ALVIM, Rosilene. “Olhares sobre a juventude”. In: **Juventude, Cultura e Cidadania**. Comunicações do Iser. Ano 21, Edição Especial, 2002.

_____. “Meninos de rua e criminalidade: usos e abusos de uma categoria”. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (orgs.) **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&^a, 2001.

_____; PAIM, Eugênia. “A criança e o adolescente no banco dos réus”. In: ALVIM, Rosilene; FERREIRA JR, Edísio; QUEIROZ, Tereza (orgs.) **(Re)Construções da Juventude: cultura e representações contemporâneas**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004.

_____. GOUVEIA, Patrícia (orgs.) **Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____; FERREIRA JR, Edísio; QUEIROZ, Tereza (orgs.) **(Re)Construções da Juventude: cultura e representações contemporâneas**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004.

ALVITO, Marcus. **As Cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARIÈS, Philippe. (1978) **História Social da Criança e da Família**. Zahar Editores.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARPINI, Dorian Mônica. **Violência e Exclusão: adolescência em grupos populares**. São Paulo: Edusc, 2003.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestão dos menores infratores na cidade de São Paulo**. São Paulo: Global Ed., 1983.

ASBURY, Herbert. **As gangues de Nova York: uma história informal do submundo**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Globo, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando Caminhos numa Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro/Brasília: FIOCRUZ – CLAVES/UNESCO/Departamento da Criança e do Adolescente – Secretaria de Estados dos Direitos Humanos – Ministério da Justiça, 1999.

ATHAYDE, Celso et al. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AZCONA, Jesús. **Antropologia I, História**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O Dono do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARKER, Gary. “Nos labirintos da violência: por que alguns usam da violência e outros não?” In: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra (orgs.). **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAÍ/Fages/Nepo/Pegapacará, 2004 (Série “Olhares do Gênero”).

BECKER, Howard S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

_____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

BOCK, Ana M. et al. **Psicologias, uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. “A Juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOHANNAN, Paul; GLAZER, Mark. **Antropologia. Lecturas**. 2. edição. São Paulo (trad): McGraw-Hill, 1993.

CABRAL, Edson Araújo. et al. **Sistema de Garantia de Direitos. Um caminho para a proteção integral**. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Recife, 1999.

CALDAS, Dario (org.). **Homens**. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 24 / Edusp, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CALVI, Gian; FERREIRA, Carlos A. de Mattos. **Ninguém tolera isso! Mas... Eles não nascem infratores**. Petrópolis/RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. 2 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, Ruty. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARMO, Paulo S. do. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

COELHO, Suzana L. B. “O Mundo do Trabalho e a Construção Cultural de Projetos de Homem entre jovens favelados”. In: DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando. **Nem Soldados Nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: monografias, dissertações e teses**. 3 ed. Ver. Recife: INSAF, 2004.

DAYRELL, Juarez (org.) **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

DA’MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8.069/1990.

ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (orgs.) **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FEIXA, Charles. **El Reloj de Arena: culturas juveniles em México**. México: Coleccion Jovenen, 1998.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FRAGA, Paulo C. P. ; Iulianelli, Jorge A. S. (orgs). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Lígia M. P. Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOOTE-WHYTE, William. “Treinando a Observação Participante”. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

FRAGA, Paulo César; IULIANELLI, Jorge Atílio (orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GENET, Jean. **Diário de um Ladrão**. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica Ltda, 1986.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GRUPPO, Luis Antônio. **Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes**. São Paulo: ed. Difel, 2000.

KANT DE LIMA, Roberto (org.). **Antropologia e Direitos Humanos 2**. Prêmio ABA/FORD. Niterói: EdUFF, 2001.

KLUCKHOHN, Clyde. **Antropologia, Breviários**. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

_____. **Antropologia: um espelho para o homem**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes F. de O. Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEVISKY, David Léo (org.). **Adolescência e Violência: consequências da Realidade Brasileira**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LEMGRUBER, Julita. “Pena Alternativa: cortando a verba da pós-graduação do crime”. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcus (orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

LONGHI, Márcia Reis. **Ser Homem, Pobre e Pai: a construção cotidiana da relação pai-filho nas camadas de baixa renda**. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na Sociedade Selvagem**. Tradução de Maria Clara Corrêa Dias; revisão técnica de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARGULIS, Mario. URRESTI, Marcelo. “La juventud as más que una palabra”. In: **Ensayos sobre Cultura y Juventud**. Editorial, 1996.

MARTINS DE OLIVEIRA, Pedro Paulo. “Crises, Valores e Vivências da Masculinidade”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. n. 56, março 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. “Masculinidades e Violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea”. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

MEAD, Margaret. **Coming of Age in Samoa: a psychological study of primitive youth for western civilization**. New York: A Laurel Edition, 1928.

_____. **Sexo e Temperamento**. (Debates, 5) São Paulo: Perspectiva, 1969.

MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mônica; LYRA, Jorge e BRITO, Máira.(orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/Nepo/Pegapacará, 2004 (Série “Olhares do Gênero”).

MERCIER, Paul. **História da Antropologia**. Lisboa: Teorema, 1986.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Coleção Conflitos, Direitos e Culturas. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. Coleção Primeiros Passos; 42. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; Sucena, Luiz Fernando Mazzei. **Nem Soldados Nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

NOGUEIRA, Cristina Sandra Pinelli. “O Adolescente Infrator”. In: OTONI DE BARROS, Fernanda (coord.). **Tô Fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson. Banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. “O Imaginário Masculino e as Ideologias de Guerra”. In: **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOVAES, Regina. “Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso.” In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

_____. “Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais”. In: VIANNA, Hermano (org). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

NOVAES, Regina; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (orgs.). **Juventude, Cultura e Cidadania**. Comunicações do Iser. Ano 21 – Edição Especial, 2002.

_____.; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

OTONI DE BARROS, Fernanda (coord). **Tô Fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PERNAMBUCO (Estado) – Gabinete do Governador. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Recife, 1998.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. et al. (orgs.). **Linguagem da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PEREIRA, Armando. **Bandidos e Favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca**. Rio de Janeiro: Livraria Eu e Você Editora, 1984.

PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. Tradução José Cutileiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PITT-RIVERS, Julian. “Honra e Posição Social”. In: PERISTIANY, J. G. **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. Tradução José Cutileiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

PORTO, Paulo C. M. “As Medidas Sócio-Educativas”. In: CABRAL, Edson A. (et al). **Sistema de Garantia de Direitos. Um caminho para a proteção integral**. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, 1999.

_____. “As Mentiras e Verdades sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. In: CABRAL, Edson Araújo. et al. **Sistema de Garantia de Direitos. Um caminho para a proteção integral**. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, 1999.

_____. “Evolução dos Direitos Humanos”. In: CABRAL, Edson Araújo. et al. **Sistema de Garantia de Direitos. Um caminho para a proteção integral**. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, 1999.

_____. “Os Principais Avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente, em face da Legislação Anterior Revogada”. In: CABRAL, Edson Araújo. et al. **Sistema de Garantia de Direitos. Um caminho para a proteção integral**. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, 1999.

QUIROGA, Consuelo e NETO, Ana M. Q. F. “Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais”. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. et al. **Linguagem da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

REVISTA CIÊNCIA E CULTURA. **Violência**. São Paulo, n. 1, julho/agosto/setembro. 2002. 72 p. Trimestral. ISSN 0009-6725.

RIBEIRO, Luciana. “Juventude, Violência e Pobreza no Bairro de Peixinhos: questionamentos e alternativas”. In: ALVIM, Rosilene; FERREIRA JÚNIOR, Edísio; QUEIROZ, Tereza. (orgs.) **(Re)construções da Juventude: cultura e representações contemporâneas**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004.

_____. **O Herói Marginal: Juventude e Violência no bairro de Peixinhos**. Monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação de Psicologia Social e da Personalidade. Recife: Faculdade Frassinetti do Recife, 2003.

_____. “Ser preto, pobre e ladrão: dramaturgia e estigmatização à luz de Goffman”. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JR, Edísio (orgs.). **Jovens e Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.

ROSALDO, Renato. **Cultura y Verdad: nueva propuesta de análisis social**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. Editorial Grijalbo. 1989.

SARTI, Cynthia. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

_____. “Febem: relações internas e imagens externas”. **O reconhecimento do outro: uma busca de diálogo entre ciências humanas e ciências da saúde**. [Tese de Livre Docência]. São Paulo (SP): Departamento de Medicina Preventiva, Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina; 2003.

SCOTT, Russel P. “Nos Labirintos da violência: Relatos sobre violência e masculinidade juvenil”. In: MEDRADO, Benedito; FRANCH, Mónica; LYRA, Jorge e BRITO, Maíra.(orgs.) **Homens: tempos, práticas e vozes**. Recife: Instituto PAPAI/Fages/Nepo/Pegapacará (Série “Olhares do Gênero”), 2004.

_____. **O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa (73): 38-47, maio. 1990.

_____. **Saúde e Pobreza no Recife: Poder, Gênero e Representações de Doenças no Bairro do Iburá**, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

SCHPUN, Mônica Raisa (org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

SOARES, Luiz E. “Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência”. In: PEREIRA, Carlos A. M. et al. (orgs.). **Linguagem da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHUCH, Patrice. “Trama de Significados: uma etnografia sobre sensibilidades jurídicas e direitos do adolescente no plantão da delegacia do adolescente infrator e no juizado da infância e da juventude de Porto Alegre/RS”. In: LIMA, Roberto Kant de (org.). **Antropologia e Direitos Humanos 2**. Prêmio ABA/FORD. Niterói: EdUFF, 2001

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcus (orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. 2. edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VOLPI, Mario. **Sem Liberdade, sem direitos: a experiência de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (org.). **O Adolescente e o Ato Infracional**. São Paulo: Cortez Editora/INESC, 1997.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (coord.). **Juventude, Violência e Cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ZALUAR, Alba. “A Globalização do crime e os limites da explicação local”. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcus. (orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

_____. “Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência”. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. 2. edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. “Teoria e Prática do Trabalho de Campo: alguns problemas.” In: CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

<<http://www.unb.br/ics/dan/Serie253empdf.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2005.

<<http://www.olinda.pe.gov.br>> Acesso em 10 de janeiro de 2006.

GLOSSÁRIO

A¹⁶

Apelar – “é exagerar para tentar convencer a pessoa de qualquer jeito”.

B

Baculejo – “quando os **canas** pegam a gente pra fazer a revista”.

Bagulho – “maconha, droga”.

Baseado – “cigarro de maconha”.

Bicos / Biscates – “é feito trabalhar, mas é só de vez em quando, quando aparece alguma coisa pra gente fazer, tipo pintar um muro, levantar uma parede, carregar um frete, varrer um quintal e por aí vai, é uma **oia**”.

Boca de fumo – “é onde vende droga. Tem boca de fumo que é tranqüila, vende droga leve tipo maconha e geralmente não tem confusão nem briga, mas as bocas mais quentes, que tem droga pesada, que rola mais grana, sempre é mais arriscado”.

Boqueiro – “é quem manda na **boca de fumo**”.

Botar o terror – “é fazer coisas perigosas, matar, roubar sem ter pena, meter medo em todo mundo, até nos **fodas**”.

Boysinha – “é a menina, a **pirráia**”.

C

Cabeça – “o **cabeça** é o cara que fuma um baseado e tem um **ferro** na cintura, que todo mundo tem medo e respeita”.

Caboeta – “dedo-duro, tem que morrer mesmo”.

Cair – “é ser pego pela polícia fazendo uma coisa errada, ser preso, **descer**, ser internado, que no fundo é tudo a mesma coisa”.

Canas – “é a polícia, os **homis**”.

Cano – “a arma, o **ferro**”.

Cara de Raul – “cara de bandido”.

Chegados – “são os amigos, a galera mais próxima”.

Cocó – “armadilha, emboscada pra pega o cara”.

Coça dos homis – “quando a polícia faz o **baculejo** na gente”.

Comédia – “o comédia é o cara careta que não usa drogas nem tem um **ferro** na cintura, que todo mundo **zoa** porque ele é besta, não tem moral”.

Contos – “grana, dinheiro, real”.

¹⁶ Este glossário foi elaborado a partir da própria interpretação dos jovens para palavras e expressões utilizadas nos seus depoimentos durante a pesquisa.

D

De maior – “quando o cara tem mais de 18 anos”.

Dedo duro – “é o cara que fala demais, fala só pra sacanear com o outro. Morre rapidinho, é o X9, o **caboeta**”.

Descer – “ser preso”.

E

É nenhuma – “tá limpeza, sem problemas”.

Esparro – “é fazer alguma coisa se tornar bem maior, se você é esparrento, vai exagerar, **apelar**, toda vez que quiser chamar atenção”.

Estar na Fita – “estar presente, na onda, na história”.

F

Ferro – “arma, pistola”.

Fodas – “são os caras que tem poder”.

G

Grana – “é dinheiro, pô”.

H

Homis – “a polícia, os canas”.

L

Liseu – “sem grana, liso, na lisura”.

M

Maioral – “é o cara que é maior, que é melhor que os outros, que bota moral”.

Maneiras – “uma coisa que é irada, que é legal”.

Meter uma parada – “assaltar, roubar”.

Minha Pá – “meu parceiro na vida do crime”.

Mixaria – “pouco”.

N

Noiado – “é quando a gente fica com nóia na cabeça, cismado”.

O

Oias – “é feito trabalhar, mas é só de vez em quando, quando aparece alguma coisa pra gente fazer, tipo pintar um muro, levantar uma parede, carregar um frete, varrer um quintal e por aí vai”.

P

Pala – “papo furado, mentira”.

Pacote – “quando o cara vira **pacote**, morre, mataram ele”.

Parada – “algo que a gente vai fazer, tipo, vou fazer aquela **parada** ali e tal”.

Pirrãia, – “é a menina, a **boysinha**, a namorada, as amigas. É que geralmente elas têm menos idade que a gente, por isso esse nome”.

Q

Quebrada – “é onde o cara mora”.

Quexão – “quem bota o **quexão** é o cara que tem poder, tem moral, não é todo mundo que pode sair por aí botando **quexão**. É só cara que impõe respeito na galera”.

R

Raparigueiro – “que tem muita mulher, namorador”.

S

Sacanear – “fazer sacanagem, não considerar”.

Sacando – “olhando”.

T

Tambor – “onde fica as balas do revólver”.

Tá ligado – “tá atento na **parada**”.

Tirar Onda – “é fazer o cara de otário”.

U

Uma Pá – “um monte, um bocado”.

V

Vacilar – “se descuidar, ficar de bobeira”.

Vida Difícil – “vida fora do crime”.

Vida Fácil – “vida no crime”.

Z

Zoar – “tirar onda, brincar, não levar o cara a sério”.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.